



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV Nº 71, TERÇA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 2020

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

Não houve sessão.

PARTE II

1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

1.1 – EXPEDIENTE

1.1.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 358/2020, na origem (**Mensagem nº 25/2020, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste. 6

Nº 359/2020, na origem (**Mensagem nº 26/2020, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Senegal e, cumulativamente, à República Islâmica da Gâmbia. 41

Nº 360/2020, na origem (**Mensagem nº 27/2020, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, à República da Lituânia. 87

1.1.2 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 309/2020, do Senador Paulo Paim, que *susta a Portaria Conjunta nº 19, de 18 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Ministério da Saúde.* 153



1.1.3 – Projetos de Lei

Nº 3541/2020, da Senadora Zenaide Maia, que *altera o art. 4º da I da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para prever a prestação remota dos serviços notariais e de registro.* 162

Nº 3545/2020, da Senadora Rose de Freitas, que *altera a lei Maria da Penha para estabelecer que os filhos possam denunciar a violência doméstica praticada em âmbito familiar.* 167

Nº 3546/2020, da Senadora Rose de Freitas, que *cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Portuária (SENAP).* 171

1.1.4 – Projeto de Resolução

Nº 27/2020, do Senador Randolfe Rodrigues, que *modifica a denominação da Ala Senador Filinto Müller para Ala Senador Papaléo Paes.* 185

1.1.5 – Requerimento

Nº 1153/2020, do Senador Paulo Rocha, de informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. 189

PARTE III

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 195

3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 198

4 – LIDERANÇAS 199

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 201

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 204

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 208

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 247



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2020

(nº 358/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

Os méritos do Senhor **MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.



EM nº 00086/2020 MRE

Brasília, 9 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



OFÍCIO Nº 351 /2020/SG/PR

Brasília, 25 de Junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS**

CPF: 418.148.271-53

ID: 1102397 SSP/DF

1967 Filho de Francisco Florêncio de Assis e Ana Maria Medeiros de Assis, nasce em 21 de maio, em Natal/RN.

Dados Acadêmicos:

1992 Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).

1996 Instituto Rio Branco, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

Cargos:

1996 Terceiro-secretário

2003 Segundo-secretário

2007 Primeiro-secretário, por merecimento

2011 Conselheiro, por merecimento

2019 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1998 Divisão de Serviços Gerais, assistente

1999 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assistente

1999 Coordenadoria-Geral de Planejamento de Pessoal, assistente

2002 Embaixada em Madri, terceiro e segundo-secretário

2005 Consulado-Geral em Sydney, segundo-secretário

2009 Coordenador de Licitações

2010 Divisão de Acompanhamento Administrativo dos Postos, chefe

2013 Embaixada em Hanói, ministro-conselheiro

2016 Consulado-Geral em Xangai, cônsul-geral adjunto

2018 Divisão de Informática, chefe

2019 Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação, Diretor

Condecorações:

2015 Ordem do Mérito Santos Dumont

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TIMOR-LESTE

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2020



DADOS BÁSICOS SOBRE TIMOR-LESTE	
NOME OFICIAL:	República Democrática de Timor-Leste
GENTÍLICO:	timorense
CAPITAL:	Dili
ÁREA:	14 609 km ²
POPULAÇÃO:	1,268 milhão
LÍNGUA OFICIAL:	Português e tétum
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (Parlamento Nacional, composto por 65 membros, eleitos para mandatos de 4 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Francisco Guterres Lú-Olo (desde maio de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	Taur Matan Ruak (desde junho de 2018)
CHANCELER:	Dionísio Babo Soares (desde junho de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US\$ 2,581 bilhões (2018)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US\$ 9,711 bilhões (2018)
PIB PER CAPITA (2018)	US\$ 2.035 (2018)
PIB PPP PER CAPITA (2018)	US\$ 7.658 (2018)
VARIAÇÃO DO PIB	2,8% (2018); -9,1% (2017, est.); 0,7% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,626 (131ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	69,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018):	83,5 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	4,5% (Fonte: Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar estadunidense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Embaixador Olímpio Branco (desde outubro de 2019)
BRASILEIROS NO PAÍS:	150 brasileiros residentes (estimativa pré-pandemia)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TIMOR-LESTE (EM US\$ mil) (fonte: ME)							
Brasil → Timor-Leste	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Intercâmbio	196	1413	942	2854	6228	10 694	6710
Exportações	196	1412	924	2834	6228	10 690	6710
Importações	0	1	18	20	-	0,004	-
Saldo	196	1411	906	2814	6228	10 686	6710

Informação elaborada em 08/05/2020, por Carlos Kessel



APRESENTAÇÃO

A República Democrática de Timor-Leste é um pequeno país insular do Sudeste Asiático, que ocupa a parte oriental da ilha de Timor, cuja parte ocidental integra a República da Indonésia, único país com quem partilha fronteira. De seu território também fazem parte a Ilha de Ataúro, o ilhéu de Jaco e o enclave de Oecussi, na metade ocidental da ilha. Seus 1,268 milhão de habitantes se distribuem por uma superfície montanhosa de 14.609 km², e a capital, Díli, está situada na costa norte.

Colonizado por Portugal no século XVI e conhecido como Timor Português até a descolonização do país, em 1975, foi invadido e anexado pela Indonésia no mesmo ano. Em 1999, após referendo patrocinado pelas Nações Unidas, o governo indonésio desocupou o país, que após um período de transição, tornou-se o primeiro novo estado soberano do século XXI, em 20 de maio de 2002. Após a independência, Timor-Leste tornou-se membro das Organização das Nações Unidas (ONU) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). É um dos dois únicos países predominantemente cristãos no Sudeste Asiático, sendo o outro as Filipinas, e o único onde se fala português.



PERFIS BIOGRÁFICOS**TAUR MATAN RUAK**
Primeiro-Ministro

Nasceu em Baguia, na parte Leste de Timor-Leste, em 10 de outubro de 1956. Foi registrado, ao nascer, como José Maria Vasconcelos. O nome de guerra com que hoje é conhecido, Taur Matan Ruak, significa, em tradução livre, "dois olhos afiados". Ao lado do ex-Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, é um dos principais heróis vivos da libertação nacional. É casado e pai de três filhos.

Juntou-se à guerrilha em 1975, após a invasão indonésia. Foi um dos criadores do Conselho Nacional da Resistência Revolucionária e tornou-se Adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste (FALINTIL). Com a prisão de Xanana Gusmão em 1992, assumiu a liderança das FALINTIL e após a independência do Timor-Leste, em 2002, foi promovido a Major-General e nomeado Chefe do Estado-Maior General das Forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL), que sucederam às FALINTIL, na condição de forças regulares.

Exerceu o cargo até 2011, quando se candidatou à Presidência da República. Eleito, tomou posse em 20 de maio de 2012, após obter 61% dos votos válidos no segundo turno das eleições presidenciais. Deixou a presidência em 2017, candidatando-se ao Parlamento no ano seguinte, liderando o Partido Popular de Libertação, integrante da coligação vitoriosa. Foi nomeado primeiro-ministro em junho de 2018 pelo presidente Francisco Guterres Lu Olo.



FRANCISCO GUTERRES (LU OLO)
Presidente



Francisco Guterres Lú Olo nasceu em 7 de setembro de 1954, em Ossú, Distrito de Viqueque, Timor Leste, de família católica. É casado e pai de quatro filhos. Aderiu à FRETILIN em 1974 e em 1975 passou a integrar a resistência contra a ocupação indonésia. Após o referendo de 1999, voltou à vida política legal, tendo sido eleito presidente da FRETILIN e da Assembleia Constituinte de Timor-Leste em 2001. Entre 2002 e 2007, presidiu a Assembleia Constituinte de Timor-Leste. Neste mesmo ano candidatou-se à presidência da República, tendo sido derrotado no segundo turno por José Ramos-Horta. Em 2012, candidatou-se novamente e foi derrotado, também no segundo turno, por Taur Matan Ruak. Sua terceira candidatura, em 2017, foi vitoriosa, tendo conquistado 57% dos votos ainda no primeiro turno. Tomou posse em 20 de maio do mesmo ano.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações do Brasil com Timor-Leste são marcadas pela solidariedade decorrente da herança lusófona comum. Evidência dessa solidariedade é o amplo programa de cooperação bilateral prestado pelo Brasil, centrado em setores fundamentais à construção do nascente estado timorense. A cooperação com o país iniciou-se antes da independência, tendo sido operacionalizada pelo Escritório de Representação do Brasil em Díli, estabelecido em abril de 2000. O decreto que criou a Embaixada brasileira foi publicado três dias antes da formalização da independência de Timor-Leste, em 17 de maio de 2002.

O então primeiro-ministro Xanana Gusmão visitou o Brasil em 2011. O Brasil também recebeu, em duas ocasiões, visitas do então presidente José Ramos-Horta: em 2008 e em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20..

Estão em vigor instrumentos nas áreas de cooperação técnica, cultura, defesa, educação, e isenção parcial de vistos. Em 2003, os dois países estabeleceram, ainda, comissão mista para tratar de temas da agenda bilateral. O Brasil participou de todas as Missões de Observação Eleitoral da CPLP (MOE) em Timor-Leste, sempre a convite das autoridades timorenses. A primeira MOE acompanhou o referendo sobre autodeterminação de Timor-Leste em agosto de 1999.

As relações bilaterais têm na cooperação técnica sua principal vertente. Desde o ano 2000, com a primeira missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Brasil tem prestado a Timor-Leste ampla assistência em setores fundamentais à construção do estado timorense. Nos últimos 20 anos, mais de oitenta iniciativas bilaterais de cooperação técnica foram executadas no país sob a coordenação da ABC/MRE, com valores executados na ordem de US\$ 10 milhões. Destacam-se projetos nas áreas de educação; promoção da identidade linguística e consolidação da lusofonia; capacitação profissional; capacitação de quadros de administração pública; justiça; defesa; e apoio à preservação da memória nacional e institucional do país (nesse último caso, dos arquivos públicos timorenses).

Na vertente educacional e de consolidação da língua portuguesa, a cooperação brasileira tem-se dado por meio do envio de professores brasileiros e pela vinda de estudantes timorenses ao Brasil, como bolsistas. Desde 2008, diplomatas timorenses têm participado do Curso de Formação do Instituto Rio Branco. O projeto “Consolidação do Uso do Português na Gestão Estatal”, iniciado em 2016, busca ensinar português como segunda língua a funcionários públicos timorenses.



Conquanto a língua portuguesa tenha sido o idioma dos insurgentes durante a luta contra a ocupação indonésia, sendo assim forte fator de identidade nacional, o idioma ainda carece de maior difusão. De acordo com o Censo de 2010, apenas 20% dos timorenses falavam português, o que explica a importância da cooperação com o Brasil na área.

Na área de capacitação profissional, o Brasil instalou, com o apoio do SENAI, o Centro Nacional de Formação de Profissional (BNFP-Becora), que dispõe de estrutura própria dentro da Secretaria de Formação Profissional de Timor-Leste. Com capacidade para 300 alunos, o Centro já formou mais de 2600 timorenses, a maioria do sexo feminino. Os cursos são ministrados nas áreas de panificação, corte e costura, marcenaria, refrigeração, mecânica de motos, montagem de hardware e outros. Espera-se que o Centro permaneça como referência na formação profissional do país e um nicho de mão de obra qualificada para os empresários locais.

No que diz respeito à administração pública, cabe destacar as ações da Escola Nacional de Educação Fazendária – ESAF que, no âmbito de projeto firmado com a Comissão da Função Pública de Timor-Leste, capacitou quadros locais nas áreas de planejamento, administração e finanças.

A área de justiça é um dos campos pioneiros da cooperação entre o Brasil e Timor-Leste e tem por objetivo favorecer a consolidação do estado democrático timorense e do sistema de direito romano-germânico. O projeto “Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor-Leste”, coordenado pela ABC e pela Defensoria Pública da União (DPU), além da Defensoria Pública de Timor-Leste (DPTL), deverá entrar em sua oitava fase proximamente, tão logo receba aprovação das autoridades timorenses, e ter duração de 24 meses. Terá como objetivo a capacitação dos defensores e dos oficiais de justiça timorenses, com vistas a dotá-los de capacidade técnica para prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos mais necessitados; o fortalecimento e institucionalização da Inspeção da DPTL, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados; e a promoção de instrumentos que permitam fácil acesso à Justiça.

No campo da defesa, o cerne da cooperação bilateral é o auxílio em capacitação de pessoal militar. Por meio da chamada “Missão Maubere”, oficiais brasileiros capacitaram os primeiros contingentes da Polícia Militar de Timor-Leste (PM/TL). A cooperação foi aprofundada em 2005, com a assinatura de Protocolo Relativo à Instrução de uma Força de Escalão Pelotão de Polícia Militar para as Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL). Ao longo dos anos, o relacionamento entre as Forças Armadas de ambos os países incluiu a participação de oficiais de



Timor-Leste em operações militares, bem como a designação de militares brasileiros para exercer funções de assessoria naquele país: um coronel do Exército como assessor militar do Ministro da Defesa; um capitão de mar-e-guerra como assessor para implantação da autoridade marítima; e um capitão do exército como assessor do comandante da Polícia Militar de Timor-Leste (equivalente à Polícia do Exército no Brasil).

A inteligência é outra importante vertente da cooperação técnica bilateral. Em 2019, foi concluída a última atividade do projeto “Apoio ao Fortalecimento do Serviço Nacional de Inteligência de Timor-Leste (SNI) – Fase II”, por meio de coordenação entre a ABC, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o SNI timorense.

Destaca-se, ainda, cooperação parlamentar, desenvolvida por meio do projeto “Apoio ao fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste”, lançado em fevereiro de 2018 e conduzido, entre outros, pela Associação Brasileira de Servidores de Câmaras Municipais (ABRASCAM), pela Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) e pela Câmara de Vereadores de Canoinhas (SC).

A esses projetos juntaram-se, ao longo dos anos, iniciativas em diversas áreas, como apoio à infância, cultura e esportes. Outras iniciativas de cooperação podem ser colocadas em prática. A pedido do lado timorense, estão sob análise brasileira possíveis novas iniciativas nas áreas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, bem como de inclusão de deficientes visuais. Em 2019, ademais, pesquisadora da Fiocruz realizou visita a Timor-Leste a convite do atual governador da província de Oecusse e ex-primeiro-ministro, Mari Alkatiri, a fim de promover cooperação na área de saúde, com foco na prevenção e tratamento da tuberculose. O trabalho realizado pela Fiocruz contra a tuberculose é considerado modelo para o Ministério da Saúde do Brasil e pode ser adaptado às condições sociais e sanitárias encontradas em Díli.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Timor-Leste é estimada em cerca de 150 pessoas. O público brasileiro é atendido pela Embaixada do Brasil em Díli.

Pandemia de COVID-19

Houve, até o mês de maio de 2020, 24 casos de COVID-19 no país, sem que se tenha registrado nenhum óbito. Estão em vigor medidas de distanciamento



social válidas até 27 de maio.

Catorze brasileiros residentes, que a princípio haviam optado por permanecer no país, após o fechamento da fronteira com a Indonésia indicaram intenção de retornar ao Brasil e aguardar retomada do tráfego aéreo para eventualmente deixar Timor-Leste.

O governo timorense anunciou a criação do Fundo COVID-19, no valor de US\$ 150 milhões, com ações para prevenção e mitigação da doença, aumento da sustentabilidade da produção agrícola e acesso a alimentos.

A economia timorense poderá recuar entre 5 e 15% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, devido ao impacto da pandemia, segundo previsões.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito com apoio oficial a exportações para Timor-Leste no âmbito da CAMEX/COFIG.

POLÍTICA INTERNA

Após longo domínio português, que remonta ao século XVI, Timor-Leste teve sua independência proclamada em 28 de novembro de 1975. Na época, o governo português oriundo da Revolução dos Cravos havia concedido autodeterminação às suas colônias. De 1975 a 1999, o país esteve sob ocupação indonésia. Com a intensificação da pressão da opinião pública internacional, e em meio a uma crise econômica na Indonésia, as Nações Unidas organizaram um referendo, em 1999, por meio do qual o povo de Timor-Leste decidiu, por ampla maioria (78,5%), pela restauração da independência, formalizada em 20 de maio de 2002.

A causa ganhou maior destaque internacional quando o Bispo de Díli, dom Carlos Filipe Ximenes Belo, e o doutor José Ramos-Horta porta-voz da resistência timorense no exílio durante a ocupação indonésia, receberam o Prêmio Nobel da Paz, em 1996, em reconhecimento por seus esforços em favor da luta timorense. Também contribuiu à causa da independência a visita do Papa João Paulo II ao país, em 1989.

Entre 1999 e 2002, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello foi o administrador transitório e representante especial do secretário-geral da ONU em Timor-Leste. Até hoje, a memória do brasileiro é reverenciada, em virtude da contribuição que prestou para a criação das bases do estado nacional timorense, orientada pelos ideais de



democracia e de inclusão social. A missão de Sérgio Vieira de Mello teve fim com a independência de Timor-Leste, em 20 de maio de 2002, seguindo-se diferentes missões da ONU.

Os órgãos de soberania de Timor-Leste compreendem o presidente da República, o Parlamento Nacional, o Governo e os Tribunais. O chefe de estado é o presidente da República, eleito por sufrágio direto e universal dos eleitores timorenses para um mandato de cinco anos, e cujo poder é cerimonial e representativo, embora possa exercer o direito de veto sobre a legislação. Nomeia o primeiro-ministro após as eleições legislativas.

A Constituição timorense é baseada na de Portugal. Timor-Leste tem um Supremo Tribunal de Justiça, um juiz nomeado pelo Parlamento e os outros pelo Conselho Supremo de Magistratura.

O primeiro-ministro preside ao governo. O Parlamento Nacional é a legislatura unicameral de Timor-Leste, localiza-se na capital, Díli, e é composto por 65 deputados eleitos para mandatos de cinco anos.

Após a independência, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), que havia liderado a resistência contra a ocupação indonésia, recebeu sucessivos mandatos populares, e seus líderes têm ocupado a presidência e o cargo de primeiro-ministro desde então. Nos últimos anos, outros partidos, em sua maioria oriundos de divergências internas da FRETILIN e liderados por integrantes históricos da frente, assumiram algum protagonismo, o que gerou certa fragmentação no panorama político.

As eleições de 2017, as primeiras realizadas sem a presença de forças internacionais de segurança, resultaram na vitória de Francisco Guterres Lu-Olo, com cerca de 60% dos votos. Seu partido foi, ademais, o principal vencedor das eleições para o Parlamento Nacional, realizadas concomitantemente, com vantagem de cerca de mil votos em relação ao segundo colocado, o CNRT de Xanana Gusmão, líder histórico da independência timorense. O governo formado após as eleições não dispunha, entretanto, de maioria parlamentar estável, o que levou à convocação, em maio de 2018, de eleições parlamentares antecipadas. O novo pleito, igualmente conduzido de forma pacífica, terminou com a vitória da coligação Aliança de Mudança para o Progresso (AMP), com maioria absoluta. A AMP é composta pelas legendas Partido Popular de Libertação (PLP) e Kmanek Haburas Unidade Nacional Timor Oan (KHUNTO), bem como pelo já mencionado CNRT.

Após ouvir os partidos políticos representados no Parlamento Nacional, o presidente timorense nomeou como novo primeiro-ministro o ex-presidente Taur



Matan Ruak, líder do PLP.

Os seguintes partidos tem assento no Parlamento: Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste (CNRT), liderado por Xanana Gusmão, 23 deputados; Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), liderada pelo Presidente da República Francisco Guterres Lu Olo, 21 deputados; Partido Libertação Popular (PLP), liderado pelo Primeiro Ministro Taur Matan Ruak, oito deputados; Partido Democrático (PD), cinco deputados; Unidade Nacional (KHUNTO), 5 deputados; União Democrática Timorense (UDT), dois deputados; Partido Unidade Desenvolvimento Democrático (PUDD), um deputado.

POLÍTICA EXTERNA

Timor-Leste é membro de várias organizações internacionais, entre as quais o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB). No entanto, não é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Como membro do grupo L.69 – que congrega países em desenvolvimento favoráveis à reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) – Timor-Leste apoia a expansão do Conselho em ambas as categorias de assentos, permanentes e não permanentes. Declarou apoio à aspiração do Brasil a assento permanente no Conselho em diversas ocasiões e endossou o projeto de resolução do G4 na Assembleia Geral da ONU.

Um dos principais objetivos da diplomacia de Timor-Leste é a acessão do país à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), bloco de grande importância econômica e política na região.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de que Timor-Leste se tornou membro pleno em 2002, tão logo independente, é também considerada como plataforma de especial importância. O investimento político que Timor-Leste tem feito na CPLP explica-se, por um lado, pela necessidade de o país diversificar suas parcerias internacionais, inclusive fortalecendo-se aos olhos dos países vizinhos da ASEAN e, por outro, pela valorização natural que sua posição no Sudeste Asiático lhe confere junto aos demais países da CPLP.



No plano bilateral, são centrais para Timor-Leste as relações com a Austrália. O principal irritante das relações bilaterais, referente ao não reconhecimento, pela Austrália, da linha fronteira marítima, com base na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (CNUDM), foi superado em 2018, com a assinatura de Tratado sobre Fronteiras Marítimas. O tema revestia-se de especial importância para Timor-Leste, tendo em conta que a região abriga relevantes reservas de gás, que, desde a assinatura do acordo bilateral, vêm sendo exploradas conjuntamente pelos dois países. A Austrália procura manter relações diferenciadas com o país por meio de sua influência cultural e do desenvolvimento de programas de cooperação.

Timor-Leste tem procurado desenvolver uma agenda positiva com a Indonésia. O país manifestou apoio a um assento permanente da Indonésia em um Conselho de Segurança reformado e, de sua parte, o governo indonésio tem apoiado a candidatura timorense à ASEAN.

O relacionamento com a China tem aumentado significativamente na última década, sobretudo desde 2014, ano em que o então primeiro-ministro Xanana Gusmão visitou Pequim – a primeira visita timorense de alto nível à China em onze anos. Na oportunidade, foram assinados diversos instrumentos de cooperação, nas áreas política, econômica, de comércio, de energia, de agricultura, de turismo, de aviação civil, de defesa e de segurança. Foi igualmente firmada Parceria Global para a Amizade Fronteira, Confiança e Benefício Mútuos. Timor-Leste reconheceu, ademais, o governo da República Popular da China como o único que representa o conjunto da China, considerando Taiwan parte inalienável do território chinês.

A maior parte dos edifícios públicos timorenses foi reconstruída mediante cooperação chinesa, tendo a China construído, a título de doação, o Palácio Presidencial e o prédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, além do edifício-sede do Ministério da Defesa e casas para oficiais-militares timorenses. Empresa chinesa está encarregada da construção do porto de Tibar. O projeto, contudo, enfrentou diversos obstáculos relacionados a seu financiamento e à subcontratação de obras, que impossibilitaram, em 2017 e em 2018, o início dos trabalhos, finalmente iniciados em 2019.

Os Estados Unidos reconheceram a independência do Timor-Leste no mesmo dia de sua proclamação, 20 de maio de 2002. Desde então, aquele país tem desenvolvido programas de cooperação e assistência a Díli, com foco na boa governança e no respeito ao estado de direito e na construção de capacidade na área de saúde. No âmbito econômico-comercial, os Estados Unidos são o segundo maior



destino das exportações timorenses, sendo o café o principal produto exportado. Destaca-se, ainda, o fato de o dólar norte-americano ser a moeda corrente em Timor-Leste.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A moeda oficial de Timor-Leste é o dólar americano. A economia do país alcançou taxas de crescimento expressivas na década passada.

A principal fonte de renda do governo é o petróleo (92% das receitas). Os recursos advindos da exploração petrolífera no país são destinados para o Fundo Petrolífero de Timor-Leste (FPTL), cuja criação inspirou-se no Fundo Petrolífero da Noruega. Segundo dados do Banco Central de Timor-Leste, o Fundo, que possui portfólio de investimentos conservador (baixo rendimento e alta liquidez), já totaliza US\$ 17,6 bilhões.

Timor-Leste tem buscado atrair os investimentos estrangeiros e ampliar o comércio exterior, por meio da criação de Zonas Econômicas Especiais, como a Zona Econômica Especial Social de Mercado (ZEESM), no enclave de Oecussi, voltada ao reprocessamento de exportações.

O governo timorense constituiu, a partir dos royalties do petróleo, o “Fundo das Infraestruturas”. O fundo busca financiar projetos que incluem estradas e pontes, portos e aeroportos, saneamento, habitação social, edifícios governamentais, bem como infraestrutura específica para apoiar a exploração de gás e petróleo em Timor-Leste.

Uma das principais obras é a do “Porto multifuncional de Tibar”, nos arredores de Díli, a ser construído em etapas, com capacidade pretendida de 1 milhão de toneladas por ano. Uma vez pronto, espera-se que Tibar assuma a condição de principal eixo do comércio externo do país. O Porto Marítimo de Díli, atualmente o único internacional do país, é considerado um gargalo ao desenvolvimento por suas limitações de profundidade, de terrenos laterais para ampliação, e por seu acesso congestionado, por meio de avenida em pleno centro urbano da capital.

Além de manter o ritmo de crescimento, outro desafio no momento será promover um crescimento inclusivo e sustentável, fortalecer o desenvolvimento rural, o setor privado, prosseguir os esforços para reduzir as disparidades entre as zonas urbanas e rurais, apoiar os grupos vulneráveis, regular os títulos de terra e propriedade e criar novos empregos, especialmente para os jovens. Entre os



programas sociais do governo, cabe destacar a "Bolsa da Mãe", inspirado no programa brasileiro Bolsa Família.

O país tem registrado melhora relativa nos índices sociais. As taxas de desnutrição reduziram-se na segunda década do século XXI, ao passo que a expectativa de vida e a quantidade média de anos de escolaridade sofreram incremento.

Foram também registrados avanços no campo da saúde (vacinação de amplo número crianças; redução da mortalidade infantil e materna; erradicação quase completa da lepra) e da educação (mais de mil escolas em funcionamento; aumento considerável de matrículas escolares no ensino fundamental; concessão de bolsas de estudo superior, no país e no exterior, para formar quadros nacionais nas mais diversas áreas).

Timor-Leste é altamente dependente das exportações de petróleo bruto, que correspondem à maior parte do orçamento nacional (do total de US\$ 1,5 bilhão de receitas totais previstas para 2019, por exemplo, US\$ 963 milhões tinham origem no setor petrolífero). Nesse contexto, reveste-se de grande importância para a economia do país o Tratado sobre Fronteiras Marítimas assinado com a Austrália, em Nova York, em 2018.

O acordo estabelece a fronteira em linha mediana entre os dois países, posição historicamente defendida por Timor-Leste. Com a decisão, é atribuída a Timor-Leste a maior parte dos campos de gás "Greater Sunrise", identificados em 1974, localizados a 150 quilômetros a sudeste do país e a 450 quilômetros a noroeste da cidade de Darwin, no norte da Austrália. Suas reservas são estimadas em 5,1 trilhões de pés cúbicos de gás, com potencial valor de mercado entre US\$ 50 e 60 bilhões. Caberá a Timor-Leste concluir com a Indonésia a delimitação de outras zonas fronteiriças.

O governo timorense também concluiu, em abril de 2019, a aquisição das cotas de participação de dois dos quatro membros do consórcio formado para a exploração dos campos "Greater Sunrise": Shell (26,56% das ações) e ConocoPhillips (30% das ações), dando à Timor GAP, companhia petrolífera timorense, participação de 56,56% no projeto. Com a decisão, Díli passa a ser o sócio majoritário do consórcio. As demais empresas participantes do consórcio são a australiana Woodside (33,44%) e a japonesa Osaka Gas (10%).

Os principais destinos das exportações (petróleo e gás representam 78% e o café, 14%) do país são a Indonésia, os EUA, a Alemanha e a China. Nas importações, a Indonésia é a principal fonte dos produtos, seguida da China, de Singapura e de



Hong Kong, sendo que o Brasil ocupa o 9º lugar, com exportações principalmente de carnes e derivados.

Conquanto seja intensa a agenda bilateral de cooperação técnica entre o Brasil e Timor-Leste, o comércio entre os dois países é ainda modesto. Em 2019, a corrente comercial totalizou US\$ 6,7 milhões, a maior parte decorrente de exportações brasileiras (as importações provenientes de Timor-Leste equivaleram a apenas 61 dólares). Das vendas brasileiras a Timor-Leste, cerca de 80% corresponderam a carnes e 18%, a preparações de carnes.



CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Século XIV	Menções a Timor em crônicas chinesas, como ilha produtora de sândalo.
1512 (aprox.)	Chegada dos portugueses a Timor
1556	Estabelecimento de frades dominicanos na ilha
1702	O território se torna uma colônia portuguesa
1769	A capital é transferida de Lifau para Dili
1859	O Tratado de Lisboa estabelece a fronteira entre as colônias portuguesa e holandesa na ilha de Timor
1910–12	Revolta dos timorenses contra a dominação portuguesa, derrotada por tropas coloniais
1941	A colônia é ocupada por tropas australianas e holandesas, no contexto da II Guerra Mundial
1942	Tropas japonesas invadem o Timor e enfrentam resistência local
1945	Derrota japonesa e retorno do território ao domínio português
1974	Revolução dos Cravos em Portugal dá início ao processo de descolonização
1975	Primeiras eleições livres em Timor (março); A Fretilin e a UDT emergem como principais partidos
1975	Tentativa de golpe da UDT (agosto); proclamação unilateral da independência pela Fretilin (novembro); invasão indonésia (dezembro)
1976	Início da ocupação indonésia
1991	Massacre de Dili: 250 timorenses assassinados durante manifestação contra a ocupação indonésia
1996	Prêmio Nobel da Paz é concedido ao bispo de Díli, Dom Ximenes Belo e a José Ramos-Horta
1999	Referendo organizado pela ONU em agosto dá vitória aos independentistas; tropas indonésias devastam o país
2000-2002	Timor Leste é administrado pela ONU, após retirada indonésia
2002	O país se torna formalmente independente (maio) e organiza as primeiras eleições parlamentares e presidenciais. Xanana Gusmão toma posse como primeiro presidente.
2006	Tumultos provocados por tropas rebeladas provocam a demissão do primeiro-ministro Mari Alkatiri
2007	Eleições parlamentares e presidenciais. José Ramos-Horta assume a presidência da República. Xanana Gusmão é nomeado Primeiro-Ministro.
2012	Encerramento da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT)



2012	Eleições parlamentares e presidenciais. Taur Matan Ruak assume a presidência da República.
2017	Eleições parlamentares e presidenciais. Francisco Guterres Lu Olo assume a presidência da República.
2018	Crise política leva à dissolução do Parlamento e novas eleições parlamentares. Taur Matan Ruak é nomeado Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1999	Envio, pelo Brasil, de 5 oficiais de ligação, 6 observadores policiais e 19 peritos eleitorais para acompanhar o referendo sobre a independência (agosto)
1999	O então ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, encontra José Ramos-Horta e o chanceler da Indonésia, Ali Atalas, à margem da 53ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (setembro)
2000	Começa a operar o Escritório de Representação do Brasil em Díli (junho)
2001	Visita a Timor-Leste do presidente Fernando Henrique Cardoso (janeiro)
2002	Estabelecimento de relações diplomáticas (maio)
2002	Abertura da Embaixada em Díli (maio)
2002	Timor-Leste torna-se o oitavo membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (julho-agosto)
2004	Visita ao Brasil do chanceler José Ramos-Horta, para co-presidir a I Reunião da Comissão Mista (fevereiro)
2004	Decreto presidencial autoriza o envio de 50 professores brasileiros, no âmbito de programa de cooperação executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (novembro)
2005	Envio a Díli de dois defensores públicos e um juiz, para cooperar na formação judiciária (setembro)
2007	Visita a Timor-Leste do então chanceler Celso Amorim (dezembro)
2008	Visita ao Brasil do presidente José Ramos-Horta (janeiro)
2008	Visita a Timor-Leste do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho)
2008	Primeira missão do Grupo Executivo de Cooperação a Díli (agosto)
2009	Visita ao Brasil do presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Fernando La Sama (setembro)



2011	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Xanana Gusmão
2011	Visita ao Brasil do secretário-geral do Parlamento Nacional de Timor-Leste (outubro)
2013	Encontro entre o então ministro Antonio de Aguiar Patriota e seu homólogo José Guterres, em Viena, à margem do V Fórum da Aliança de Civilizações (fevereiro)
2013	Criação da Adidância de Defesa do Brasil para Timor-Leste, cumulativa, com residência em Tóquio, Japão (outubro)
2014	Visita dos diretores-gerais do Ministério de Agricultura e Pesca de Timor-Leste ao Paraná, com foco em agricultura de conservação (plantio direto), com apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (abril)
2015	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Constâncio da Conceição Pinto, para participar da cerimônia de posse da presidente da República (janeiro)
2015	Visita a Timor-Leste do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira (julho)
2016	Encontro entre o então presidente Michel Temer e o então presidente Taur Matan Ruak, à margem da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
2018	Vinda ao Brasil do diretor-geral de Água e Saneamento de Timor Leste, Gregório de Araújo, como chefe de delegação ao 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março)
2018	Visita a Timor-Leste do defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz, para monitoramento do projeto de apoio ao setor de justiça timorense.
2019	Olímpio Gomes Miranda Branco, embaixador designado de Timor Leste no Brasil, apresentou credenciais ao presidente da República em 3 de outubro de 2019.

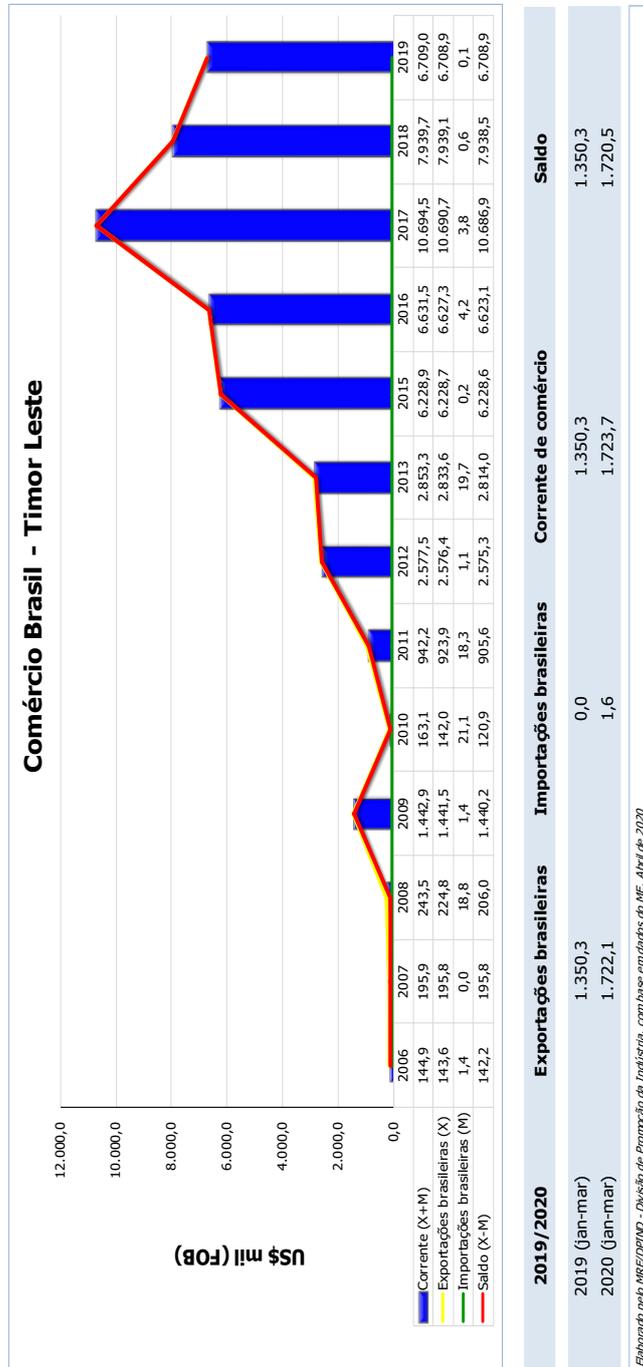


ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas	20/05/2002	20/05/2002	10/06/2002
Acordo Básico de Cooperação Técnica	20/05/2002	07/12/2004	20/01/2005
Acordo de Cooperação Educacional	20/05/2002	11/05/2004	11/05/2004
Acordo para a Formalização do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e Cessão de Uso de Terrenos, com Base na Reciprocidade, para as Embaixadas da República Federativa do Brasil e da República Democrática de Timor-Leste	31/07/2009	31/07/2009	22/09/2009
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	10/11/2010	10/11/2010	10/11/2010



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

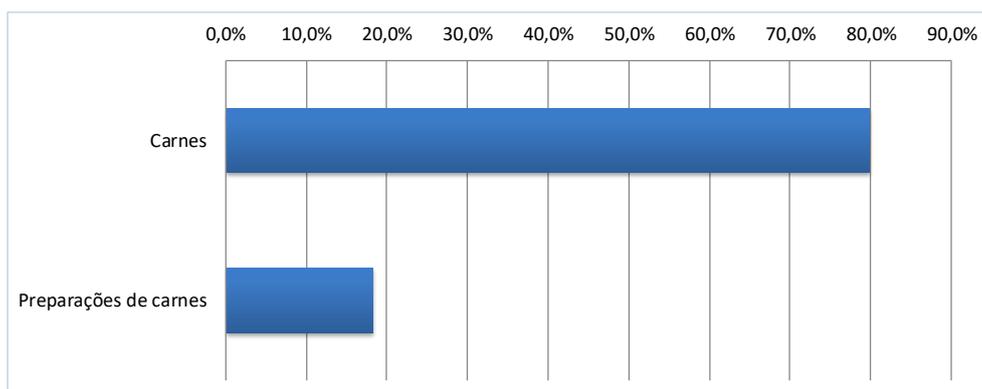


Composição das exportações brasileiras para o Timor Leste
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	9.091,1	85,0%	6.428,5	81,0%	5.362,1	79,9%
Preparações de carnes	1.512,6	14,1%	1.395,8	17,6%	1.224,9	18,3%
Subtotal	10.603,7	99,2%	7.824,4	98,6%	6.587,0	98,2%
Outros	87,0	0,8%	114,7	1,4%	122,0	1,8%
Total	10.690,7	100,0%	7.939,1	100,0%	6.708,9	100,0%

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

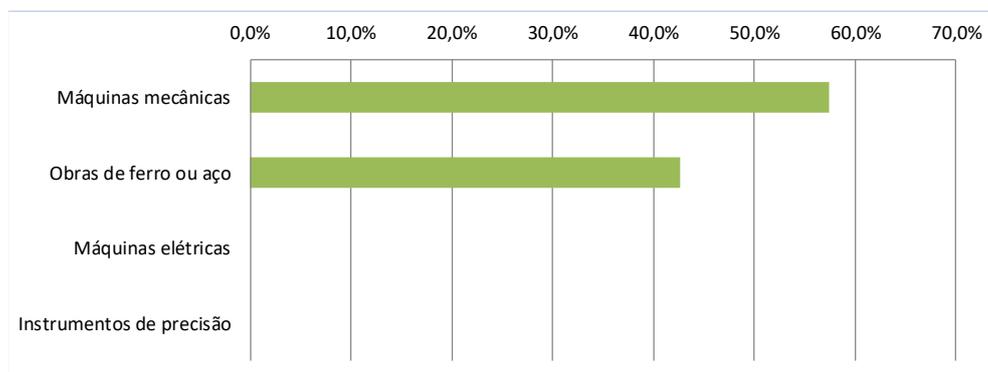


**Composição das importações brasileiras originárias do Timor Leste
US\$ mil**

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Máquinas mecânicas	0,0	0,0%	0,3	47,8%	0,0	57,4%
Obras de ferro ou aço	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	42,6%
Máquinas elétricas	0,2	4,9%	0,3	52,2%	0,0	0,0%
Instrumentos de precisão	3,6	95,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	3,8	100,0%	0,6	100,0%	0,1	100,0%
Outros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	3,8	100,0%	0,6	100,0%	0,1	100,0%

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



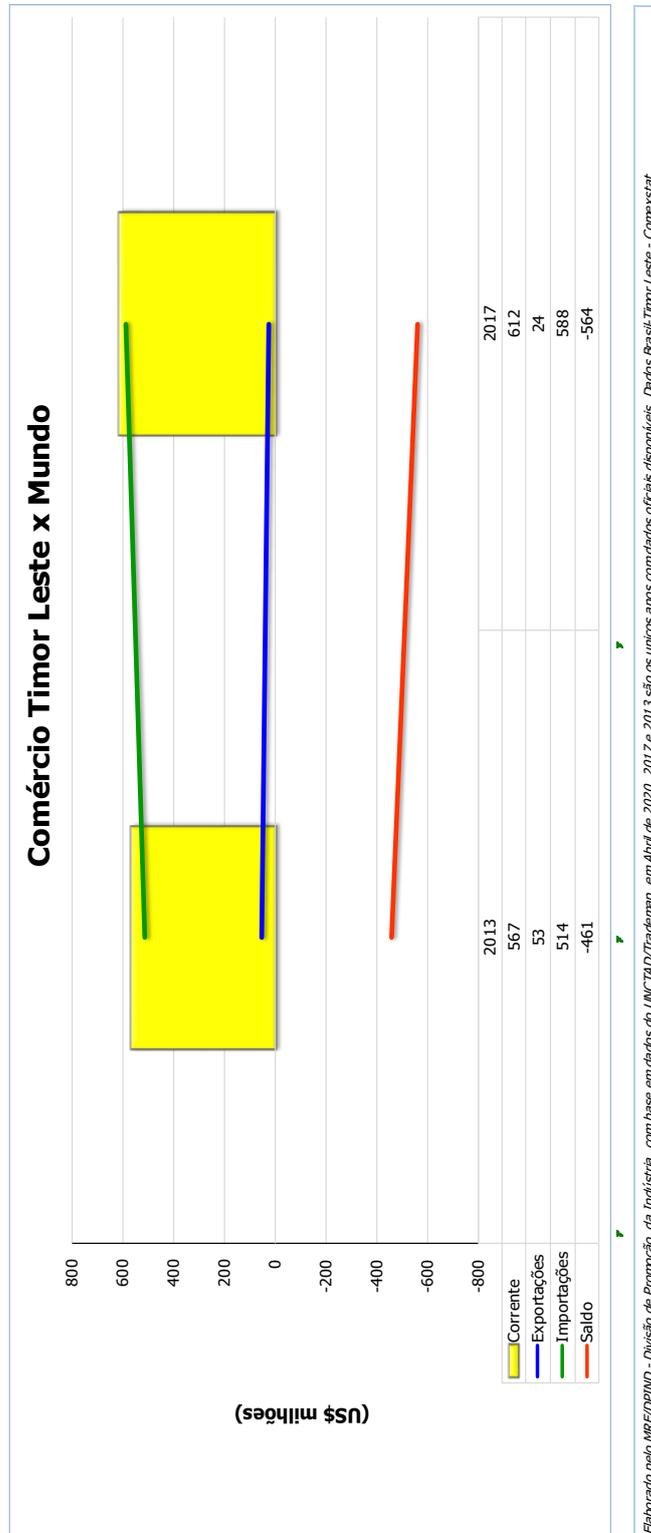
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 2 0 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020
Exportações					
Carnes	1.120,7	83,0%	1.076,7	62,5%	
Preparações de carnes	229,6	17,0%	588,4	34,2%	
Outros prods origem animal	0,0	0,0%	56,9	3,3%	
Subtotal	1.350,3	100,0%	1.722,1	100,0%	
Outros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	1.350,3	100,0%	1.722,1	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 2 0 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020
Importações			
Máquinas mecânicas	1,4	86,8%	
Obras de ferro ou aço	0,2	13,2%	
Subtotal	1,6	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	
Total	1,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.



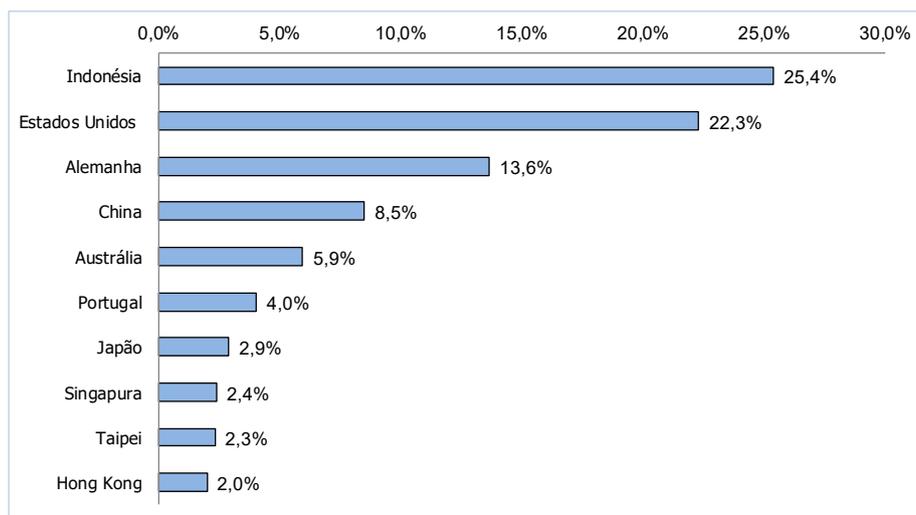


Principais destinos das exportações do Timor Leste
US\$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Indonésia	6,136	25,4%
Estados Unidos	5,390	22,3%
Alemanha	3,299	13,6%
China	2,052	8,5%
Austrália	1,437	5,9%
Portugal	0,974	4,0%
Japão	0,699	2,9%
Singapura	0,574	2,4%
Taipei	0,559	2,3%
Hong Kong	0,479	2,0%
...		
Brasil (27º lugar)	0,003	0,0%
Subtotal	21,60	89,4%
Outros países	2,57	10,6%
Total	24,17	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020. 2017 e 2013 são os únicos anos com dados oficiais disponíveis. Dados Brasil-Timor Leste - Comexstat.

10 principais destinos das exportações

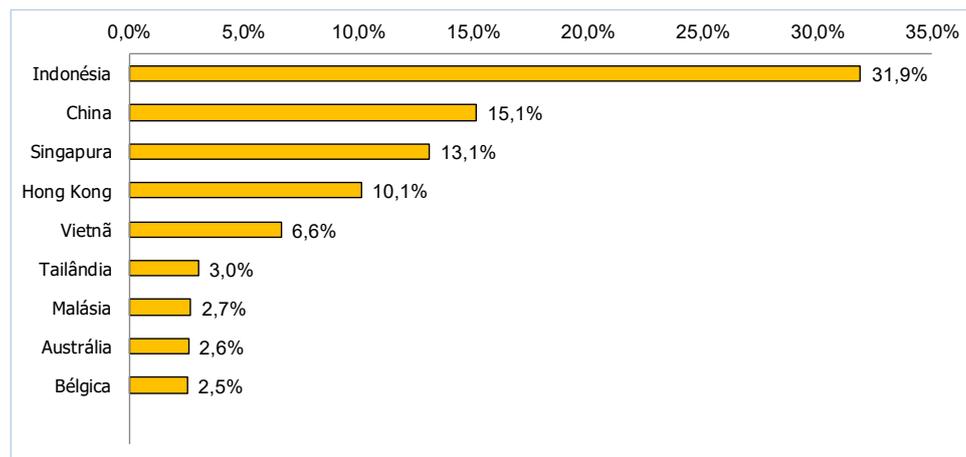


Principais origens das importações do Timor Leste
US\$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Indonésia	187,50	31,9%
China	88,94	15,1%
Singapura	77,00	13,1%
Hong Kong	59,44	10,1%
Vietnã	38,90	6,6%
Tailândia	17,68	3,0%
Malásia	15,84	2,7%
Austrália	15,16	2,6%
Bélgica	14,90	2,5%
...		
Brasil (12º lugar)	10,69	1,8%
Subtotal	526,03	89,5%
Outros países	62,01	10,5%
Total	588,05	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/IND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020. 2017 e 2013 são os únicos anos com dados oficiais disponíveis. Dados Brasil-Timor Leste - Comexstat.

10 principais origens das importações

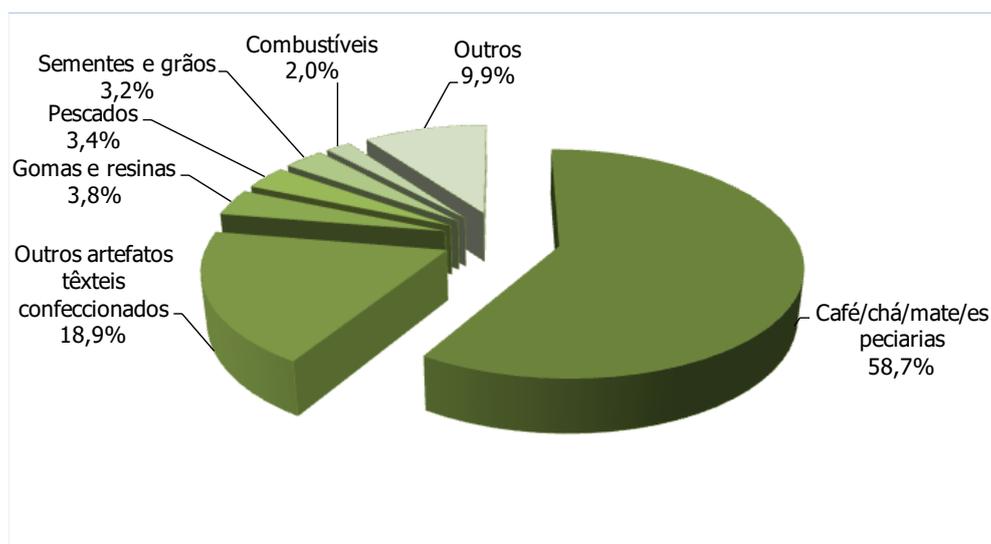


Composição das exportações do Timor Leste
US\$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2017	Part.% no total
Café/chá/mate/especiarias	14,20	58,7%
Outros artefatos têxteis confeccionados	4,57	18,9%
Gomas e resinas	0,92	3,8%
Pescados	0,83	3,4%
Sementes e grãos	0,78	3,2%
Combustíveis	0,49	2,0%
Subtotal	21,78	90,1%
Outros	2,40	9,9%
Total	24,17	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

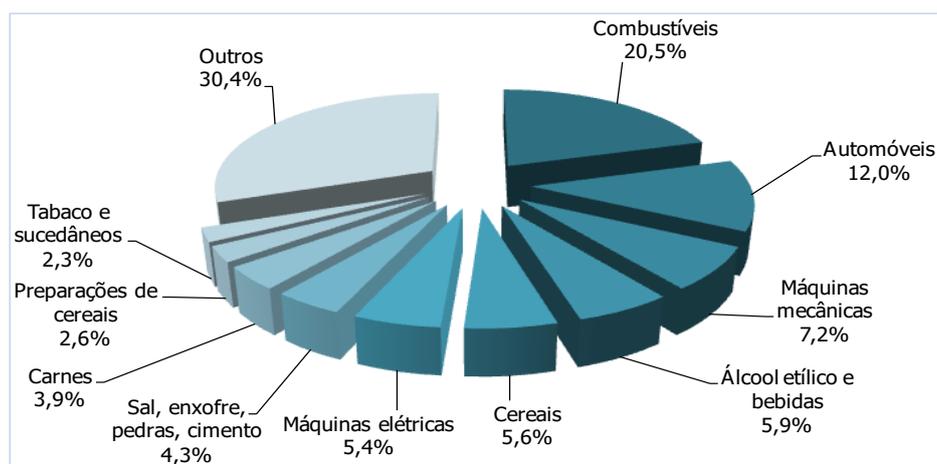


Composição das importações do Timor Leste
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017	Part.% no total
Combustíveis	120,29	20,5%
Automóveis	70,34	12,0%
Máquinas mecânicas	42,15	7,2%
Álcool etílico e bebidas	34,94	5,9%
Cereais	33,03	5,6%
Máquinas elétricas	31,49	5,4%
Sal, enxofre, pedras, cimento	25,11	4,3%
Carnes	22,70	3,9%
Preparações de cereais	15,48	2,6%
Tabaco e sucedâneos	13,79	2,3%
Subtotal	409,31	69,6%
Outros	178,74	30,4%
Total	588,05	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020.

10 principais grupos de produtos importados



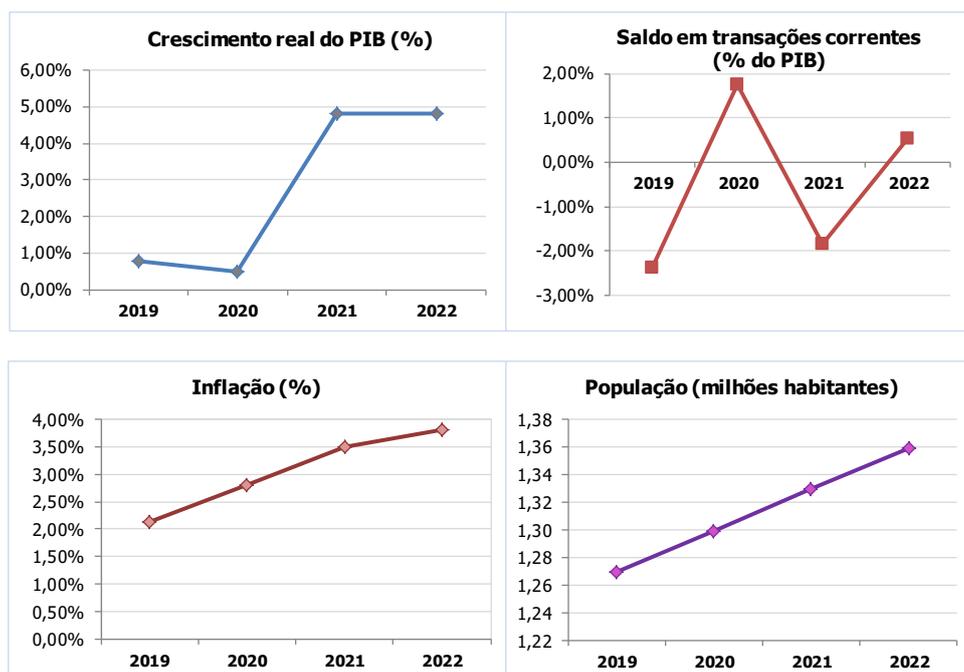
Principais indicadores socioeconômicos do Timor Leste

Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	0,80%	0,50%	4,80%	4,80%
PIB nominal (US\$ bilhões)	3,09	3,15	3,41	3,33
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.435	2.522	2.569	2.453
PIB PPP (US\$ bilhões)	4.659,43	4.856,36	4.805,64	4.123,28
PIB PPP "per capita" (US\$)	5.242	5.560	5.617	4.920
População (milhões habitantes)	1,27	1,30	1,33	1,36
Desemprego (%)	–	–	–	–
Inflação (%) ⁽²⁾	2,14%	2,80%	3,50%	3,80%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,36%	1,76%	-1,83%	0,54%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Abril de 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2020

(nº 359/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.

Os méritos do Senhor **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.



EM nº 00078/2020 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Senegal e, cumulativamente, junto à República da Gâmbia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



OFÍCIO Nº 350 /2020/SG/PR

Brasília, 25 de Junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**

CPF: 723.080.288-15

ID.: 5947558 SSP/SP

1955 Filho de Luigi Cobuccio e Maria de Lourdes dos Santos Cobuccio, nasce em 16 de abril em Santos/SP

Dados Acadêmicos:

1977 Economia pela Universidade de Campinas/SP

1982 CPCD – IRBr

2010 CAE – IRBr: “A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência”

Cargos:

1983 Terceiro-secretário

1987 Segundo-secretário

1994 Primeiro-secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, do Quadro Especial

2011 Ministro de segunda classe, do Quadro Especial

Funções:

1984 Divisão do Pessoal, assistente

1984-85 Departamento Econômico, assistente

1985-90 Embaixada em Budapeste, terceiro e segundo-secretário

1990-91 Divisão da América Meridional I, assistente

1991-92 Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Assuntos Internacionais, chefe de gabinete

1993-97 Embaixada em Madri, segundo e primeiro-secretário

1997-01 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, primeiro-secretário

2001-03 Instituto Rio Branco, assistente do diretor

2003-06 Ministério da Integração Nacional, assessor especial

2006-08 Embaixada em Montevidéu, conselheiro

2008-11 Embaixada em Paris, conselheiro

2012-2016 Embaixada em Libreville, embaixador

2016 Embaixada em Abidjã, embaixador

Cargos docentes e outras atividades acadêmicas:

1984 Professor assistente de Economia - IRBr

Publicações

2010 CAE - IRBr: A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência

FÁTIMA KEIKO ISHITANI

Diretora do Departamento do Serviço Exterior





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

SENEGAL



Maio de 2020



ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
RELAÇÕES BILATERAIS	4
RELAÇÕES POLÍTICAS	4
Cooperação Técnica	4
Cooperação em Defesa	6
Cooperação Educacional	7
Promoção Cultural	7
Cooperação Jurídica	7
Acordo de previdência social	7
Cooperação Científica e Tecnológica	8
Comissão Mista e Mecanismo de Consultas Políticas.....	8
Candidaturas	8
RELAÇÕES ECONÔMICAS	8
Comércio bilateral	8
Investimentos brasileiros	9
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)	9
Journée Bréslienne de Networking.....	9
Programa Mais Alimentos Internacional.....	9
Comércio de produtos de defesa	9
ASSUNTOS CONSULARES	10
Comunidade brasileira no Senegal.....	10
Diáspora senegalesa.....	10
Atendimento a brasileiros no contexto da emergência da COVID-19	10
POLÍTICA INTERNA	11
Panorama	11
Histórico	11
Indicadores sociais e demográficos.....	12
Divisão administrativa	12
Instituições	12
Partidos políticos.....	13
Eleições legislativas e locais	13
Eleições presidenciais de 2019.....	13
Segundo mandato do Presidente Macky Sall.....	14
Segurança	14



Casamansa.....	14
POLÍTICA EXTERNA	15
França.....	15
Estados Unidos.....	15
China.....	16
Canadá.....	16
Contexto regional.....	17
Paz e segurança na África.....	17
NEPAD	18
ECONOMIA.....	19
Defesa do perdão da dívida no contexto da emergência da COVID-19.....	19
Plano Senegal Emergente	19
Integração regional	20
Setores da economia.....	20
Energia.....	20
Mineração	21
PERFIS BIOGRÁFICOS	22
MAPA.....	23
DADOS BÁSICOS	24



RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

Aberta em 1961, ano seguinte à independência senegalesa, a Embaixada do Brasil em Dacar é a primeira do país na África subsaariana. Em 1963, o governo do Senegal abriu sua embaixada no Brasil. Após certo distanciamento na década de 1990, as relações bilaterais voltaram a se revigorar na primeira década deste século.

Têm sido frequentes os encontros bilaterais. O atual presidente senegalês, Macky Sall, reuniu-se com a então Presidente da República em junho de 2012, à margem da Rio+20, e em fevereiro de 2013, à margem da Cúpula ASA, realizada em Malabo, Guiné Equatorial. Ademais, enviou carta em novembro de 2016, quando da tragédia envolvendo os atletas do Chapecoense.

Em março de 2018, o Presidente Sall cancelou sua participação no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, para acompanhar investigação sobre acidente aéreo militar que mobilizou o Senegal. Contudo, fez-se representar pelo primeiro-ministro Mahammed Dionne, que se reuniu com o então Presidente da República à margem do evento. O próximo Fórum Mundial da Água será realizado no Senegal, em 2021.

Por sua vez, o então Ministro das Relações Exteriores brasileiro visitou Dacar em agosto de 2012 e foi recebido pelo Primeiro-Ministro Abdoul Mbaye e pelo secretário-geral dos Negócios Estrangeiros, Papa Omar Ndiaye. Em março de 2013, realizou-se a VIII Sessão da Comissão Mista Bilateral, em Brasília. A delegação senegalesa foi chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mankeur Ndiaye.

Ndiaye retornaria ao Brasil em janeiro de 2015, para a cerimônia de posse presidencial. Em setembro daquele ano, o então chanceler brasileiro visitou o Senegal e manteve encontros com o Presidente Macky Sall, o Primeiro-Ministro Mahammed Dionne e o Ministro Ndiaye, e presidiu a abertura do I Fórum Empresarial Brasil-Senegal.

O Ministro Ernesto Araújo realizou visita oficial ao Senegal em 9 de dezembro de 2019, quando se reuniu com o Presidente Macky Sall, o Presidente da Assembleia Nacional do Senegal, Moustapha Niasse, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Amadou Ba. Foram tratados assuntos relativos ao comércio bilateral, à facilitação de investimentos e à cooperação em defesa, entre outros.

Cooperação Técnica. O Programa de Cooperação Brasil-Senegal tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, assinado em 21 de novembro de 1972. Inclui, atualmente, os seguintes projetos:

a) Projeto PAIS-Naatangué (bilateral). A principal iniciativa de cooperação técnica bilateral atualmente em curso é o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), mais conhecido no Senegal como Fazendas Naatangué. Na primeira fase, de 2011 a 2015, foram implementadas 11 unidades agroecológicas. O êxito da iniciativa resultou em grande número de demandas de produtores senegaleses junto à *Agence Nationale d'Insertion et de Développement Agricole* (ANIDA), tornando o projeto uma política do governo senegalês.

Diante do interesse do Senegal em dar seguimento à iniciativa, a Agência Brasileira da Cooperação (ABC) organizou missão de prospecção ao país em agosto de



2017 e, em julho de 2018, assinou-se o Ajuste Complementar para a segunda fase do projeto (Fortalecimento de Práticas Agroecológicas para o Estabelecimento de Sistema Participativo de Certificação no Programa de Fazendas “Naatangué” no Senegal). Entre as metas a serem atingidas na nova etapa estão a instalação de 20 novas unidades agroecológicas e organização de um sistema participativo de garantia. As instituições brasileiras executoras são a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (Abio) e a PAIS Consultoria. Ressalta-se que há compartilhamento de recursos financeiros na iniciativa: a ANIDA é responsável pela instalação da infraestrutura das unidades agroecológicas, ou seja, cerca de um terço do recurso financeiro do projeto, que está em execução.

b) Projeto Cotton Senegal (bilateral). Em fevereiro de 2019, realizou-se missão de prospecção ao Senegal para elaborar proposta de projeto de cooperação para o aumento da produtividade do cultivo de algodão no país. Como resultado, a ABC, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Associação Mineira dos Produtores de Algodão (AMIPA) consolidaram o projeto Cotton Senegal, assinado em 27/8/2019, em cerimônia à margem do 12º Congresso Brasileiro do Algodão, em Goiânia.

c) Projeto Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados (trilateral). No âmbito da cooperação trilateral sul-sul estabelecida entre o Brasil e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), está em execução, desde 2017, o projeto Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados na África, cujo objetivo é transformar os institutos nacionais de estatística do Senegal (*Agence Nationale Statistique et de la Démographie du Sénégal* – ANSD) e de Cabo Verde (Instituto Nacional de Estatística – INECV) em referências regionais no uso de tecnologias de coleta eletrônica de dados a partir da troca de experiências com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao fim do projeto, almeja-se que a ANSD e o INECV estejam preparados para compartilhar conhecimento com outros institutos de estatísticas da região. Assim, a iniciativa poderá contribuir para o desenvolvimento dos próximos censos demográficos no continente africano e para a construção de uma base de informações estatísticas de maior qualidade que fundamentem a elaboração de políticas públicas e complementem o monitoramento dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e das metas previstas na Agenda 2063 da União Africana, “A África que Queremos”.

d) Programa de Alimentação Escolar (trilateral). O “Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar”, iniciado em outubro de 2010, visa a reforçar a capacidade e os conhecimentos em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar, bem como apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em víveres de produção nacional. A iniciativa conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como instituição brasileira cooperante e envolve 23 países, dentre os quais o Senegal. No âmbito do programa, realizaram-se missões de autoridades senegalesas ao Brasil para conhecer práticas relativas à alimentação escolar, além de missão de professoras e merendeiras da Rede Municipal de Ensino de São Paulo a Dacar. Recorde-se que, no nível continental, o programa levou à resolução da União Africana, na 26ª Cúpula dos Chefes de Estado, em 2016, sobre a promoção da alimentação escolar por meio da compra de alimentos produzidos localmente pelos agricultores familiares. Essa resolução está contemplada na Estratégia



Continental de Educação para a África 2016-2025.

Entre as iniciativas de cooperação já executadas, cabe registrar, ainda, os projetos “Apoio ao Combate ao Gafanhoto no Senegal”, “Apoio ao Programa de luta contra a Anemia Falciforme no Senegal” (que deu apoio à implementação de sistema de triagem neonatal para anemia falciforme no país) e “Apoio ao Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal” (que envolveu a cessão de variedades de arroz desenvolvidas pela Embrapa). O Brasil também emprestou mais de 20 mil PDAs (computadores de mão) ao governo do Senegal em apoio ao censo nacional de 2013 e, entre 2011 e 2015, contribuiu com USD 1,5 milhão para a execução do programa PAA África (*Purchase from Africans for Africa*) no Senegal, com o apoio do PMA e da FAO (o objetivo básico era auxiliar agricultores na produção e comercialização de alimentos para complementar e diversificar a dieta em programas de alimentação escolar). O grande êxito do Programa na cidade de Kedougou, onde hoje são atendidas 24 mil crianças em 180 escolas, persuadiu o governo senegalês a consolidar o projeto, estendendo-o a outras cinco regiões do país (Saint Louis, Matam, Kolda, Sédhio e Ziguinchor).

Cooperação em Defesa. A cooperação em defesa entre Brasil e Senegal tem grande potencial de crescimento. O estreitamento dos laços nessa área resultou na negociação de um **Acordo de Cooperação em Defesa**, assinado em agosto de 2010 mas não ratificado, porque o texto, anterior à Lei de Acesso à Informação do Brasil, precisaria ser adequado ao novo marco legal brasileiro. As negociações de emenda nesse sentido foram iniciadas a partir de proposta brasileira de modificação em artigo específico.

A colaboração entre os dois países levou também à criação da Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica brasileira no Senegal (cumulativa com Benim e Togo), em outubro de 2013. Há potencial, ainda, para novas vertentes de entendimento, principalmente em treinamento militar e cooperação entre as marinhas.

Há interesse senegalês em **cursos de formação e aperfeiçoamento**, e o Brasil tem oferecido vagas em suas academias militares, bem como em cursos de curta duração. Segundo o Ministério da Defesa, sete militares senegaleses participaram, em 2019, de cursos de formação no Brasil. O MD também envia um oficial e um sargento para ministrarem aulas nas escolas militares senegalesas (o Brasil é o único país, além da França, que mantém instrutores nessas escolas). Ademais, dois oficiais militares brasileiros trabalham no Estado-Maior Conjunto senegalês para prestar apoio técnico à reforma do setor de engenharia militar das Forças Armadas senegalesas.

No âmbito da **cooperação naval**, o navio-patrolha oceânico Araguari visitou o porto de Dacar, em janeiro de 2017, para efetuar exercícios com a Marinha Nacional do Senegal; e o navio-patrolha oceânico APA (P121) realizou, em abril do mesmo ano, visita operativa a Dacar, onde ficou atracado na base naval da Marinha senegalesa.

Há espaço também para fortalecer a **cooperação em treinamento para operações de manutenção da paz**. O Senegal ocupa o 12º lugar entre os países contribuintes de tropas para missões da ONU, com mais de 2.000 capacetes azuis distribuídos em missões em Mali (MINUSMA), República Centro-Africana (MINUSCA), República Democrática do Congo (MONUSCO), Sudão (UNAMID) e Sudão do Sul (UNMISS). O país também contribui com tropas para operações da União Africana e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Por sua vez, o Brasil tem buscado incrementar sua contribuição às operações de manutenção da paz, com envio de missões de treinamento e recepção de militares estrangeiros, incluindo africanos, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).



(Mais informação sobre o relacionamento bilateral na área de produtos de defesa encontra-se na seção “Relações Econômicas”).

Cooperação Educacional. A cooperação educacional com o Senegal está amparada pelo Acordo Cultural firmado entre os dois países em 1964 e em vigor desde 1967.

De 2000 a 2019, foram selecionados 64 estudantes senegaleses para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e 10 para o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). As áreas apontadas pelo governo senegalês como prioritárias para a concessão de vagas foram Medicina e Ciências da Saúde; Engenharia; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Agrárias e Ciências do Meio-Ambiente. Os PECs oferecem a estudantes de países em desenvolvimento a oportunidade de realizar seus estudos de graduação ou pós-graduação em instituições de ensino superior brasileiras, não havendo cotas de vagas por país. Os candidatos à graduação devem custear suas despesas no Brasil (somente pequeno número de participantes é contemplado com bolsas). Os de pós-graduação recebem bolsa mensal CAPES ou CNPq no mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros. Para candidatos de países onde não há aplicação do exame CELPE-BRAS, de proficiência em português, como é o caso do Senegal, é permitida a realização do teste no Brasil, ao fim da conclusão do curso de Português para Estrangeiros (cerca de sete meses de duração).

O Instituto Rio Branco, por sua vez, recebeu, no âmbito de seu programa de bolsistas estrangeiros, existente desde 1976, um aluno do Senegal, em 1995.

Promoção Cultural. Desde a assinatura do Acordo-Quadro Cultural entre Brasil e Senegal (1964), as relações culturais entre os países vêm-se adensando. Em 1972, foi firmado o Protocolo de Aplicação do Acordo Cultural. Em 1973, 1984 e 2005, foram celebrados Programas Executivos Culturais (PECs). O de 2005 balizou as ações das partes em busca da ampliação do conhecimento mútuo e do incremento dos laços culturais até 2008.

O Senegal apresenta rico panorama cultural. Um dos destaques em seu calendário de atividades é a Bienal de Arte Africana Contemporânea de Dacar (*Dak'Art*), tradicional exposição no país, que costuma contar com participação de artistas brasileiros. Em 2016, com o apoio do Departamento Cultural/MRE, cinco artistas brasileiros apresentaram suas obras na exposição. Em maio de 2018, também com apoio do Departamento Cultural/MRE e da Embaixada em Dacar, a artista brasileira Rose Mara da Silva participou da 13ª edição do evento, com o vídeo “*Une nouvelle humanité*”, sobre a dança contemporânea afro-brasileira.

Cooperação Jurídica. O governo senegalês apresentou modelo de convenção relativo à **transferência de pessoas condenadas**, que foi encaminhado pela DCJI/MRE ao Ministério da Justiça e Segurança Pública em outubro de 2019.

Atualmente, não há acordos bilaterais de cooperação jurídica em vigor entre Brasil e Senegal, o que não impede a formulação de pedidos de cooperação jurídica e o envio de cartas rogatórias, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em convenções multilaterais de que os países sejam partes.

Acordo de Previdência Social. Em fins de 2017, a Embaixadora do Senegal em Brasília expressou o interesse de seu governo em celebrar acordo bilateral de seguridade social. Em 2018, a Coordenadoria-Geral de Cooperação e Acordos Internacionais da Secretaria de Previdência do antigo Ministério da Fazenda demonstrou disposição para



iniciar negociação de Acordo de Previdência Social entre o Brasil e o Senegal. Propôs, ademais, versão zero do texto. No mesmo ano, a parte senegalesa apresentou contraproposta e, em fins de 2019, houve reunião de negociação presencial em Brasília.

Cooperação Científica e Tecnológica. Em junho de 2017, o Senado Federal aprovou o texto do Acordo entre Brasil e Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010. O documento, no entanto, ainda não foi ratificado pela parte senegalesa.

Comissão Mista e Mecanismo de Consultas Políticas. A Comissão Mista bilateral foi criada em 1964 no âmbito do Acordo Cultural entre Brasil e Senegal, e convocada pela primeira vez em 1972. Desde então, reuniu-se oito vezes. Em 2002, foi estabelecido Mecanismo de Consultas Políticas, em nível a definir em comum acordo entre as partes.

Candidaturas. O Senegal tem apoiado com regularidade as candidaturas brasileiras em organismos multilaterais. Recentemente, o país votou a favor da reeleição do Brasil no **Conselho de Direitos Humanos (CDH)** da ONU (mandato 2020-2022), nas eleições de outubro de 2019. Houve apoio brasileiro à exitosa candidatura de Hameth Saloum Dikhate ao **Subcomitê de Prevenção à Tortura** (mandato 2019-2022). O Brasil também votou favoravelmente à candidatura do senegalês Cheikh Ahmed Tidiane Coulibaly ao **Comitê contra Desaparecimentos Forçados (CED)**, mandato 2019-2023, nas eleições de junho de 2019 (pleito não competitivo; não houve apoios recíprocos). Brasil e Senegal também se apoiaram mutuamente no **Conselho Executivo da UNESCO** (ambas candidaturas para mandato no período 2019-2023) em eleição realizada em novembro de 2019.

Em 2018, o Senegal também apoiou a candidatura do senhor Renato Zerbini Ribeiro Leão ao **Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC)** da ONU. Em 2017, votou a favor da reeleição do conselheiro Fernando de Oliveira Sena como membro do **Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ)**, da reeleição do professor Antônio Augusto Cançado Trindade como juiz da **Corte Internacional de Justiça (CIJ)** e da candidatura do embaixador Silvío José Albuquerque e Silva ao **Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD)**. O Brasil apoiou a candidatura do Senegal ao **Conselho de Direitos Humanos** no período 2018-2020.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio bilateral. O Brasil é o principal parceiro comercial do Senegal na América do Sul. Em 2018, ocupou a 15ª posição entre os principais países de origem das importações senegalesas e foi o 46º destino das exportações do país africano. No contexto africano, o Senegal é o 14º maior parceiro comercial do Brasil.

Historicamente, verifica-se superávit brasileiro nas relações comerciais, cujo fluxo tem sido majoritariamente composto por exportações brasileiras. Em 2019, o Brasil exportou o equivalente a USD 135 milhões para o Senegal e importou USD 4,7 milhões em produtos daquele país.

Os principais itens da pauta de exportação brasileira foram arroz (35%), ovos de aves, com casca, frescos, conservados ou cozidos (9,5%) e açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (8,8%). Vale destacar que o



Senegal é o terceiro maior comprador do arroz brasileiro no mundo e a principal porta de entrada do produto no continente africano.

As importações de produtos senegaleses pelo Brasil em 2019 concentraram-se em insumos industriais: ácido fosfórico e ácidos polifosfóricos (73,2%) e minérios de zircônio e seus concentrados (22,3%).

Investimentos brasileiros. De acordo com o Banco Central, não há registro de fluxo ou de estoque de investimentos brasileiros no Senegal, tampouco de investimentos senegaleses no Brasil. De todo modo, representantes do governo senegalês vêm manifestando interesse na atração de investimentos brasileiros, sobretudo no âmbito do “Plano Senegal Emergente”, estratégia de desenvolvimento adotada em 2012 e que, a princípio, visa a conferir ao Senegal a condição de “país emergente” até 2035. Autoridades senegalesas destacam oportunidades em infraestrutura, moradias populares, energia e eletrificação rural, agroindústria, exploração mineral e turismo.

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Em visita a Dacar, em setembro de 2015, o então chanceler brasileiro sugeriu à contraparte senegalesa que fosse iniciada negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). O Brasil apresentou proposta de texto em dezembro de daquele ano.

Em maio de 2016, o lado senegalês designou ponto focal do Ministério da Promoção de Investimentos, das Parcerias e dos Tele-Serviços para a negociação do acordo. Em seguida, o governo senegalês iniciou processo de análise de seu próprio marco regulatório para investimentos, especialmente em razão das perspectivas de investimentos estrangeiros no setor de petróleo e gás.

Journée Brésilienne de Networking. Em 6 de novembro de 2019, realizou-se a 2ª edição da *Journée Brésilienne de Networking*, iniciativa do Setor Comercial da Embaixada do Brasil em Dacar que visa a estabelecer plataforma regular de contatos entre empresas brasileiras, senegalesas e de outros países da região. Nesta edição, estiveram presentes 250 participantes, entre os quais empresários de Cabo Verde, Mauritânia, Gâmbia, Guiné Conacri e Marrocos, além dos senegaleses. O Brasil esteve representado por empresas dos setores de energia, aeronáutica (Embraer), caminhões e equipamentos agrícolas, finanças, agropecuária, engenharia, avicultura, equipamentos médico-hospitalares e gêneros alimentícios em geral. A Embaixada contou com o apoio da “Afrochamber” e da EMBRATUR.

Programa Mais Alimentos Internacional. O Senegal beneficiou-se do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI), de desenvolvimento da segurança alimentar dos países beneficiados por meio de exportações de máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros e projetos de cooperação técnica.

O primeiro Memorando de Entendimento com Senegal sobre o tema foi assinado em 29/08/2013. No âmbito do PMAI, o Senegal obteve financiamento cuja primeira tranche, no valor de USD 28,333, teve seu desembolso aprovado em 2014. Em 2018, foi aprovada a segunda tranche do PMAI para o Senegal, no mesmo valor, com execução durante o ano de 2019.

Comércio de produtos de defesa. Na área de produtos de defesa, o comércio entre Brasil e Senegal ainda é incipiente, mas tem grande potencial e já apresenta alguns resultados concretos nas áreas de armas leves e não-letais.



ASSUNTOS CONSULARES

Comunidade brasileira no Senegal. A comunidade brasileira, atualmente estimada em cerca de 200 pessoas, é atendida pela Embaixada em Dacar. A maior parte dos nacionais que vivem no Senegal são missionários cristãos. Há também nacionais brasileiros, muitas vezes com dupla ou tripla nacionalidade, entre os integrantes da comunidade libanesa no Senegal. Não há registro de brasileiros presos no país. Existe acordo sobre isenção de vistos para passaporte diplomático e passaporte oficial, em vigor desde 2005. Passaportes comuns estão isentos de visto para permanência de até 30 dias.

Diáspora senegalesa. Ao decretar seis novas jurisdições eleitorais no exterior, em 2018, o governo senegalês indicou o Brasil como uma delas, juntamente com Argentina, Emirados Árabes Unidos, Turquia, Japão e China. A diáspora senegalesa no Brasil é significativa. Dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) da Polícia Federal indicam que, em 2018, 1794 senegaleses entraram com pedido de cadastro para a emissão de Registro de Nacional Migratório (RNM) como residentes. A maioria desses imigrantes são homens (97,5%) com residência nos estados do Rio Grande do Sul (55,9%), São Paulo (19,6%) e Paraná (8,3%). Desde 2017, senegaleses são os que mais receberam autorizações de residência pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Atendimento a brasileiros no contexto da emergência da COVID-19. Em 3 de abril de 2020, embarcaram em aeronave procedente de Frankfurt, com destino a Guarulhos, 23 missionários brasileiros que se encontravam retidos em Dacar devido ao cancelamento de voos e ao fechamento das fronteiras do Senegal, resultantes da emergência sanitária internacional da COVID-19. Por gestões do Itamaraty e da ANAC, o voo foi desviado especialmente para recolhê-los na capital senegalesa e, em Dacar, permitiu somente o embarque de 23 passageiros, cujos assentos foram bloqueados na partida de Frankfurt. Antes, em 25 de março, outros 15 missionários conseguiram embarcar, com apoio da Embaixada em Dacar, em voo especial de repatriação de nacionais espanhóis, com destino a Madri, de onde seguiram viagem para o Brasil.



POLÍTICA INTERNA

Desde a independência, em 1960, o Senegal tem sido caso exemplar de democracia representativa na África, com eleições regulares, alternância política e inexistência de golpes de Estado. O país é conhecido por sua cultura de tolerância e, ao contrário do que ocorre com alguns outros Estados da região, não há registro de movimentos religiosos radicais atuando em seu território. A maioria muçulmana sunita (94% da população) convive pacificamente com as minorias xiita, cristã e animista, assim como os cinco principais grupos étnicos (uólofe, fula, serer, mandinga e diola) coexistem lado a lado, sendo comuns os casamentos inter-religiosos e interétnicos.

Eleito em 2012, o Presidente Macky Sall reelegeu-se em 2019, já no primeiro turno, para um mandato de cinco anos, em pleito considerado justo e transparente por observadores internacionais.

Histórico. O território que hoje corresponde ao Senegal abrigou diferentes reinos – como o uólofe e reinos mandingas – e foi parte de grandes impérios africanos, incluindo os de Gana, do Mali e Songai. Comerciantes árabes introduziram o Islamismo na região no século XI. Os franceses chegariam àquela área no século XVII, e a transformariam em colônia em 1854.

Em setembro de 1958, o Senegal tornou-se uma República Autônoma no âmbito da Comunidade Francesa (proposta pelo General De Gaulle no marco da V República). Em 4 de abril do ano seguinte, sob o patrocínio da França, o país uniu-se ao Sudão Francês (atual Mali) para formar a Federação do Mali, que se tornaria independente em junho de 1960. Em agosto do mesmo ano, o Senegal romperia o vínculo com a Federação, declarando-se independente e elegendo como presidente o escritor e poeta Léopold Sédar Senghor.

Nos 20 anos do governo de Senghor, que se reelegeu diversas vezes com o Partido Socialista Senegalês (PS, única agremiação política legal no país até 1974), o Senegal adotou política econômica de orientação socialista moderada. Em dezembro de 1980, Senghor anunciaria sua aposentadoria e, em conformidade com a Constituição, indicou como sucessor o então primeiro-ministro Abdou Diouf (no cargo desde 1970).

Diouf deu seguimento ao processo de consolidação do pluralismo político e da abertura democrática, além de reduzir a intervenção estatal na economia. Vitorioso nas eleições de 1983, aumentaria seus poderes ao abolir o cargo de primeiro-ministro. Foi reeleito em 1988 e 1993.

Nas eleições presidenciais de 2000, Abdoulaye Wade, do Partido Democrático Senegalês (PDS) derrotou Diouf e deu início a reformas econômicas de cunho liberal, bem como maior aproximação com a China e os países árabes, a fim de contrabalançar as estreitas relações econômico-financeiras com a França. Nova Constituição foi aprovada em 2001. Nas eleições presidenciais de 2007, Wade foi reeleito com 55,9% dos votos.

Nas eleições presidenciais de 2012, Wade foi derrotado por **Macky Sall**, da Aliança pela República (APR), que obteve 67% dos votos válidos no segundo turno e foi eleito para mandato de sete anos. Em julho do mesmo ano, no pleito parlamentar, a coalizão de Macky Sall assegurou ampla maioria na Assembleia Nacional.

Em 2014, após o resultado negativo da coalizão governista nas eleições locais realizadas em junho, Sall realizou ampla reforma ministerial. A primeira-ministra Aminata (“Mimi”) Touré, cuja administração se caracterizara pela ênfase nas políticas



sociais, foi substituída por **Mahammed Dionne**, que se concentrou na execução do Plano Senegal Emergente, estratégia de desenvolvimento, adotada em 2012, que visa a conferir ao Senegal a condição de “país emergente” até 2035.

Em fevereiro de 2019, foram realizadas novas eleições presidenciais, nas quais Macky Sall reelegeu-se já no primeiro turno, com 58% dos votos, em pleito considerado justo e transparente por observadores internacionais. O segundo mandato terá duração de cinco anos em vez de sete, em razão da reforma constitucional referendada em 2016.

Indicadores sociais e demográficos. Apesar do histórico de estabilidade política e adoção de políticas públicas voltadas ao combate à fome e à miséria, o Senegal ainda conta com altos índices de pobreza. Em 2017, 63,2% dos senegaleses viviam com menos de USD 3,10 por dia, e 38% viviam em extrema pobreza (menos de USD 1,90 por dia). Em 2019, a ONU (PNUD) classificou o país na 166ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O índice de analfabetismo é elevado: 48,1% dos senegaleses com mais de 15 anos não sabem ler (entre as mulheres, o percentual é de 60,2%). A expectativa de vida é de 67,5 anos. Mais da metade da população (54%) de 15,9 milhões de habitantes tem entre 15 e 64 anos, e a maioria (53,3%) ainda vive no campo. Em 2018, apenas 25,7% da população tinham acesso à internet.

Do ponto de vista étnico, os principais grupos são os uólofes (41,6% da população), os fulas ou fulanis (28,1%), os sererês (15,3%), os mandingas (5,4%) e os diola (3,4%). Do ponto de vista religioso, a maioria da população senegalesa é muçulmana sunita (94%), havendo minorias xiita, cristã e animista. Além do francês, língua oficial, são falados no país pelo menos outros seis idiomas: uólofe, fulani, sererê, diola, malinqué e soninquê.

Divisão administrativa. O Senegal é um Estado unitário, composto por 14 regiões administrativas: Dacar (menor região administrativa e a mais populosa, abriga a capital), Diourbel, Fatick, Kaffrine, Kaolack, Kédougou, Kolda, Louga, Matam, Saint-Louis, Sédhiou, Thiès, Tambacounda e Ziguinchor. Essas regiões subdividem-se em 45 departamentos, que compreendem 133 *arrondissements*.



Instituições. Reforma constitucional eliminou o cargo de Primeiro-Ministro em maio de 2019. Atualmente, o Gabinete de Ministros compreende 32 pastas. O Presidente da República é eleito por sufrágio universal direto, por maioria absoluta dos votos, em dois turnos se necessário, e pode reeleger-se uma única vez. A redução do mandato presidencial, de sete para cinco anos, resultou de proposta de reforma de iniciativa do próprio Presidente. Em caso de demissão, impedimento ou morte, o substituto é o Presidente da Assembleia Nacional.

O legislativo (*Assemblée Nationale*) é unicameral, com 165 deputados, eleitos por voto universal para mandatos de cinco anos. Desses, 105 são eleitos em sistema de maioria simples (inclusive 15 representantes da diáspora senegalesa), e os 60 restantes são eleitos a partir de uma lista nacional, em sistema de voto proporcional.



O Judiciário é independente. As mais altas instâncias são a Corte Suprema (organizada em câmaras criminal, administrativa, social, comercial e civil) e o Conselho Constitucional (que conta com sete membros, sendo cinco indicados pelo presidente e dois pela Assembleia Nacional). O Judiciário compreende, ainda, a Alta Corte de Justiça (para crimes de alta traição), Tribunais de Apelação, Tribunal de Contas, Tribunais de Segunda Instância, tribunais regionais e distritais e Tribunal do Trabalho.

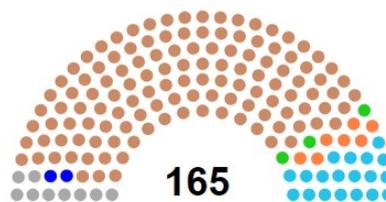
Em abril de 2018, o governo Macky Sall conseguiu aprovar projeto de reforma da legislação eleitoral (válida para o pleito presidencial ocorrido em 2019) que determinava a *parrainage* (“patrocínio” ou “apadrinhamento”) para a homologação de candidaturas. Assim, para serem consideradas válidas, candidaturas presidenciais precisam ser endossadas por no mínimo 0,8% do eleitorado (cerca de 52 mil eleitores), de pelo menos sete das 14 regiões do país (para postulantes parlamentares, exige-se endosso de 0,5% do registro, correspondente a 32,5 mil votantes). O governo afirmou que seu objetivo era pôr fim à discriminação praticada contra candidaturas independentes (únicas para as quais esses requisitos se aplicavam) e evitar multiplicidade de candidaturas irrelevantes.

Partidos políticos. A coalizão governista *Benno Bokk Yakaar* (BBY) reúne em suas fileiras três dos maiores e mais representativos partidos políticos do país, com presença nacional: a *Alliance pour la République* (APR), agremiação de centro criada pelo presidente Macky Sall em 2008, após sua saída do *Parti Démocratique Sénégalais* (PDS), vinculado ao ex-presidente Wade e que atualmente é o principal partido de oposição; a *Alliance des Forces de Progrès* (AFP), agremiação de centro-esquerda do veterano Moustapha Niasse, atual presidente da Assembleia Nacional; e o *Parti Socialiste* (PS), que governou o país de 1960 até a derrota nas eleições presidenciais em 2000 (e que se vincula à figura de Léopold Senghor).

Eleições legislativas e locais. Nas últimas eleições legislativas, realizadas em julho de 2017, a coligação governista (BBY) conquistou 125 dos 165 assentos da Assembleia Nacional (veja-se o gráfico). O presidente da Assembleia, segundo na hierarquia de poder senegalesa, é Moustapha Niasse. As próximas eleições legislativas estão previstas para 2022.

As eleições locais, nas quais são escolhidos os conselheiros departamentais e municipais eleitos, realizaram-se pela última vez em 2014. Novas eleições estavam previstas para junho de 2019, mas foram postergadas duas vezes desde então.

Eleições presidenciais de 2019. As últimas eleições presidenciais foram realizadas em fevereiro de 2019. As próximas estão previstas para fevereiro de 2024. No pleito de 2019, em que concorreram cinco candidatos, o Presidente Macky Sall reelegeu-se no primeiro turno, com 58% dos votos (taxa de comparecimento de 66,23%). As eleições realizaram-se de forma pacífica. Houve missões de observação da UE e da CEDEAO, esta última chefiada pelo ex-presidente Boni Yayi, do Benim.



O primeiro discurso do presidente reeleito teve tom conciliador. Macky Sall convidou para participar do “diálogo republicano” todas as “forças vivas” da nação, inclusive seus predecessores.

Segundo mandato do Presidente Macky Sall. Após tomar posse, em abril de 2019, o Presidente reconduziu Mahammed Dionne ao cargo de Primeiro-Ministro. Este indicou a nova equipe de ministros, cuja composição buscou promover renovação do quadro (cerca de 50%), aumento da presença feminina (25% do gabinete, contra 20% no anterior) e maior representatividade regional (todas as 14 regiões do país foram agraciadas). O jovem economista Amadou Ba, anteriormente Ministro das Finanças, assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pasta até então ocupada por Sidiki Kaba, remanejado para as Forças Armadas. Houve redução de 39 para 32 ministérios.

Dionne também foi incumbido de articular reforma constitucional visando a abolir o cargo de Primeiro-Ministro. A mudança foi aprovada pela Assembleia Nacional em maio de 2019. Mahammed Dionne manteve o cargo de Secretário-Geral da Presidência, que acumulava desde o início do novo mandato de Macky Sall.

Segurança. Desde a independência, o Senegal tem-se mantido ao largo dos maiores problemas políticos internos que ocorrem em países vizinhos. Não há na história do país registro de revoltas armadas ou levantes militares. A criminalidade é baixa.

Não há registro de atentado terrorista no Senegal. Com o apoio dos parceiros europeus e norte-americanos, o Senegal investiu pesadamente no equipamento e treinamento de suas forças de segurança.

Casamansa. O principal desafio de ordem interna é o movimento separatista da região de Casamansa, área situada ao sul da Gâmbia e ao norte da Guiné-Bissau e que possui grande potencial turístico, agrícola e mineral (zircônio). Fundado em 1982, o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) é o principal grupo que atua pela independência da área, dispondo de uma ala armada.

Em 2004, o presidente Wade assinou acordo com os rebeldes. Setores do MFDC, entretanto, não reconheceram as negociações e continuaram a realizar atos de violência. A partir da posse de Macky Sall, em 2012, teve início novo processo de negociação, com apoio da Comunidade de Sant’Egídio, ligada ao Vaticano, com vistas a uma paz definitiva. O presidente senegalês lançou, em 2014, o projeto “Polo de Desenvolvimento da Casamansa”, que prevê investimentos em transportes, agricultura e saúde, entre outros, invertendo o discurso (prevalente até então) de que seria preciso primeiro pacificar aquela área para depois desenvolvê-la.

Mais recentemente, com a construção da ponte sobre o Rio Gâmbia, que facilita o contato entre Dacar e a região sul do Senegal, o separatismo arrefeceu.



POLÍTICA EXTERNA

O Senegal goza de boa reputação internacional e mantém 48 representações diplomáticas no exterior. A embaixada em Brasília é a única do país na América Latina. O país tem participação ativa em fóruns regionais, como a União Africana (UA) e a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e internacionais, como a ONU. Dacar é sede do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel e de diversos escritórios regionais e sub-regionais de organizações internacionais e ONGs. As medidas que o presidente Macky Sall tem tomado em prol da boa governança (auditorias internas, combate à corrupção) são bem vistas pela comunidade internacional e facilitam o diálogo com países doadores e organizações internacionais.

Sem descuidar de seus aliados tradicionais, como França e Estados Unidos, o Senegal tem buscado diversificar suas parcerias, ampliando os laços de cooperação com países como China, Brasil, Índia, Turquia, Marrocos, Israel, Arábia Saudita e Canadá.

França. Desde a independência, a política externa senegalesa tem conferido peso especial à ex-metrópole. A França é importante parceiro comercial e detém o maior estoque de investimento estrangeiro no Senegal, sendo responsável pela geração de 15 mil empregos diretos no país. Logo após chegar ao poder, em 2012, o presidente Macky Sall realizou visita a Paris, onde obteve empréstimo de 130 milhões de euros e assinou acordo de defesa. Em junho de 2017, o ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, Jean-Yves Le Drian, visitou Dacar, onde se reuniu com o então chanceler senegalês Mankeur Ndiaye. Em fevereiro de 2018, Emmanuel Macron visitou o país para promover dois dos eixos prioritários de seu governo para o continente africano: educação e mitigação das mudanças climáticas. Macron assinou com Macky Sall acordos de venda de dois Airbus A330neo à Air Senegal e de criação de campus universitário franco-senegalês. Os dois mandatários abriram e presidiram o segmento de alto nível da 3ª Conferência da Parceria Mundial para a Educação (PME), com a presença de sete outros chefes de estado africanos (Chade, Níger, República Centro-Africana, Gana, Burkina Faso, Togo e Mali). O Presidente francês anunciou que a França aumentaria para USD 250 milhões (contra USD 21 milhões no período 2014-2017) sua contribuição ao PME, tornando-se o quarto maior doador europeu do programa.

Estados Unidos. Outro importante parceiro tradicional do Senegal são os Estados Unidos. Os dois países assinaram, em maio de 2016, acordo de defesa que abre a possibilidade do estabelecimento de “presença permanente” de militares norte-americanos em áreas do território senegalês. Em coletiva à imprensa após a assinatura do documento, o então chanceler Mankeur Ndiaye e o embaixador norte-americano no país ressaltaram “os interesses de segurança compartilhados pelos dois países, atendidos por uma cooperação estreita, na forma de exercícios militares conjuntos e da formação regular de indivíduos”. O novo acordo aumentaria o escopo dessa colaboração, com dispositivos para facilitar repostas imediatas a situações de crise, como a eclosão de surtos de doenças, catástrofes naturais ou ainda a contenção de atentados terroristas.

Em 16 de fevereiro de 2020, o Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, visitou Dacar, cumprindo agenda que incluiu audiência com o Presidente Macky Sall, encontro de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Amadou Ba e participação em encontro de negócios. Durante os encontros, houve ênfase nos aspectos



econômico-comerciais do relacionamento bilateral e de segurança. Foram firmados cinco memorandos de entendimento para financiamento e desenvolvimento de projetos nas áreas de saúde, energia e infraestrutura, entre agências do governo senegalês e os grupos Bechtel Corporation (construção de autoestrada de 170km entre Dacar e Saint-Louis), ABD Group (infraestrutura social), Weldy Lamont (eletrificação rural) e General Electric (construção de central elétrica de 300MW e fornecimento de equipamentos de diagnóstico médico).

China. A presença chinesa no Senegal intensificou-se desde o restabelecimento dos laços diplomáticos, em 2005 (o rompimento ocorrera em 1996, quando o Presidente Abdou Diouf reconheceu Taipé; seu sucessor, Abdoulaye Wade, reverteu o processo). Segundo dados do governo senegalês, o volume de investimentos chineses desde 2005 atingiria USD 2,15 bilhões, dos quais USD 1,7 bilhão aplicado durante a gestão de Macky Sall. Assim, a China é atualmente o país que mais investe no Senegal. É também seu segundo maior parceiro comercial, atrás apenas da França. Em 2018, por exemplo, o Senegal importou da China USD 896 milhões e exportou para aquele país USD 135 milhões. Entre as grandes obras realizadas pelos chineses, destacam-se o Grande Teatro Nacional, o Museu das Civilizações Negras e a Arena Nacional de Lutas, bem como a renovação de 11 estádios de futebol. A China é também responsável pela maior obra de infraestrutura atualmente em desenvolvimento, a autoestrada ligando Dacar à cidade religiosa de Touba, orçada em USD 818 milhões.

No âmbito da educação, a Universidade de Dacar (UCAD), a principal do país, mantém convênios com quatro homólogas chinesas, que oferecem 50 bolsas de estudo por ano. O Instituto Confúcio, na UCAD, oferece aulas de mandarim, somando, desde 2013, 100 mil estudantes senegaleses. A cooperação é também tradicional na área médica, com médicos chineses realizando estágios no hospital de Pikine (departamento de Dacar) desde 2007. Destaca-se também a doação de um hospital pediátrico em Diamniado, inaugurado em 2014. No plano cultural, firmou-se, em 2018, convênio para exibição pela rede pública RTS de filmes e seriados chineses dublados em francês.

Após sua reeleição à Presidência da China, em março de 2018, Xi Jinping incluiu Dacar como destino em sua primeira viagem oficial. A visita, em julho de 2018, foi também sua primeira como Presidente a um país da África Ocidental. Na ocasião, Xi Jinping participou da cerimônia de inauguração da Arena Nacional de Lutas, no distrito de Pikine, quando fez entrega simbólica das chaves do estádio ao Presidente Macky Sall. O estádio para 25 mil pessoas foi financiado pela China e construído em 28 meses, ao custo de 48,7 milhões de euros. Foram firmados acordos de cooperação nas áreas de justiça, aviação civil, infraestrutura e desenvolvimento de recursos humanos, todos no âmbito da iniciativa chinesa “*Belt and Road*”.

Canadá. O Primeiro-Ministro canadense Justin Trudeau realizou visita oficial ao Senegal em 12 e 13 de fevereiro de 2020. Em entrevista à imprensa após se reunirem, o Presidente Macky Sall e o Primeiro-Ministro Trudeau expressaram o desejo comum de intensificar o intercâmbio comercial bilateral. Nesse contexto, Macky Sall disse que o “ano do Canadá no Senegal” colocará em evidência novas oportunidades de negócios e investimentos entre os dois países, ampliadas à luz do advento da Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA). Acrescentou que a cooperação entre os dois países experimenta “fase ascendente”, com novas frentes a serem exploradas nos setores de agricultura, economia verde, petróleo e gás, além da mineração, já tradicional. O Canadá ofereceu-se para capacitar quadros senegaleses na área de petróleo e gás.



Canadá e Senegal mantêm, desde 1962, estreitas relações alicerçadas na francofonia e no respeito às liberdades e ao estado de direito, e laços econômicos com perspectivas de crescimento nas áreas de mineração, agricultura, petróleo e gás, energia limpa e economia digital. Cerca de 60 empresas canadenses estão instaladas no Senegal, em setores estratégicos como o da extração aurífera. De acordo com estatísticas senegalesas, as trocas comerciais atingiram em 2018 USD 46 milhões, e os investimentos canadenses ultrapassariam em 2020 USD 757 milhões, conforme estimativas anteriores à emergência sanitária internacional da COVID-19.

A ajuda ao desenvolvimento recebida do Canadá pelo Senegal desde 1962 é estimada em USD 984 milhões, tendo alcançado, em 2017 e 2018, USD 66,5 milhões. Conforme esses números, o Canadá é o terceiro maior parceiro bilateral em ajuda ao desenvolvimento do Senegal, atrás de França e EUA, e o Senegal, por sua vez, é o maior beneficiário da ajuda canadense na África Ocidental.

Os dois países desenvolvem cooperação nas áreas militar, cultural e educacional, com pouco mais de 1,4 mil estudantes senegaleses em universidades canadenses. Canadá e Senegal firmaram em 2013 Acordo-Quadro de Responsabilidades Mútuas em Matéria de Cooperação para o Desenvolvimento, definindo bases de cooperação sustentável.

Contexto regional. O contexto regional também é prioritário para a diplomacia do Senegal. A chancelaria senegalesa confere grande importância ao relacionamento com os vizinhos Gâmbia, Mauritânia, República da Guiné, Guiné-Bissau e Mali.

O país tem importantes interesses securitários e econômicos na Guiné-Bissau. O Senegal tem apoiado ativamente a atuação da CEDEAO na mediação da crise no país lusófono, tendo enviado tropas para participar da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB). Os dois países dividem área marítima que foi objeto de disputa ao longo das décadas de 1970 e 1980, em controvérsia solucionada em 1993, quando foi assinado acordo de gestão compartilhada. O acordo garante ao Senegal 85% de toda a produção de hidrocarbonetos que, eventualmente, venha a ocorrer na região.

No que diz respeito ao Mali, preocupa o Senegal a ameaça de propagação de ideias e grupos religiosos radicais oriundos do país vizinho. Nesse contexto, o governo senegalês apoiou a cooperação francesa no Mali e contribuiu com tropas para as operações de manutenção da paz no país, com participação na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA).

O Senegal foi ator fundamental na transição do governo Yahya Jammeh para o governo Adama Barrow nas eleições presidenciais de 2017 na Gâmbia, quando o primeiro, a princípio, recusou-se a reconhecer a vitória do segundo no pleito. Em janeiro de 2019, cerca de um mês antes das eleições presidenciais em que Macky Sall foi reeleito no Senegal, inaugurou-se a ponte Senegâmbia (construída sobre o ponto mais estreito do rio Gâmbia, entre as localidades de Farafenni e Soma, no território gambiano). Além de facilitar a locomoção e o comércio entre Senegal e Gâmbia, a nova via abreviou em cerca de 4 horas a comunicação entre Dacar e a região de Casamansa (antes, era necessário contornar a Gâmbia, passando pela cidade oriental de Tambacounda, ou fazer a travessia por barcas em estado precário, com espera de dias). A obra contou com financiamento de USD 47 milhões do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Paz e Segurança na África. O Senegal tem envidado esforços para manter posição de liderança nas discussões de temas de paz e segurança na África. Desde 2014, o país organiza, anualmente, com financiamento francês, japonês e da União Europeia, o



prestigiado Fórum Internacional sobre a Paz e a Segurança na África, ou, simplesmente, Fórum de Dacar. Além disso, o Senegal é um tradicional contribuinte de tropas para operações de manutenção da paz e fornece, atualmente, o 12º maior contingente (2279 militares e policiais) à Organização das Nações Unidas. O país concentra a maioria de seus efetivos em missões na África, em particular no Mali (1.401 militares na MINUSMA), em Darfur, no Sudão (951 na UNAMID) e na República Centro-Africana (404 na MINUSCA). O general senegalês Balla Keita é o comandante militar da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA) desde fevereiro de 2016.

NEPAD. O Senegal tem buscado projetar sua influência no continente africano não apenas em questões de paz e segurança, mas também em temas econômicos. Nesse sentido, vale mencionar que o presidente Macky Sall ocupou o cargo de presidente do Comitê de Orientação de Chefes de Estado e de Governo da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) por três mandatos consecutivos, de 2013 a 2020. O Senegal é país fundador da NEPAD, que funciona como arcabouço estratégico de políticas de desenvolvimento econômico do continente africano.



ECONOMIA

A economia do Senegal caracteriza-se, no contexto regional, por ser relativamente diversificada e dinâmica. Devido à sua localização geográfica, o país constitui um *hub* comercial na África Ocidental. O governo senegalês tem mantido política econômica liberal, que privilegia controle orçamentário e privatizações, bem como um diálogo fluido com instituições como o FMI e o Banco Mundial. Reformas recentes aprimoraram o ambiente de negócios, o que permitiu ao Senegal passar da 146ª posição, em 2015, para a 140ª, em 2017, e para a 123ª, em 2019, no ranking “*Doing Business*” do Banco Mundial.

O desempenho econômico permaneceu forte em 2019, com uma taxa de crescimento do PIB estimada em 6% (em 2018, o crescimento foi de 6,7% e, em 2017, de 7,1%). Em 2020, devido ao impacto da emergência sanitária internacional da COVID-19, estima-se queda do crescimento para cerca de 3%.

Defesa do perdão da dívida no contexto da emergência da COVID-19. No contexto do combate à pandemia do novo coronavírus, o Presidente Macky Sall vem protagonizando a defesa do perdão da dívida externa dos países africanos. Tal agenda foi discutida em videoconferência entre chefes de estado da União Africana, no início de abril de 2020, e vem sendo denominada “L’Appel de Dakar”. As linhas principais da iniciativa estão em manifesto de autoria de Macky Sall, divulgado na página eletrônica do governo senegalês (<http://www.big.gouv.sn/index.php/2020/04/08/lafrique-et-le-monde-face-au-covid-19-point-de-vue-dun-africain-par-macky-sall-president-de-la-republique-du-senegal/>). No artigo, além de fazer apelo à comunidade internacional em prol do perdão da dívida, o Presidente defende que, nos casos em que o perdão total não for possível, os pagamentos sejam reestruturados, ante as dificuldades impostas às frágeis economias africanas pela crise sanitária global. Nesse sentido, o Presidente senegalês saudou iniciativas e manifestações como o comunicado conjunto do Banco Mundial e do FMI divulgado no fim de março de 2020 (pelo qual as duas instituições propuseram aos credores internacionais suspender o pagamento das dívidas dos países apoiados pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), para que estes possam fazer frente aos desafios da pandemia) e o pronunciamento do Presidente da França, Emmanuel Macron, em 13 de abril, urgindo auxiliar os africanos em seus esforços contra a COVID-19 mediante moratória ou perdão de suas dívidas.

Plano Senegal Emergente. A fim de estimular e desenvolver a economia do Senegal, o presidente Macky Sall lançou o “Plano Senegal Emergente”, pelo qual o país se propõe a atingir a condição de “emergente” até 2035. O plano assenta-se em três eixos: transformação estrutural da economia, fortalecimento das capacidades humanas e reforma das práticas de governança. Nesse quadro, modernizar a agricultura, estimular a indústria, investir no setor de transportes e explorar o turismo são prioridades. Antes da crise sanitária da COVID-19, a expectativa era de que a economia crescesse 8% ao ano a partir de 2020.

Como parte da iniciativa, realizaram-se reformas tributárias, que incluíram suspensão ou isenção de alguns impostos para o setor agrícola. No setor de energia, várias reformas e investimentos duplicaram a capacidade instalada entre 2012 e 2018 para 1.250 MW. O plano de energia mista aumentou a produção e reduziu o preço da



eletricidade em 10%. A operacionalização das zonas econômicas e dos projetos industriais proporcionou às companhias instalações ao nível dos padrões internacionais.

Integração regional. O Senegal foi o primeiro país a adotar e implementar a Tarifa Externa Comum da União Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) e um dos primeiros a assinar o acordo de criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA). O país implementou reformas de incentivo portuário para tornar o porto de Dacar mais atrativo e seguro e está implementando regulamentação regional relevante com essa finalidade. Na mesma linha, construiu estradas e pontes de ligação com Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mali e Mauritânia, de modo a incrementar o comércio com os membros da CEDEAO e da UEMOA.

Como membro da UEMOA, o Senegal tem política monetária administrada pelo Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO), cujos principais objetivos são controle da inflação e manutenção da paridade entre o franco CFA e o euro.

Setores da economia. O setor primário, que tem como principais atividades o cultivo de amendoim, algodão e milho, bem como a pesca, responde por cerca de 16% do PIB e constitui fonte de emprego para a maioria da população economicamente ativa (54%). A agricultura do país é altamente vulnerável a variações nos níveis de chuva (apenas 5% das terras cultivadas são irrigadas), bem como a flutuações nos preços das *commodities*. A região de Casamansa, praticamente isolada do restante do território senegalês pela Gâmbia, é importante área de produção agrícola, mas não dispõe de infraestrutura que permita explorar com eficiência seu potencial. O setor pesqueiro é importante fonte de divisas, embora a pesca artesanal predomine. As exportações de produtos do mar, cujo principal mercado é a União Europeia, representam aproximadamente 15% do valor que o país exporta anualmente. A pesca também tem papel importante na geração de empregos formais e informais. Estima-se que o setor empregue mais de 200 mil pessoas. A indústria, responsável por pouco mais de 24% do PIB, compreende o processamento de produtos agrícolas, as refinarias de petróleo e a mineração de fosfato, que constitui importante fonte de divisas para o país. O setor de serviços (cerca de 60% do PIB) engloba as atividades comerciais – bastante desenvolvidas – e a relevante indústria do turismo.

Energia. As fontes renováveis de energia representam pouco mais de 51% da energia primária consumida no Senegal. Contudo, 49% correspondem à biomassa tradicional (lenha e carvão vegetal), cabendo participação de 1,5% à bioenergia moderna e de menos de 1% à hidroeletricidade. A geração elétrica é amplamente dependente de combustíveis fósseis (89%), especialmente de petróleo e carvão importados.

O Senegal não produz petróleo e importa, normalmente, cerca de 40 mil barris diários para seu consumo. Embora o país, atualmente, não seja produtor, diversas empresas vêm manifestando interesse no potencial do Senegal, sobretudo após a descoberta, em 2014, de jazidas de petróleo em águas profundas na região de Rufisque, adjacente a Dacar. A descoberta foi realizada em bloco cuja exploração foi concedida a consórcio do qual fazem parte a escocesa Cairn Energy (40%), a norte-americana ConocoPhillips (35%), a australiana FAR (15%) e a senegalesa Petrosen (10%). O país possui reservas de gás natural, majoritariamente terrestres, de 3 bilhões de m³. A produção gasífera é da ordem de 40 milhões de m³ anuais, consumida internamente em sua totalidade.



Mineração. Segundo o Banco Africano de Desenvolvimento, a indústria da mineração é responsável por cerca de 13% das exportações senegalesas. O setor mineral do país compreende a produção de rocha de fosfato, fosfato de alumínio e a extração aurífera de aluvião. Embora o Governo busque incentivar os investimentos no setor e o país possua jazidas expressivas de minério de ferro, urânio, serpentina e outros minerais, o Senegal ainda não está entre os principais destinos de exploração buscados por empresas internacionais. Em 2014, o Governo senegalês anunciou a intenção de conduzir reformas para atrair maiores investimentos ao setor de mineração nacional.

Em 2018, o Senegal tornou-se o primeiro país africano e o quarto no mundo (após Filipinas, Mongólia e Timor Leste) a atingir “progresso satisfatório” (que corresponde ao mais elevado grau) na implementação da norma ITIE 2016 - Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas, que estipula diretrizes para conferir publicidade a contratos e receitas resultantes da exploração de recursos minerais, petrolíferos e de gás natural.



PERFIS BIOGRÁFICOS

Macky Sall **Presidente da República**



Nasceu em Fatick, Senegal, em 11/12/1961. Geólogo, estudou no Instituto de Ciências da Terra de Dacar e no Instituto Francês do Petróleo, em Paris. Ocupou diversos cargos no governo de Abdoulaye Wade (2000-2012), inclusive a direção da Petrosen, a estatal do setor de petróleo, e foi presidente da Assembleia Nacional (2007-2008). Desligou-se em 2008 do Partido Democrático Senegalês (PDS), então no poder, para fundar a Aliança pela República (APR). Foi eleito presidente em março de 2012, derrotando por larga margem, no segundo turno, o Presidente Wade, seu ex-aliado, e se reelegeu em fevereiro de 2019, já no primeiro turno (58% dos votos). Muçulmano, casado desde 1992 com Marieme Faye Sall (importante conselheira política), é pai de três filhos.

Amadou Ba **Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Senegaleses no Exterior**



Nasceu em Dacar, em 17/5/1961. É mestre em Administração de Empresas pela Escola Nacional de Administração do Senegal (1988), com especializações em Paris, Baltimore e Clermont-Ferrand. Começou sua carreira na administração pública tributária em 1989, como fiscal na cidade de Diourbel (um dos centros de produção de amendoim no país, a 150km de Dacar). No mesmo ano, foi lotado na Direção-Geral de Impostos e Patrimônio (DGIP), onde passou a exercer cargos de gerência. Em paralelo, lecionou na ENA e no centro de formação em estudos bancários do Banco Central do Estados da África Ocidental (BCEAO). Em 2002, assumiu a direção da Secretaria de Grandes Empresas e, em 2004, a de Impostos. Em 2006, foi designado diretor-geral do DGIP, sob cuja gestão foi elaborado um novo Código de Impostos, em vigor desde 2013. Nomeado ministro da Economia e Finanças pela então primeira-ministra Aminata Touré, em setembro de 2013, foi mantido no cargo no gabinete formado pelo primeiro-ministro Mahammed Dionne, em julho de 2014, quando a pasta passou a abranger a área de planejamento. Sob sua gestão, o país alcançou forte crescimento econômico. Assumiu a chancelaria senegalesa em abril de 2019. Casado, tem três filhos.



MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República do Senegal
Gentílico	Senegalês, senegalesa
Capital	Dacar (Dakar)
Área	196.722 km ²
População (FMI, 2019)	16,7 milhões de habitantes
Idioma oficial	Francês (oficial), Wolof, Pular, Jola, Mandinka, Serer, Soninke
Principais religiões	Islamismo (96%); Cristianismo (3%); Outras (1%)
Sistema de governo	República presidencialista (desde maio de 2019)
Poder legislativo	Unicameral: Assembleia Nacional (<i>Assemblée Nationale</i>), com 165 membros
Chefe de Estado	Macky Sall (eleito em 2012, reeleito em 2019)
Chanceler	Amadou Ba (desde abril de 2019)
Produto Interno Bruto (PIB) nominal (FMI, est. 2019)	USD 23,94 bilhões
PIB – Paridade de Poder de Compra (PPP) (FMI, est. 2019)	USD 64,6 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2019)	USD 1,43 mil
PIB PPP per capita (FMI, est. 2019)	USD 3,85 mil
Variação do PIB (FMI)	3% (est. 2020); 6,0% (est. 2019), 6,7% (2018); 7,1% (2017); 6,4% (2016); 6,4% (2015).
IDH (PNUD, 2019)	0,514 (166º)
IHDI (PNUD, 2019)	0,347
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	67,7 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2018)	51,9%
Índice de desemprego (BM, 2019)	6,5%



Unidade monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador em Brasília:	Fatoumata Binetou Rassoul Correa
Embaixador em Dacar:	Flávio Lima Rocha
Comunidade brasileira estimada:	210 (est.)

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(USD mil, FOB) – Fonte: ComexStat/MEcon

Brasil – Senegal	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-abr)
Intercâmbio	133.905	102.106	137.900	90.868	136.567	110.236	140.182	34.187
Exportações	129.171	96.043	131.900	86.361	133.460	105.664	135.419	34.020
Importações	4.734	6.064	6.001	4.507	3.108	4.572	4.763	167
Saldo	124.436	89.980	125.900	81.854	130.352	110.092	130.656	33.853





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

GÂMBIA



Maio de 2020



Sumário

Comércio bilateral	3
Promoção comercial e de investimentos.....	3
Cooperação Técnica	4
Assuntos consulares.....	4
Intervenção militar da CEDEAO.....	5
Governo Adama Barrow.....	6
Instituições políticas.....	7
Indicadores sociais e demográficos.....	7
Participações em missões de paz.....	9
Senegal	9
Comunidade Britânica.....	10
Reino Unido e outros países europeus	10
Estados Unidos.....	11
China.....	11
Índia.....	11
Situação macroeconômica	12
Apoio internacional	12
Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2021	13
Agricultura.....	13
Turismo.....	13
Indústria	13



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com a Gâmbia foram estabelecidas em 1965, ano da independência daquele país, e vêm sendo acompanhadas pela Embaixada em Dacar, Senegal, uma vez que o Brasil não mantém embaixador residente em Banjul.

A representação da Gâmbia junto ao governo brasileiro foi historicamente cumulativa com a Embaixada gambiana em Washington. Em 2009, o governo da Gâmbia comunicou sua intenção de transferir a jurisdição diplomática sobre o Brasil para sua Embaixada em Caracas, mas não há, atualmente, embaixador gambiano acreditado.

Brasil e Gâmbia mantêm acordos de Cooperação Técnica, de Cooperação Esportiva e sobre Criação de Comissão Mista, assinados em 2005, por ocasião da visita do então Presidente gambiano, Yahya Jammeh, ao Brasil. Em maio de 2010, o Ministro do Planejamento Econômico e Desenvolvimento Industrial da Gâmbia veio ao Brasil para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Comércio bilateral. Em 2011, ano em que o intercâmbio bilateral alcançou valor recorde, as trocas comerciais entre Brasil e Gâmbia alcançaram o total de USD 101 milhões, em crescimento considerável desde o início dos anos 2000, quando a cifra girava em torno de USD 25 milhões. Em 2019, as trocas somaram USD 79 milhões, que corresponderam quase totalmente às exportações brasileiras para o mercado gambiano. Responsável por volume entre 6,15% e 7,8% do total importado pela Gâmbia (número que varia conforme a fonte da estimativa), o Brasil é a terceira ou quarta principal origem das importações gambianas, cujo comércio internacional é fortemente concentrado na China, no Senegal e na Índia. Os exportadores brasileiros vendem para o país africano principalmente açúcar, arroz e carnes.

Promoção comercial e de investimentos. Em novembro passado, a Embaixada do Brasil em Dacar realizou, na capital senegalesa, a segunda edição do evento “Journée Brésilienne de Networking”, iniciativa que visa a estabelecer plataforma regular de contatos entre empresas brasileiras e de vários países da África Ocidental.



O Brasil esteve representado por empresas dos setores de energia, aeronáutica (Embraer), caminhões e equipamentos agrícolas, finanças, agropecuária, engenharia, avicultura, equipamentos médico-hospitalares e gêneros alimentícios em geral. Empresas da Gâmbia enviaram representantes ao evento.

Cooperação Técnica. Brasil e Gâmbia estão em contato para examinar as possibilidades de cooperação que atendam aos interesses gambianos, de modo a dar início a programa de cooperação técnica bilateral. Pelo lado do Brasil, o programa ficará a cargo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

No momento, aguarda-se resposta da chancelaria gambiana a consulta brasileira sobre os interesses daquele país. Pelos contatos já realizados, avalia-se que os eventuais projetos de cooperação devam concentrar-se na área de agricultura.

Assuntos consulares. Não há estimativas precisas de brasileiros residindo na Gâmbia. Não há acordos entre Brasil e Gâmbia sobre isenção de vistos, nem acordos bilaterais de cooperação jurídica, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade.



POLÍTICA INTERNA

A Gâmbia tornou-se parte do Império Britânico no século XIX. O país conquistou autonomia total em 1962 e chegou à independência em 1965, mantendo a rainha Elizabeth II como chefe de estado. Após a emancipação formal, Dawda Jawara, fundador do Partido Progressista Popular (PPP), manteve-se no cargo de Primeiro-Ministro, que ocupava desde 1962. Em 1970, chegaria à Presidência, depois de declarada a república como consequência de referendo popular realizado naquele ano.

Depois da tentativa de golpe de 1981 e em resposta aos crescentes desafios enfrentados pelo país no início dos anos 1980, o governo Jawara iniciou, em 1985, ambicioso programa de reformas voltado a dinamizar a economia gambiana. Apesar dos resultados positivos colhidos inicialmente, as expectativas acabariam frustradas e, em 1992, a Gâmbia continuaria sendo um dos países mais pobres da África. Frente à persistência da crise, o governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) naquele mesmo ano. Em 1994, o presidente Jawara acabou deposto pelo tenente Yahya Jammeh.

Yahya Jammeh foi chefe do conselho de governo provisório entre 1994 e 1996, quando foi declarado vencedor das eleições realizadas naquele ano e assumiu formalmente a Presidência do país. Seu partido, a APRC, tornou-se a força majoritária na Assembleia Nacional a partir de 1997. Jammeh seria reeleito em 2001, 2006 e 2011. Em 2013, retirou o país da Comunidade (*Commonwealth*) britânica. Em 2015, transformou a Gâmbia, oficialmente, em uma república islâmica.

Em dezembro de 2016, Jammeh foi derrotado nas eleições presidenciais por Adama Barrow, que se candidatou por uma coalizão de sete partidos de oposição. Inicialmente, o Presidente Jammeh reconheceu a derrota, mas, pouco depois, denunciou irregularidades na votação e anunciou que não deixaria o poder.

Intervenção militar da CEDEAO. Ainda em dezembro de 2016, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) enviou representantes a Banjul para tentar solucionar a crise. Com o fracasso da missão, a organização anunciou que enviaria tropas à Gâmbia caso o Presidente Jammeh não deixasse o poder até 19 de janeiro de 2017. Em 17 de janeiro, Jammeh declarou estado de emergência no país. Dois dias depois, as tropas da CEDEAO foram posicionadas nas fronteiras da Gâmbia.



Em 19 de janeiro de 2017, realizou-se uma cerimônia de posse de Adama Barrow no exílio, em Dacar. As forças da CEDEAO ingressaram no território gambiano e submeteram o país a um bloqueio naval. Em 20 de janeiro, Jammeh concordou em deixar o governo. Partiu para o exílio em 21 de janeiro, inicialmente para a Guiné e, depois, para a Guiné Equatorial. Adama Barrow regressou à Gâmbia em 26 de janeiro de 2017. As forças da Missão da CEDEAO na Gâmbia (ECOMIG, na sigla em inglês) permaneceram no território gambiano para garantir a estabilidade do país.

Governo Adama Barrow. Ao retornar a Banjul, o Presidente Adama Barrow iniciou processo de reinserção internacional da Gâmbia e de restabelecimento da normalidade institucional, política e econômica do país.

Nas eleições legislativas de abril de 2017, o United Democratic Party (UDP), partido do presidente Adama Barrow, obteve 31 dos 53 assentos em disputa, o que deu ao mandatário boa margem de manobra para levar adiante as reformas que prometera. A APRC, do ex-presidente Jammeh, conquistou somente cinco assentos.

Apesar do fortalecimento político do presidente Adama Barrow nas eleições de 2017, persiste, entre atores locais e regionais, temor de uma possível desestabilização da Gâmbia. Com efeito, em 26 de janeiro de 2020, a capital gambiana foi cenário de protesto contra o governo Barrow, organizado pelo movimento “Three Years Jotna” (3YJ). O movimento conta com partidários do ex-presidente Jammeh e exige que Adama Barrow cumpra promessa de campanha, encerrando seu governo ao cumprir três anos de mandato.

De fato, enquanto ainda concorria à Presidência, Barrow assumira compromisso de exercer um governo de transição, retirando-se após cumprir três dos cinco anos do mandato para o qual seria eleito e convocando novas eleições, às quais não concorreria. Mais recentemente, com o apoio de algumas das correntes da coalizão pela qual se elegeu, propôs-se a cumprir a integralidade de seu mandato, declarando que só deixaria a presidência em 2021.

Entre as medidas implementadas por Barrow estão a reversão da decisão do Presidente Jammeh de transformar a Gâmbia em república islâmica; o retorno do país à Comunidade britânica (concluído em fevereiro de 2018); e a adoção de uma série de compromissos na área de direitos humanos, entre outros.



Instituições políticas. A atual Constituição da Gâmbia foi adotada em 1996. Embora o documento estabeleça uma separação clara entre os Poderes e haja uma série de instituições independentes, como a Comissão Eleitoral e o Conselho Nacional de Educação Cívica, o Executivo tem perfil preponderante.

O Presidente da República é eleito por sufrágio universal (a idade mínima dos eleitores é 18 anos) para um mandato de 5 anos. O Legislativo (Assembleia Nacional) é unicameral, com 53 membros, sendo 48 eleitos e 5 nomeados pelo Executivo. Elege-se apenas um parlamentar por circunscrição eleitoral, em sistema de maioria simples.

O sistema legal baseia-se na “Common Law” britânica. Alguns aspectos da sharia (lei islâmica) foram incorporados ao ordenamento jurídico local, ainda que não possam ser aplicados aos cidadãos não-muçulmanos sem seu consentimento.

Indicadores sociais e demográficos. O maior grupo étnico da Gâmbia são os mandingas (que correspondem a 44% da população), seguidos dos uólofes, fulas, sererês e diolas, entre outros. A religião predominante é o islamismo (adotado por 90% da população), seguida do Cristianismo (9%). Em 2019, a Gâmbia ocupava a 174ª posição (entre 187) na lista de países ordenados conforme o índice de desenvolvimento humano adotado pelo PNUD. Ainda de acordo com o PNUD, a expectativa de vida de é de 61,7 anos. Conforme números do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o índice de alfabetização da população gambiana é de 42%.



POLÍTICA EXTERNA

A política externa gambiana tradicionalmente voltou-se à obtenção de assistência econômica internacional. Laços históricos com a Europa e religiosos com o Oriente Médio (religião islâmica) contribuíram para que o país buscasse no exterior recursos para o desenvolvimento interno. A Gâmbia também procurou, desde a independência (1965) integrar organizações internacionais e regionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Ao longo do governo de Dawda Jawara (1965-1994), o país adotou postura de não-alinhamento no contexto da Guerra Fria, mas manteve boas relações com os principais parceiros ocidentais, como o Reino Unido. Contudo, houve retraimento do perfil internacional da Gâmbia após a derrubada de Jawara por Yahya Jammeh, em 1994. Para compensar o relativo isolamento, a Gâmbia buscou reforçar suas relações com países africanos como Egito, Nigéria, Serra Leoa e Libéria e, fora do continente, com parceiros como Cuba.

Com a Constituição de 1996, o Presidente Jammeh logrou superar em boa medida o isolamento inicial, para o que contribuiu também o protagonismo que procurou exercer no plano regional. No governo Jammeh, a Gâmbia assumiu papel ativo na promoção da paz na África Ocidental e chegou a ser membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio de 1998-1999 (coincidindo com a participação do Brasil no mesmo órgão).

Em 2013, Jammeh determinou a saída da Gâmbia da Comunidade britânica, bloco a que o país pertencia desde 1965. O mandatário gambiano justificou o ato afirmando que a Comunidade tinha caráter neocolonial.

A retirada da Gâmbia da *Commonwealth* britânica foi revertida no governo Adama Barrow. Anunciado em fevereiro de 2017, durante visita a Banjul do então Secretário de Estado do Reino Unido para os Assuntos Externos e a Comunidade britânica, Boris Johnson, o processo de reincorporação à *Commonwealth* foi concluído em fevereiro de 2018. A visita de Boris Johnson em 2017 foi a primeira de um Secretário de Estado para Assuntos Externos do Reino Unido à Gâmbia.



Participações em missões de paz. Membros das forças armadas gambianas participaram da força enviada por países da África Ocidental à Libéria, durante a primeira guerra civil liberiana, na década de 1990. Forças gambianas participaram, posteriormente, em diversas outras operações de paz, como, por exemplo, na Bósnia, no Kosovo, na República Democrática do Congo (RDC), em Serra Leoa, na Eritreia e no Timor Leste.

Já no século XXI, a Gâmbia contribuiu com 150 soldados para a força da África Ocidental que atuou no contexto da segunda guerra civil liberiana. Em 2004, enviou um contingente de 196 homens à Força de Paz das Nações Unidas em Darfur, Sudão. Atualmente, o país contribui com pessoal militar e civil para a UNAMID (Darfur), a UNAMISS (Sudão do Sul), MINUSCA (República Centro-Africana), a MINUSMA (Mali), a MONUSCO (RDC), a UNTSO (Oriente Médio) e a UNMHA (Iêmen).

Senegal. As relações com o Senegal constituem o principal eixo da política externa gambiana. À exceção de sua parte litorânea, a Gâmbia é totalmente cercada pelo território senegalês. Mais de 350 mil senegaleses vivem em território gambiano. Entre 1982 e 1989, os dois países formaram a Senegâmbia, confederação estabelecida com o intuito de criar instituições comuns e de promover a integração das Forças Armadas dos dois países.

Gâmbia e Senegal mantêm acordos de cooperação em diferentes áreas, como cultura, economia e comércio, segurança e mobilidade humana, entre outras. Em 21 de janeiro de 2019, foi aberta ao tráfego a Ponte Senegâmbia ou Ponte Trans-Gâmbia, ligando as localidades de Banba Tenda e Yelitenda, ambas em território gambiano, às margens do Rio Gâmbia. Inaugurada conjuntamente pelo Presidentes Adama Barrow e seu homólogo senegalês, Macky Sall, a ponte é considerada estratégica também para o governo do Senegal, uma vez que facilita a conexão entre Dacar e a região de Casamansa, no sul daquele país. Anteriormente, a viagem entre Dacar e Casamansa requeria que se contornasse o território gambiano ou que se atravessasse o Rio Gâmbia em balsas. No contexto da construção da ponte, Gâmbia e Senegal estabeleceram acordos tanto sobre a obra e seu financiamento quanto para regular o tráfego entre os dois países naquela área.



Comunidade Britânica. Em cumprimento a promessa feita pelo Presidente Adama Barrow quando de sua eleição, em dezembro de 2016, a Gâmbia voltou a fazer parte da Comunidade britânica em fevereiro de 2018. O Embaixador da Gâmbia no Reino Unido, Francis Blain, participou, ao lado da Secretária-Geral da *Commonwealth*, Patricia Scotland, da cerimônia de retorno, na qual a bandeira gambiana foi novamente içada da sede da organização.

Com o retorno à Comunidade, da qual havia participado desde sua independência (1965) até 2013, a Gâmbia pôde voltar a contar com a participação em programas de cooperação educacional e técnica mantidos no âmbito da *Commonwealth*. Ademais, pode beneficiar-se de maior inserção internacional e contato com doadores de cooperação e, eventualmente, de ajuda econômica. Também voltou a desfrutar de regras mais favoráveis de imigração para o Reino Unido.

Reino Unido e outros países europeus. Em fevereiro de 2017, Boris Johnson tornou-se o primeiro Secretário para Assuntos Externos do **Reino Unido** a visitar a Gâmbia. A viagem a Banjul ocorreu menos de um mês depois da volta de Adama Barrow ao país, que se seguiu à partida de Yahya Jammeh para o exílio.

A visita de Johnson não apenas marcou o início do processo de retorno gambiano à *Commonwealth*, mas também foi ocasião para que se anunciasse a intenção de reaproximar a Gâmbia e o Reino Unido. Desde então, a diplomacia britânica mostrou-se disposta a promover a cooperação visando às reformas político-institucionais na Gâmbia.

As relações com a **França** também têm se intensificado no governo Barrow. Em março de 2017, o Presidente gambiano fez visita oficial à França, quando se reuniu com o então Presidente francês, François Hollande. Na ocasião, tratou-se de cooperação nas áreas de segurança e justiça. Por sua vez, em novembro de 2018, o Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, Jean-Yves Le Drian, visitou Banjul em novembro de 2018, quando anunciou uma ajuda de 50 milhões de euros de seu país à Gâmbia, em desembolsos sucessivos ao longo de quatro anos, além de firmar acordos com as autoridades gambianas nas áreas de agricultura e acesso à água potável.

O governo Barrow também negociou uma série de desembolsos por parte da **União Europeia** para a Gâmbia a título de ajuda ao desenvolvimento, para financiar



projetos em diversas áreas, como agricultura, mudança do clima, fornecimento de energia e apoio aos jovens, entre outras.

Estados Unidos. A relação com os Estados Unidos tem-se concentrado sobretudo na obtenção de cooperação norte-americana em diversas áreas, incluindo agricultura e desenvolvimento rural, saúde pública, educação, combate ao tráfico de pessoas, transparência fiscal, formação profissional, treinamento de pessoal, reforma eleitoral e segurança, entre outras. Em 2018, a Gâmbia passou a ter acesso aos benefícios da Lei de Oportunidade e Crescimento Africano (AGOA), que prevê a isenção de taxas aduaneiras para produtos de uma série de países africanos no mercado norte-americano.

China. A Gâmbia estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China em 17 de março de 2016. O estabelecimento dos laços bilaterais foi acompanhado do anúncio chinês de que Pequim se dispunha a apoiar o governo gambiano em áreas como infraestrutura, turismo e agricultura. A China é, atualmente, o maior parceiro comercial da Gâmbia, sendo o destino de mais de 50% das exportações gambianas e origem de cerca de 35% das importações.

Índia. As relações entre a Gâmbia e a Índia têm se intensificado notavelmente nos anos 2000. Em especial, a Índia tem sido fonte de crédito para projetos diversos do governo gambiano, incluindo iniciativas nas áreas de construção civil, eletrificação rural e expansão do porto de Banjul. Também tem havido cooperação indiana nas áreas de saúde, educação e formação profissional.

A Índia é o terceiro maior parceiro comercial da Gâmbia (atrás de China e Senegal), sendo o segundo principal destino das exportações gambianas (pouco mais de 30% dos produtos vendidos pela Gâmbia no mercado internacional vão para o mercado indiano) e a quarta principal origem das importações (correspondente a cerca de 9% do total importado pela Gâmbia).



ECONOMIA

A Gâmbia é país pobre em recursos naturais, e seus principais setores econômicos são a agricultura, o turismo e o comércio, principalmente o de reexportação.

De 2017 a 2019, o país registrou aumento no índice de crescimento, que chegou a 6,5% no ano passado. Contudo, para 2020, espera-se um crescimento notavelmente menor do PIB, de 2,5%, devido, sobretudo, à emergência sanitária internacional da COVID-19.

O essencial das divisas provém da exportação de amendoim, da pesca, do turismo e da remessa de recursos para o país por expatriados. O país importa boa parte de suas necessidades alimentares, a totalidade do combustível e dos bens de equipamento e quase todos os manufaturados que consome. A balança comercial gambiana apresenta déficit estrutural. A renda per capita é de USD 775, e o produto interno bruto somou USD 1,77 bilhão em 2019. A inflação passou de 6,5% em 2018 para 7% em 2019, de acordo com o Banco Mundial.

Situação macroeconômica. O Governo tem mantido compromisso com a estabilidade macroeconômica. Em 2019, reduziu o déficit fiscal em quase 3,5 pontos percentuais, para 2,6% do PIB, sobretudo por melhor desempenho na arrecadação. Igualmente, reduziu o percentual do endividamento público, de 86,7% do PIB em 2018 para 82,5% em 2019, de acordo com dados do Banco Mundial.

O desempenho gambiano tem garantido ao país a manutenção do auxílio do FMI, por meio da Linha de Crédito Ampliado (ECF) do Fundo, que visa ao apoio de médio prazo a países de baixa renda com problemas prolongados do balanço de pagamentos. Em 2019, o FMI aprovou empréstimo de cerca de USD 48 milhões para a Gâmbia, sob as condições da ECF.

Apoio internacional. A economia da Gâmbia é altamente dependente da ajuda financeira externa. Além dos empréstimos do FMI, o país recebeu, ao longo dos anos, sólida ajuda de outros organismos internacionais – em especial da União Europeia, que apoia setores como os de agricultura, educação e construção de estradas.



Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2021. Introduzido pelo governo em 2018, o Plano Nacional de Desenvolvimento engloba 41 projetos em cinco áreas consideradas estratégicas: (i) governança, respeito pelos direitos humanos, segurança jurídica e valorização dos cidadãos por meio da descentralização e da governança local, (ii) estabilização econômica, estímulo ao crescimento e transformação econômica, (iii) modernização da agricultura e da pesca visando ao crescimento sustentável, à segurança alimentar e nutricional e à redução da pobreza, (iv) investimento nos cidadãos, por meio da educação e da melhora dos serviços de saúde e (v) construção da infraestrutura e estabelecimento dos serviços de energia necessários para desenvolver a economia.

O programa baseia-se fortemente na atração de investimentos e ajuda internacional.

Agricultura. A agricultura contribui com mais de 20% do PIB e emprega mais de 75% da força de trabalho. Os solos do país, porém, são pobres (apenas 1/6 da terra é arável). Ademais, a produção agrícola permanece muito vulnerável a variações climáticas. Em 2019, por exemplo, a escassez de chuvas fez com que a produção no campo sofresse contração de cerca de 10%. De toda forma, há potencial no setor, dado que menos da metade da terra arável é cultivada e que os produtores carecem de maquinário moderno.

Turismo. As atrações naturais do país e sua proximidade com a Europa impulsionaram o turismo, que chegou a representar 60% do PIB, em 1994, mas sofreu queda devido à situação política no país e apenas recentemente voltou a se recuperar. Melhorias nas infraestruturas do país (hotéis, estradas etc.) poderiam estimular ainda mais a ida de turistas para a Gâmbia.

Indústria. A atividade industrial é limitada, centrada no processamento do amendoim e dos produtos da pesca. Em menor escala, inclui também atividades como processamento de plásticos, produção de bebidas e processamento de alimentos em geral. Responde por cerca de 12% do PIB.



MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República da Gâmbia
Gentílico:	Gambiano
Capital:	Banjul
Área:	11.295 km ²
População (FMI, 2019):	2,349 milhões de habitantes
Língua oficial:	Inglês
Principais religiões:	Islamismo (90%); Cristianismo (9%); crenças tradicionais (1%)
Sistema de Governo:	República presidencialista
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional (<i>National Assembly</i>); Parlamento unicameral composto por 53 membros (48 eleitos por sufrágio universal e 5 indicados pelo Presidente); mandatos de 5 anos
Chefe de Estado e de Governo:	Presidente Adama Barrow
Chanceler:	Mamadou Tangara
PIB (FMI, est. 2019):	USD 1,77 bilhão
PIB PPC (FMI, est. 2019):	USD 6,45 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2019):	USD 755,05
PIB PPC per capita (FMI, est. 2019):	USD 2,75 mil
Variação do PIB (FMI):	2,5% (est. 2020); 6,5% (est. 2019); 5,4% (est. 2018); 3,5% (2017); 2,2% (2016); 4,3% (2015); 0,9% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,466 (174º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,293
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	61,7 anos
Índice de Alfabetização (BAD, 2018):	42%
Índice de desemprego (BM, 2019):	8,9%



Unidade Monetária:	Dalasi
Embaixador da Gâmbia (residente em Washington)	Dawda D. Fadera (<i>agrément</i> concedido, mas ainda não apresentou cartas credenciais)
Embaixador em Dacar (cumulativo com Banjul):	Flávio Hugo Lima Rocha Junior
Comunidade brasileira estimada:	1

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(USD mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Gâmbia	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan – abr)
Intercâmbio	84.805	96.315	78.897	82.134	90.637	89.164	79.127	22.728
Exportações	83.756	96.281	78.890	82.098	90.635	89.160	79.006	22.723
Importações	1.049	34	7	36	2	3	122	5
Saldo	82.707	96.247	78.883	82.062	90.633	89.157	78.884	22.718





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 27, DE 2020

(nº 360/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **RODRIGO DE AZEREDO SANTOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Os méritos do Senhor **RODRIGO DE AZEREDO SANTOS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.



EM nº 00082/2020 MRE

Brasília, 9 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RODRIGO DE AZEREDO SANTOS**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RODRIGO DE AZEREDO SANTOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



OFÍCIO Nº 349 /2020/SG/PR

Brasília, 25 de Junho de 2020.

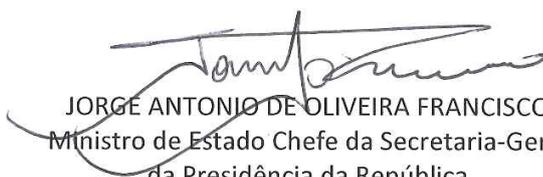
A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RODRIGO DE AZEREDO SANTOS**

CPF: 603.163.061-34

ID.: 66562072/IFP

1966 Filho de Theophilo de Azeredo Santos e Maria Amelia Ferraz de Azeredo Santos nasce em 14 de janeiro, no Rio de Janeiro

Dados Acadêmicos:

1986 Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro
 1987 Curso de Ciências Políticas no Instituto Católico de Paris
 1990 Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, Schiller International University, Londres
 1992 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata pelo Instituto Rio Branco
 2001 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata pelo Instituto Rio Branco
 2008 Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco. Tese, aprovada com louvor: "A criação do Fundo de Garantia do Mercosul. Vantagens e Proposta"

Cargos:

1992 Terceiro-secretário
 1997 Segundo-secretário, por merecimento
 2002 Primeiro-secretário, por merecimento
 2006 Conselheiro, por merecimento
 2009 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2018 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1992-94 Divisão da Ásia e Oceania I, subchefe
 1995-97 Embaixada do Brasil em Moscou, chefe dos setores Econômico-Comercial e de Ciência e Tecnologia
 1997-2000 Embaixada do Brasil em Washington, chefe do setor de Política Financeira
 2000-02 Embaixada do Brasil em Buenos Aires, chefe do setor de Infraestrutura e de Integração Produtiva
 2003 Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares
 2004-08 Divisão de Operações de Promoção Comercial, subchefe
 2008-10 Divisão de Programas de Promoção Comercial, chefe
 2010-13 Embaixada do Brasil em Londres, ministro-conselheiro, encarregado dos Setores Comercial e de Ciência e Tecnologia
 2013 Instituto Rio Branco
 2013-16 Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, diretor
 2017- Embaixada em Teerã, chefe do posto

Cargos Docentes e Outras Atividades Acadêmicas:

1992-3 Instituto Rio Branco, professor de Economia Internacional
 1994 Faculdades Integradas UPIS, Brasília, professor de Economia Monetária na Graduação de Ciências Econômicas
 1998-99 American University, Washington, palestrante no curso de Economia
 2004-10 Centro Universitário de Brasília/UNICEUB, professor de Economia Política Internacional no curso de Graduação de Relações Internacionais
 2013-16 Instituto Rio Branco, Professor de Promoção Comercial
 2013-16 Examinador e elaborador da Prova de Economia do Concurso de Admissão ao Instituto Rio Branco

Publicações:

2011 O Fundo de Garantia do Mercosul: Vantagens e Proposta, FUNAG

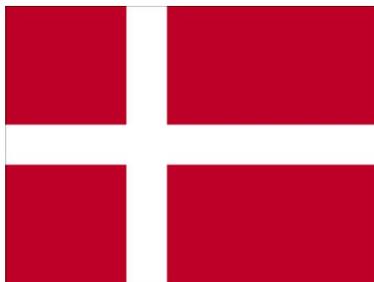


Condecorações:

2015 Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz
Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico
Medalha da Ordem do Mérito do Exército
Medalha da Ordem do Mérito da Marinha

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**DIVISÃO DE EUROPA I (DE-I)****REINO DA DINAMARCA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA****Maio de 2020**

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Reino da Dinamarca
Gentílico	Dinamarquês
Capital	Copenhague
Área	42.924 km ² , excluindo-se as Ilhas Faroé (1.400 km ²) e a Groenlândia (2.166.000 km ²).
População (Statistics Denmark, 2019)	5,8 milhões
Idiomas	Dinamarquês (oficial), feroês, groenlandês e alemão. O inglês é amplamente falado como segunda língua.
Principais religiões	77,8% são membros da igreja luterana dinamarquesa (<i>Folkekirken</i>). Estima-se que 3,7% sejam muçulmanos, 2% sigam outras religiões e 17% não sigam nenhuma religião.
Sistema de Governo	Monarquia Constitucional
Poder Legislativo	Parlamento unicameral (<i>Folketinget</i>)
Chefe de Estado	Rainha Margrethe II (desde 14 de janeiro de 1972)
Chefe de Governo	Primeiro-Ministro Mette Frederiksen (desde 27 de junho de 2019, Partido Social-Democrata)
Chanceler	Jeppe Kofod
PIB nominal (FMI), bilhões US\$	347,2 (2019)
PIB PPP (FMI), bilhões US\$	311,6 (2019)
PIB nominal per capita (FMI), US\$	59.795 (2019)
PIB PPP per capita (FMI), US\$	55.675 (2019)
Variação do PIB (FMI)	2,4% (2019)
IDH (PNUD, 2017)	0,928 – 11º no <i>ranking</i>
Expectativa de vida (OMS, 2015)	80,6 anos
Unidade monetária	Coroa dinamarquesa
Embaixador da Dinamarca em Brasília	Nicolai Prytz
Embaixador do Brasil na Dinamarca	Carlos Antonio da Rocha Paranhos
Comunidade brasileira estimada	3,5 mil, dos quais 1.318 estavam inscritos e aptos a votar na jurisdição da Embaixada em 2018





INTERCÂMBIO COMERCIAL

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-mar)
Intercâmbio	1.169,3	1.377,5	1.354,0	989,6	854,1	907,9	978,0	1.208,4	368,2
Exportações	446,6	472,0	516,5	321,9	244,6	317,7	293,3	298,7	89,5
Importações	722,7	905,5	837,5	667,7	609,5	590,2	683,7	909,7	278,7
Saldo	-276,0	-433,6	-321,0	-345,8	-364,9	-272,5	-390,4	-611,0	-189,2

Fonte: MECON. Valores em US\$ milhões FOB.



PERFIS BIOGRÁFICOS***Sua Majestade a Rainha Margrethe II***

A monarquia dinamarquesa é a mais antiga da Europa, datando, em sucessão ininterrupta, do século X. A família real da Dinamarca pertence à Casa de Gluecksborg, inaugurada por Christian IX (1863-1906). Margrethe Alexandrine Thorhildur Ingrid, a Rainha Margrethe II, nasceu em 1940, em Amalienborg. É filha do Rei Frederik IX da Dinamarca e da Rainha Ingrid. Casou-se em 1967 com o diplomata francês Henri Marie Jean André de Laborde de Monpezat, pertencente a uma antiga e abastada família francesa reclamante do título de Conde de Monpezat, que teria sido concedido por Luis XIV, porém jamais reconhecido em função de sua não confirmação posterior conforme estipulado à época. Após o casamento, Laborde de Monpezat passou a ser intitulado como Príncipe Consorte Henrik da Dinamarca, tendo falecido em 13 de fevereiro de 2018. São filhos do casal o Príncipe Herdeiro Frederik (nascido em 1968) e o Príncipe Joaquim (nascido em 1969). Com a morte de seu pai, em 14 de janeiro de 1972, tornou-se Rainha da Dinamarca. Integra o Conselho de Estado desde 1958 e é Comandante Suprema das Forças Armadas Dinamarquesas. É também a autoridade máxima da igreja luterana dinamarquesa – Folkekirken. A Rainha Margrethe II estudou Filosofia na Universidade de Copenhague, Arqueologia na Universidade de Cambridge e Ciências Políticas na Universidade de Aarhus, na Sorbonne e na “London School of Economics”. A família real desfruta de elevado prestígio no país. A Rainha não tem intenção de abdicar em favor do Príncipe Herdeiro, tendo manifestado em diversas ocasiões que pretende “cumprir com essa obrigação até que chegue o meu fim”. Antes de seu casamento, visitou o Brasil, em 1966. A Rainha Margrethe realizou, também, visita de Estado ao Brasil em 1999, ocasião em que viajou a Brasília, Foz do Iguaçu, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.





Mette Frederiksen, Primeira-Ministra

Nasceu em 1977, em Aalborg. Graduiu-se em Administração e Estudos Sociais pela Universidade de Aalborg e concluiu mestrado em Estudos Africanos pela Universidade de Copenhague. Membro do Parlamento pelo Partido Social-Democrata em 2001, tendo sido vice-presidente do respectivo grupo parlamentar de 2005 a 2011. Durante a administração de sua correligionária, a então Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (2011-2015), ocupou importantes cargos no governo, tendo sido Ministra do Emprego, de 2011 a 2014, e Ministra da Justiça, de 2014 a 2015, ano no qual assumiu a presidência do Partido Social-Democrata, que passou à oposição durante à administração do Partido Liberal (2015-2019). Com a vitória do “bloco vermelho”, encabeçado pela sua legenda, nas eleições de junho de 2019, e a formação de gabinete social-democrata, tornou-se a mais jovem Primeira-Ministra da Dinamarca, em 27 de junho.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Dinamarca são históricas: a abertura da primeira legação diplomática brasileira na Dinamarca data de 1828 e desenvolvem-se de maneira amistosa, sem contenciosos. Há diversos acordos firmados em matéria de cooperação, comércio, investimentos, energia e meio ambiente. Ambos países compartilham valores no plano multilateral e em negociações comerciais. De modo geral, a Dinamarca tem dado apoio regular a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

No tocante aos encontros bilaterais e visitas de alto nível mais recentes, cumpre mencionar:

- Abril de 2007: visita do Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen (2001-2009) ao Brasil;

- Setembro de 2007: visita de Estado do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) à Dinamarca;

- Outubro e dezembro de 2009: visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) à Dinamarca, para a escolha da sede das Olimpíadas e para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC COP-15, respectivamente;

- Fevereiro de 2011: visita da Ministra da Ciência e Tecnologia da Dinamarca ao Brasil;

- Junho de 2012: encontro bilateral, por ocasião da Rio+20, da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016) com a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (2011-15);

- Setembro de 2012: visita do Príncipe Herdeiro Frederik, acompanhado de delegação empresarial, ao Brasil;

- Maio de 2013: visita da Ministra de Comércio e Investimentos da Dinamarca ao Brasil;

- Agosto de 2016: conjunto de eventos organizados pela Dinamarca durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o que representou uma das maiores exposições do país no exterior e contou com a presença de membros da Casa Real (Príncipe Herdeiro Frederik e Princesa Mary, Príncipe Joachim e Princesa Marie), três Ministros de Governo (Negócios Estrangeiros, Cultura e Assuntos Eclesiásticos - também responsável pelos esportes - e Negócios e Crescimento) e o Prefeito de Copenhague, Frank Jensen, além de delegações empresariais e parlamentares. Na ocasião, Chanceleres José Serra e Kristian Jensen mantiveram encontro bilateral, em Brasília.

Nos Jogos Olímpicos, a Dinamarca contou com pavilhão de exposições na praia de Ipanema, intitulado "Coração da Dinamarca". O espaço de 300 m² abrigou eventos culturais e exposições de empresas dinamarquesas, com foco em temas, como design, arquitetura, inovação, ciclismo e soluções ambientalmente sustentáveis para a indústria e a vida urbana, com ênfase na geração de eletricidade por fonte de energia eólica. Algumas das maiores empresas dinamarquesas com atuação no mercado brasileiro, como Maersk, Danfoss, Grundfos, Novo Nordisk, Coloplast e Vestas, também realizaram seminários no referido espaço. Além do "Coração da Dinamarca", foi montado pavilhão de 75 m² da Lego com atrações voltadas para o público infantil.

- Agosto de 2018: visita do Ministro do Turismo do Brasil, acompanhado de comitiva da cidade de Florianópolis e de Secretário de Estado do Turismo do Estado do Ceará, a Copenhague.



- Abril de 2019: Visita do Secretário de Estado para Política Externa da Dinamarca, Embaixador Jonas Liisberg, ao Brasil. Na ocasião, o Secretário Liisberg foi recebido pelo Secretário, interino, para Oriente Médio, Europa e África. Entre outros temas foi ressaltado que a agenda bilateral não deve se limitar a comércio, além do potencial de cooperação com o Brasil em diversos âmbitos, como pesquisa, saúde e “e-government”. Também foi mencionada a necessidade de fortalecer laços políticos e valores compartilhados, bem como a cooperação cultural.

- Julho e Agosto de 2019: Visita do Navio Veleiro “Cisne Branco”, comandado pelo Capitão de Mar-e-Guerra Adriano Batista, aos portos de Aalborg e Aarhus, respectivamente, como parte da “Tall Ship Races 2019”.

- Agosto 2019: Visita do Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), Contra-Almirante Sergio Guida, para participar da mesa-redonda sobre cooperação marítima e polar, a bordo do NV “Cisne Branco”.

Cooperação bilateral

No que se refere à cooperação bilateral, ressaltam-se as seguintes iniciativas mais recentes:

- assinatura, em 2007, de Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética e Memorando de Cooperação nas Áreas de Mudança do Clima e Desenvolvimento de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo;

- assinatura, em 2011, de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e seu congênere dinamarquês para cooperação nas áreas de educação superior, ciência, tecnologia e inovação, e em outubro, Memorando de Entendimento entre a CAPES e o Conselho das Universidades da Dinamarca. O documento prevê, como um de seus objetivos, a promoção de pesquisas científicas conjuntas, assim como a mobilidade de cientistas e pesquisadores. O Memorando também amparou o intercâmbio de pesquisadores e estudantes de ambos os países no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras. Em 2017, a Dinamarca contava 90 bolsistas da CAPES nos níveis de pós-graduação sanduíche, plena e de doutorado. As relações de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre o Brasil e a Dinamarca, por sua vez, são regidas pelo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em junho de 1986 e em vigor desde 1989;

- assinatura, em 2014, de Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Autoridade de Saúde e Medicamentos da Dinamarca;

- assinatura, em 2015, de Memorando de Entendimento entre a Agência de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e a Autoridade Marítima Dinamarquesa sobre intercâmbio de experiências, especialistas e pesquisa;

- visita a Copenhague, em 2016, de delegação composta por membros do Ministério da Saúde, do CONASS, do INCA e da Prefeitura de São Paulo para conhecer o sistema de saúde pública da Dinamarca, especialmente no que concerne à utilização da telemedicina para atendimento de pacientes à distância, ao sistema de atendimento familiar e à assistência a idosos;

- assinatura, em 2016, de Memorando de Entendimento na área de gestão pública entre o MPOG e o Ministério de Negócios e Crescimento Econômico da Dinamarca, o qual formaliza cooperação nas áreas de inovação e informação digital, com



vistas ao desenvolvimento no Brasil de projetos para aumentar a eficiência e a transparência do serviço público;

- missão do IBAMA a Copenhague, em 2016, para conhecer a experiência dinamarquesa na utilização do software QGIS, de geoprocessamento;

- assinatura, em 2016, entre a ANVISA e os ministérios da Saúde do Brasil e da Dinamarca de Programa de Cooperação Setorial Estratégica entre Brasil e Dinamarca para apoiar a gestão eficiente da saúde no Brasil;

- estabelecimento, em 2016, de Plano de Cooperação Setorial Estratégica entre Brasil e Dinamarca para Apoiar a Gestão Eficiente da Saúde no Brasil;

- visita a Copenhague do Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2017, às obras do European Spallation Source, co-sediado pela Dinamarca e Suécia, à Universidade de Lund e ao laboratório MAX IV, ambos na Suécia;

- assinatura, em 2017, de Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional Brasileiro de Propriedade Industrial (INPI) e o “Danish Patent and Trademark Office” (DKPTO);

- entrada em vigor, em 2019, do Protocolo Alterando a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação entre os Governos do Brasil e da Dinamarca;

- assinatura, em 2019, de Memorando de Entendimento entre a Embaixada da Dinamarca no Brasil e o Ministério da Economia sobre Transformação Digital.

- realização, em 2019, de mesa-redonda bilateral sobre cooperação marítima e polar, por ocasião da vinda do NV “Cisne Branco” à Dinamarca. O evento contou com a participação, pelo Brasil, do Embaixador do Brasil, do Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), do Capitão do NV “Cisne Branco” e de pesquisadores da UnB; pela Dinamarca, estiveram presentes representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Ministério da Defesa, da Autoridade Marítima, da Associação de Armadores (“Danish Shipping”) e da Universidade de Aarhus.

Programa cultural

O Brasil conta, na Universidade de Aarhus, com programa de leitorado do Centro de Estudos Brasileiros. O leitorado é o único na região escandinava e contribui positivamente para o ensino do português brasileiro em nível universitário e para a divulgação da cultura nacional. A Universidade de Copenhague abriga o Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros, atualmente sob a responsabilidade do professor Georg Wink, PhD, com cursos de graduação, mestrado e doutorado.

No tocante à cooperação cultural, ressaltam-se as seguintes iniciativas mais recentes:

- III Congresso Internacional da Rede de Brazilianistas de Análise Cultural (REBRAC), na Universidade de Copenhague, em outubro de 2018;

- VII Colóquio Internacional sobre Literatura Brasileira, na Universidade de Copenhague, em dezembro de 2018;

- participação de dois documentários brasileiros no Festival CPH:DOX, em março de 2019;

- apresentação, no Festival CPH:STAGE, da peça "A Guerra não tem Rosto de Mulher", baseada na obra homóloga da escritora Svetlana Alexievich (Prêmio Nobel de Literatura), adaptada pelo diretor brasileiro Marcello Bosschar e encenada pela atriz Ana Carolina Aguiar, em maio de 2019;



- exibição de quatro filmes brasileiros no Festival Latino-americano do Instituto do Cinema da Dinamarca (“Cinemateket”), em junho de 2019; e
- apresentação do músico Jaques Morelenbaum no Festival CPH:JAZZ de Copenhague, em julho de 2019;
- sexta edição das Jornadas Pedagógicas de Língua Portuguesa, realizada no campus da Universidade de Aarhus, de 28 a 30 de outubro de 2019, com a participação de cerca de 50 profissionais envolvidos com o aprendizado da língua portuguesa em dez países.

As obras “Água Viva”, de Clarice Lispector; "A obscena senhora D.", de Hilda Hilst; e Cinzas do Norte, de Milton Hatoum, foram as mais recentes traduções apoiadas pela Fundação Biblioteca Nacional para o idioma dinamarquês.

Comércio e investimentos

O relacionamento econômico entre o Brasil e a Dinamarca tem na atração de investimentos sua principal vocação. A maior parte do comércio bilateral ocorre intrafirma, especialmente no setor da saúde e de produtos farmacêuticos, como a insulina e seus derivados. Como se sabe, a Novo Nordisk opera em Montes Claros (MG) uma das suas fábricas mundiais de insulina

A corrente comercial entre o Brasil e a Dinamarca apresentou aumento de US\$ 230,4 milhões, em 2019, o equivalente a um incremento de 23,6 % em relação a 2018. As exportações brasileiras (US\$ 298,7 milhões) aumentaram em 1,8%, em 2019, e as importações (US\$ 909,7 milhões), em 33%, levando ao déficit comercial bilateral brasileiro de US\$ 611 milhões (superior em 56,5% ao de 2018).

Na pauta das exportações brasileiras para a Dinamarca, em 2019, “outros medicamentos, incluindo veterinários” responderam por 44% do valor total, seguidos por “farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais” (22%), “madeira, parcialmente trabalhada e dormentes de madeira” (4,8%), “demais produtos – indústria de transformação” (4,5%) e “resíduos vegetais, feno, forragens e outros farelos” (4,4%).

Na pauta de importações, por sua vez, “medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários” somaram 20% do total, seguidos por “obras de ferro ou aço e outros artigos de metais comuns” (18%), “outros medicamentos, incluindo veterinários” (16%), inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes” (9,3%) e “outros produtos químicos” (5,2%).

Estão presentes no Brasil cerca de 140 empresas dinamarquesas, de acordo com levantamento do Conselho de Comércio da Dinamarca. Os dinamarqueses almejam expandir sua carteira de investimentos no Brasil, bem como o comércio, razão pela qual contam, em São Paulo, com escritório acoplado ao Consulado, voltado para a atração de investimentos dinamarqueses e para a expansão de sua presença multinacional em mercados considerados estratégicos. Como parte desse interesse, a Dinamarca mantém uma incubadora de empresas, pela qual empresários dinamarqueses interessados no mercado brasileiro podem, em período de até dois anos, contar com a assessoria de assistentes técnicos contratados localmente, avaliar as oportunidades de abertura de novos negócios, desenvolver pesquisas de mercado e conhecer a economia brasileira “in loco”.

Em agosto de 2018, a Embraer, em coordenação com a Embaixada e parceria com a Associação Dinamarquesa das Indústrias de Defesa e Segurança (FAD), seminário de



negócios na sede da Confederação das Indústrias Dinamarquesas ("Danske Industri"). O seminário teve a participação de representantes de diversas empresas e organizações atuantes na área e contou com dois segmentos: i) o seminário propriamente dito, com intervenções do vice-presidente para assuntos governamentais na Europa, Oriente Médio e África, que apresentou dados gerais sobre a Embraer na aviação comercial, e do diretor para Europa e África da área de defesa e segurança, que discorreu sobre as aeronaves e as tecnologias militares da empresa; e ii) as reuniões "business-to-business" (B2B) da Embraer com representantes de dez organizações participantes.

Em anos recentes, várias empresas dinamarquesas expandiram seus negócios no País. Como exemplos, tem-se a ISS, empresa de serviços terceirizados, que dobrou a captação de novos negócios no mercado nacional; a rede de bijuterias Pandora, que abriu 34 novas lojas no Brasil; e a Vestas, que investiu 100 milhões de reais em sua primeira fábrica de turbinas e naceles para a geração de energia eólica em Aquiraz, Ceará, inaugurada em 2016.

Presente no Brasil desde 2000, a Vestas mantém parques eólicos no país, conta com 750 turbinas e uma capacidade instalada de 1,5 GW. Na inauguração da unidade de produção de Aquiraz, o Diretor da Vestas no Brasil mencionou que o país é um dos mercados estratégicos da empresa. Com a nova fábrica, a Vestas espera produzir localmente 70% dos componentes que utiliza no Brasil. A companhia ainda opera Centro de Serviços em Natal (RN)

Em 2017, a Maersk, maior empresa dinamarquesa e principal transportadora de cargas do mundo, adquiriu a Hamburg Süd, consolidando sua liderança no transporte marítimo de mercadorias exportadas pelo Brasil para a Europa e na cabotagem comercial entre países do Mercosul. Em 2018, a Novo Nordisk, primeira fabricante mundial de insulina, recebeu autorização para comercializar no Brasil o produto de sua planta ultramoderna localizada em Montes Claros, Minas Gerais.

De acordo com dados do BACEN, o Investimento Externo Direto (IED) recebido da Dinamarca foi de US\$ 178 milhões em 2017, US\$ 92 milhões em 2018 e US\$ 60 milhões em 2019.



POLÍTICA INTERNA

O sistema de governo dinamarquês é o chamado "parlamentarismo negativo", no qual a condição para o estabelecimento do Governo não é, necessariamente, a formação de maioria parlamentar, mas sim a não existência de uma coalizão majoritária na oposição. Desde 1909, nenhum partido conseguiu a maioria isolada no Parlamento e, desde a Segunda Guerra Mundial, apenas quatro Gabinetes contaram com maioria parlamentar para governar. Há 179 assentos no Parlamento e os representantes são escolhidos por eleição geral, realizada a cada quatro anos (ou menos, se o Governo for dissolvido antes). Destes, 175 parlamentares são eleitos na Dinamarca, dois nas Ilhas Faroé e dois na Groenlândia.

Nas últimas eleições parlamentares, realizadas no dia 05 de junho de 2019, o chamado "bloco vermelho" sagrou-se vitorioso, não obstante o bom desempenho do Partido Liberal (PL), do ex-Primeiro-Ministro Lars Løkke Rasmussen (2015-2019). Com o resultado, o Partido Social-Democrata retorna ao poder, após cerca de 4 anos de oposição, e a sua líder, Mette Frederiksen, torna-se a nova Primeira-Ministra da Dinamarca.

Apesar do apoio das demais legendas de esquerda, a PM optou por formar governo de minoria, contando com integrantes do Partido Social Democrata (SD). Cumpre notar, que, em anos recentes, o SD passou a adotar postura cada vez mais restritiva em relação ao tema da imigração, aproximando-se, em muitos pontos, do Partido do Povo Dinamarquês (PPD), do "bloco azul", e outrora detentor do segundo maior número de assentos no Folketing (Parlamento local). No que diz respeito ao espectro econômico, o SD situa-se próximo ao centro, embora defenda várias medidas que reforçam o estado do "bem-estar social".

A questão ambiental e a mudança do clima foram importantes plataformas políticas dos sociais democratas nas eleições de 2019. A ambiciosa meta da atual administração é a de reduzir as emissões dinamarquesas em 70% até 2030, com relação ao ano de 1990.

Por ocasião da pandemia global de COVID-19, a Dinamarca foi um dos primeiros países europeus a adotar medidas de distanciamento social obrigatórias, em 13 de março de 2020.

Groenlândia e Ilhas Faroé

A Groenlândia, assim como as Ilhas Faroé, tem sistema político e administrativo autônomo, cuja política externa e de defesa é conduzida pelo Reino da Dinamarca. Ponto sensível para a Dinamarca com relação a tais territórios diz respeito aos investimentos estrangeiros em setores-chave, como o de infraestrutura.

Os políticos da Groenlândia mantêm expectativa de oportunidades de desenvolvimento à medida que as mudanças climáticas facilitem a navegação comercial no Ártico e a exploração de recursos minerais. Em anos recentes, decisões groenlandesas pareceram "desafiar" a Dinamarca, tais como assento no Conselho do Ártico; levantamento da proibição da extração de urânio; e modificações na lei trabalhista.

A Groenlândia, em grau ainda maior que as Ilhas Faroé, nutre anseios de separação total do Reino, mas a injeção de recursos dinamarqueses (e da UE), de US\$ 670 milhões anuais, representa um terço do PIB gerado no território. Preocupa, em



especial, à Dinamarca evitar que a Groenlândia, dada a sua extrema fragilidade econômica, seja cooptada por investimentos estrangeiros, como no caso da China, na recente concorrência para a expansão de três aeroportos na ilha. Ressalte-se, ainda, o compromisso dinamarquês com os interesses estratégico-militares norte-americanos na região. O valor estratégico da Groenlândia para os EUA está intrinsecamente vinculado à base militar de Thule e seu sistema de alerta precoce para mísseis balísticos inimigos, na rota mais curta entre a Eurásia e a América do Norte. O governo de Washington declarou intenção de abrir, proximamente, Consulado-Geral em Nuuk e ampliar linhas de financiamento para projetos bilaterais com a Groenlândia. A aproximação dos EUA em relação aos territórios autônomos do Reino da Dinamarca gera divergência de opiniões na mídia e nos meios políticos.

A Dinamarca (por meio da Groenlândia), assim como os EUA, a Rússia, o Canadá e a Noruega reivindicam soberania sobre porções do Ártico, área rica em recursos naturais, inclusive petróleo e gás. Nesse sentido, o derretimento da calota polar e a abertura de novas rotas de navegação têm aguçado a importância geopolítica daquela região. Em maio de 2018, por ocasião do aniversário de 10 anos da Declaração de Ilulissat, o governo da Dinamarca reiterou que os Estados costeiros do Mar Ártico devem resolver suas disputas de maneira pacífica, através do diálogo e de negociações no âmbito do direito internacional.

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, as principais linhas da política externa dinamarquesa são a participação ativa no âmbito da União Europeia e a ênfase nos laços de segurança transatlânticos, notadamente por meio da OTAN, além da atuação como país doador na área da ajuda e cooperação internacionais, tanto em bases humanitárias quanto em termos de ajuda para o desenvolvimento. Foram destaques da política externa dinamarquesa, em 2018, a ênfase conferida à Parceria para o Crescimento Verde e os Objetivos Globais 2030 - P4G e à chamada "TechPlomacy", que abrange todos os esforços de cooperação com países, organizações internacionais e multinacionais na área digital e de TI.

O governo dinamarquês elaborou nova estratégia de política externa e de segurança para os anos 2019-2020, com foco no sistema internacional baseado em regras; União Europeia; imigração; diplomacia econômica; segurança; e Ártico. O documento constituiu resumo das prioridades deste país no âmbito internacional e lista as principais iniciativas projetadas para o biênio.

Não obstante eventuais divergências com a administração Trump, a Dinamarca reconhece a importância dos EUA para a defesa europeia, sobretudo em face da política externa russa, considerada como agressiva e deletéria aos seus interesses. Nesse sentido, relatório do "think-tank" Atlantic Council, recentemente, avaliou como muito positiva a cooperação EUA-Dinamarca na área de defesa, qualificando Copenhague como aliado leal e estável de Washington em um contexto global de mudanças. De acordo com o relatório, a Dinamarca tem, constantemente, contribuído para a defesa coletiva em proporções maiores do que seria esperado para o tamanho do país. Nesse sentido, seria razoável afirmar que o relatório corrobora a decisão dinamarquesa, tomada ainda na administração Rasmussen, de aumentar os seus gastos com defesa para 1,5% do PIB, contrariando a expectativa da administração Trump de que tais gastos sejam elevados para 2,0%. Entre os principais argumentos, destaca-se o fato de a Dinamarca contribuir efetivamente para a Aliança, participando, de forma ativa, de



operações militares.

Em linha similar ao governo Liberal predecessor, a atual administração dinamarquesa também é favorável à integração regional europeia. Com uma população de apenas 5,7 milhões de habitantes e algumas áreas específicas em que o país detém vantagens competitivas (logística de transportes marítimos, indústria farmacêutica, equipamentos de geração de energia eólica, entre outros), a Dinamarca, em geral, defende a ampliação de acordos comerciais da UE com outras grandes regiões. Nesse contexto, cabe observar a postura positiva em relação ao Acordo Mercosul-UE. Ressalte-se, ainda, a grande notoriedade alcançada pela Comissária Europeia para Concorrência, a dinamarquesa Margrethe Vestager, que chegou a ser considerada para assumir a presidência da Comissão.

No campo multilateral, a Dinamarca confere importância à modernização das Nações Unidas, do Banco Mundial e do FMI, de modo que esses organismos promovam a nova agenda de desenvolvimento sustentável de maneira mais adequada, em parceria com atores estatais e não estatais. Cumpre mencionar, ainda, o ingresso do país no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, mandato 2019-2021. A Dinamarca prioriza a reforma institucional do órgão, o combate à tortura, a promoção dos direitos da mulher e da menina e o acompanhamento criterioso de países onde há descumprimento persistente dos direitos humanos.

Relações com os países nórdicos e bálticos

Os laços étnicos e culturais que unem os países nórdicos são reforçados pela união de passaportes e pelo mercado livre de trabalho. Criado em 1952, por iniciativa da Dinamarca, o Conselho Nórdico de Ministros constitui foro de discussão e formulação de políticas e ações comuns e representa importante elemento de promoção de conceitos e valores compartilhados.

A necessidade de conciliar a profunda cooperação entre os nórdicos com o desenvolvimento da UE impôs, entre outros aspectos, a criação de mecanismo especial para possibilitar o ingresso da Dinamarca nos Acordos de Schengen, sem prejuízo do livre trânsito dos nacionais dos países nórdicos que não são membros da UE.

O Mecanismo de Cooperação Nórdica em Assuntos de Defesa – NORDEF, estabelecido em 2009 pelos Ministros da Defesa da Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia, constitui cooperação aberta em bases voluntárias de grande importância complementar aos compromissos multilaterais dos países membros, sobretudo considerando que alguns países nórdicos não fazem parte da OTAN e da União Europeia. A cooperação busca, entre outros aspectos, enfrentar os cortes dos orçamentos de defesa dos países membros, por meio de compras comuns, com economia de escala e maior capacidade de negociação junto a fornecedores, bem como da otimização de sistemas logísticos, de treinamento e de uso comum de recursos humanos e de informática.

A Dinamarca, primeiro país a reconhecer a independência da Lituânia, Letônia e Estônia, atua com desenvoltura na região báltica, principalmente na área de defesa e segurança, com endosso dos EUA e aproveitando-se das limitações alemãs nesse campo. A OTAN recebe da Dinamarca apoio material e profissional para o Batalhão Báltico e no patrulhamento do espaço aéreo daquela região. A Dinamarca ocupa, de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020, a presidência do Conselho Báltico.

Os países nórdicos e bálticos compartilham diversas plataformas e programas



de cooperação, em áreas tais como intercâmbio acadêmico e educacional, capacitação de recursos humanos nas forças armadas e outros. Os cinco países nórdicos e os três países bálticos, além da Alemanha, Polônia e Rússia, constituem, desde 1992, o Conselho dos Estados Marítimos do Báltico, foro de concertação política que conta ainda com um representante da Comissão Europeia.

Adicionalmente, os cinco países nórdicos fazem parte do Conselho Ártico, juntamente com Canadá, EUA e Rússia. O Conselho foi estabelecido em 1996, como fórum intergovernamental de alto nível, a fim de fomentar a cooperação e a coordenação entre os Estados da região ártica, com o envolvimento das comunidades indígenas (seis organizações indígenas têm status de Participante Permanente).

ECONOMIA

Apesar da pequena extensão territorial (mesmo o território da Groenlândia é 90% coberto de neve) e da carência em recursos naturais, a Dinamarca tem uma economia sólida, com excelentes indicadores de renda, desenvolvimento humano e competitividade. A economia dinamarquesa é movida por indústrias modernas, por um setor agrícola que emprega alta tecnologia e, principalmente, pelo comércio exterior. Algumas das empresas do país estão entre as líderes mundiais em setores como o farmacêutico, de infraestrutura marítima e energia renovável.

A Dinamarca é grande exportadora de alimentos e de energia, o que lhe garante superávits no balanço de pagamentos, mas depende da importação de matérias primas para o setor industrial. Desta maneira, no âmbito da União Europeia, o país é um dos maiores defensores do livre comércio e apoiou as negociações Mercosul-UE.

Mesmo contando com forte setor exportador agrícola, o governo dinamarquês consegue manter uma estratégia comercial razoavelmente equilibrada e consistente com a liberalização crescente do intercâmbio de bens, tanto agrícolas quanto industriais. Os segmentos de carne suína, embutidos e produtos lácteos são competitivos e têm interesses ofensivos também nos mercados dos países do Mercosul, em especial no Brasil.

Desde a crise econômica de 2008-2009, a economia dinamarquesa tem crescido de forma lenta, porém relativamente constante. Em 2018, o PIB cresceu 2,4% e em 2019, também 2,4%. Com a pandemia de COVID-19, há previsão de queda do PIB da ordem de 6,5% em 2020.

A Dinamarca é altamente dependente do comércio exterior, para venda de sua produção e prestação de serviços de transporte e logística marítima. Em 2019, a Alemanha foi o seu principal parceiro comercial (exportações + importações), seguida de Suécia, EUA, Países Baixos, China, Noruega, Reino Unido e França.

A pauta das exportações é composta, majoritariamente, por medicamentos, partes de turbinas eólicas, petróleo, peles e alimentos e a de importações por medicamentos, petróleo, carros e produtos eletrônicos. Na Dinamarca estão sediadas empresas industriais de renome mundial, entre as quais: Mærsk (gás, óleo, transportes marítimos, construção naval) - maior empresa dinamarquesa, Carlsberg (cervejaria), Lego (brinquedos), Bang & Olufsen (equipamentos audiovisuais de luxo), Novo Nordisk (produtos farmacêuticos), Novozymes (enzimas), Vestas (energia eólica), FLSmidth (cimento) e Pandora (jóias).



ANEXOS

Cronologia Histórica da Dinamarca

- 700- Começa o processo de unificação do País.
- 987- O processo de unificação foi concluído sob Haroldo I, o Dente Azul. O soberano, sob pressão política da igreja alemã, converteu-se ao Cristianismo.
- 1350- A Peste Negra dizimou a população.
- 1397- Estabelecida a União de Kalmar, reunindo a Dinamarca, a Noruega e a Suécia sob a liderança da Rainha Margarete I, filha de Valdemar IV da Dinamarca.
- 1523- Fim da União com a secessão da Suécia, sob Gustav I Vasa.
- 1536- A Dinamarca adota a reforma luterana.
- 1629- Derrota de Cristian IV na Guerra dos Trinta Anos contra a Suécia.
- 1661- A monarquia eletiva, dominada pela aristocracia, é substituída pelo sistema hereditário.
- 1801 e 1807- Ataques ingleses a Copenhague pela recusa em tomar partido nas Guerras Napoleônicas.
- 1814- Fim da união da Dinamarca e da Noruega.
- 1863- Bismarck declara guerra à Dinamarca que, derrotada, cede três ducados à Alemanha.
- 1914- A Dinamarca permanece neutra durante a I Guerra Mundial.
- 1940- A Alemanha invade a Dinamarca, até então neutra na II Guerra Mundial.
- 1940- Partido Social Democrata, no poder, desenvolve programa de cooperação com a Alemanha.
- 1943- Resistência popular, com apoio externo britânico, comprometeu as bases de convivência com o regime nazista.
- 1945- Ao final do conflito, a Dinamarca foi oficialmente reconhecida como país aliado.
- 1945- Convidada a se tornar Estado fundador das Nações Unidas.
- 1945- Tornou-se membro da OTAN, encerrando assim a política de neutralidade.
- 1948- Com o apoio financeiro do Plano Marshall, o país iniciou programa de modernização da agricultura.
- 1960- É introduzido programa de previdência social, caracterizado por benefícios abrangentes, financiados por meio de política de impostos elevados, a qual deu origem ao conhecido modelo da “sociedade do bem estar”, difundido em toda a Escandinávia.
- 1972- Rainha Margarete II ocupa o trono dinamarquês.
- 1973- Adesão à União Europeia.
- 2000- Em referendo para adoção do euro, 53,1% dos votantes manifestaram sua preferência por manter a Coroa dinamarquesa como moeda nacional.
- 2001- Eleições parlamentares. Vitória do Partido Liberal. Anders Fogh Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro.
- 2005- Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen é reeleito.
- 2007- Retirada das tropas dinamarquesas do Iraque.
- 2009- Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen deixa o cargo para assumir a



direção da OTAN.

2009- Lars Løkke Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro.

2011- Helle Thorning-Schmidt assume o cargo de Primeira-Ministra.

2015- Lars Løkke Rasmussen assume novamente o cargo de Primeiro-Ministro.

2019- Mette Frederiksen assume o cargo de Primeira-Ministra.



Cronologia das Relações Bilaterais

- 1829 – Abertura da Legação do Brasil em Copenhague.
- 1876 – Viagem particular do Imperador D. Pedro II à Dinamarca.
- 1911 – Convenção de Arbitragem.
- 1966 – Acordo Básico de Cooperação Técnica.
- 1969 – Acordo sobre Transportes Aéreos.
- 1974 – Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda.
- 1979 – Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.
- 1986 – Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.
- 1999 – Visita de Estado da Rainha Margrethe II ao Brasil, primeira visita no nível de Chefe de Estado.
- 2006 – Visita ao Brasil do Ministro da Economia e Negócios, Bendt Bendtsen, em julho.
- 2007 – Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de mudança de clima e de desenvolvimento e execução de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.
- 2007 – Visita do Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil, em abril.
- 2007 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Dinamarca, em setembro.
- 2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em outubro, para participar das eleições que levaram à escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.
- 2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em dezembro, para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15).
- 2010 – Visita do Príncipe Joachim ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
- 2011 – Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros Lene Espersen ao Brasil.
- 2012 – Visita do Príncipe Herdeiro Frederik ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
- 2012 – Visita da Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt ao Brasil, por ocasião da Conferência Rio+20.
- 2013 – Visita da Ministra de Comércio e Investimentos da Dinamarca ao Brasil.
- 2016 – Por ocasião dos Jogos Olímpicos, visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Frederik e do Príncipe Joachim; do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Kristian Jensen; do Ministro da Cultura, Berthel Haarder; do Ministro dos Negócios e Crescimento, Troels Lund Poulsen; e do Prefeito de Copenhague, Frank Jensen.
- 2017 – Visita do Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- 2018 – Visita do Ministro do Turismo, acompanhado de comitiva da cidade de Florianópolis e de Secretário de Estado do Turismo do Estado do Ceará.
- 2019 – Visita do Secretário de Estado para Política Externa da Dinamarca, Embaixador Jonas Liisberg, ao Brasil
- 2019 – Visita do NV “Cisne Branco”



2019 – Visita do Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
(SECIRM)



Atos Bilaterais

Título do Acordo	Data	Status
Acordo de Cooperação Brasil - Dinamarca	31/03/2011	Em Vigor
Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, Celebrada em Copenhague em 27 de Agosto de 1974	23/03/2011	Em Promulgação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética	13/09/2007	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima e de Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	25/04/2007	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos	04/05/1995	Situação especial
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	22/03/1994	Em Vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	09/06/1986	Em Vigor
Troca de Notas colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre o Brasil e os Países Escandinavos, assinada em 29 de agosto de 1975.	30/10/1979	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.	05/02/1979	Em Vigor
Comunicado de Imprensa	26/10/1977	Em Vigor
Troca de Notas determinando a entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos.	17/12/1976	Em Vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	27/08/1974	Em Vigor



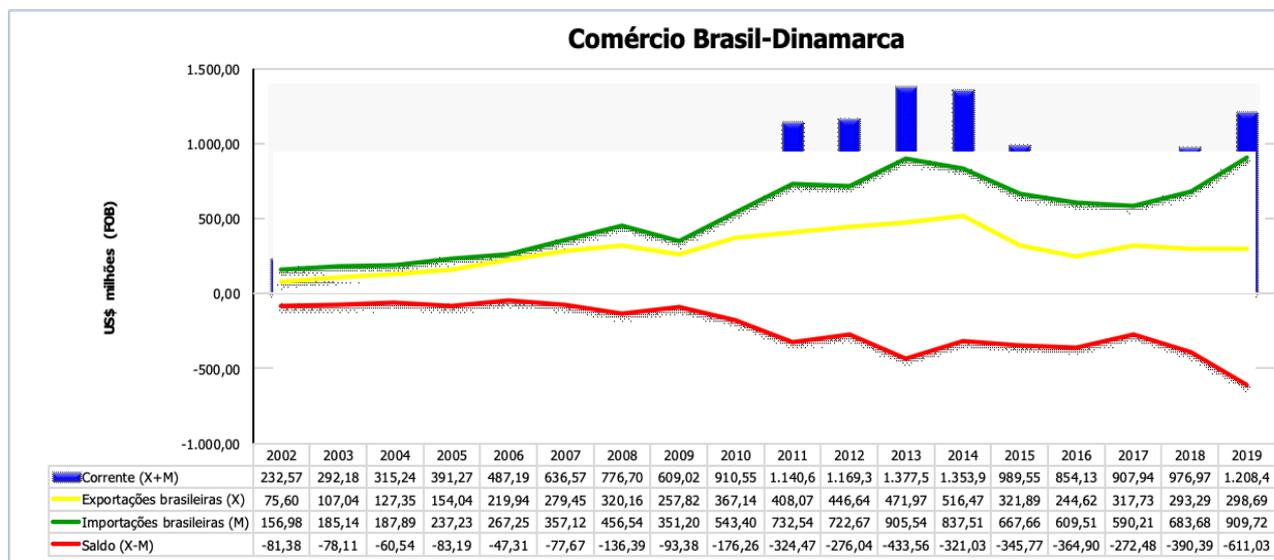
Título do Acordo	Data	Status
Acordo de Radioamadorismo	16/01/1974	Em Vigor
Acordo que estabelece um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Governamentais da Dinamarca e do Brasil sobre Transporte Marítimo Internacional.	29/03/1972	Em Vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos	18/03/1969	Em Vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	Em Vigor
Acordo de Empréstimo	08/07/1966	Expirado
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	25/02/1966	Em Vigor
Ajuste sobre Disposições Aplicáveis no Caso de Ab-Rogação do Ajuste de Pagamento de 1951, entre o Banco do Brasil S/A e o "Danmark Nationalbank".	25/03/1964	Em Vigor
Acordo incluindo São Paulo entre as Escalas Regulares da S.A.S.	12/05/1956	Em Vigor
Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes.	21/07/1953	Em Vigor
Ajuste de Pagamentos entre o Banco do Brasil S/A e o Banco da Dinamarca.	27/04/1951	Pendente
Acordo sobre Transportes Aéreos.	14/11/1947	Denunciado
Acordo Comercial Provisório.	30/07/1936	Denunciado
Acordo para a Liberação dos Créditos Comerciais atrasados da Dinamarca no Brasil, com a Cooperação do Banco do Brasil do Rio de Janeiro.	14/11/1935	Pendente
Acordo de Assistência Recíproca a Doentes das Faculdades Mentais.	05/08/1932	Em Vigor
Acordo Comercial.	30/11/1931	Denunciado
Acordo sobre Malas Diplomáticas.	29/04/1929	Em Vigor
Convenção de Arbitragem.	27/11/1911	Em Vigor



Título do Acordo	Data	Status
Tratado de Comércio e Navegação.	26/04/1828	Denunciado



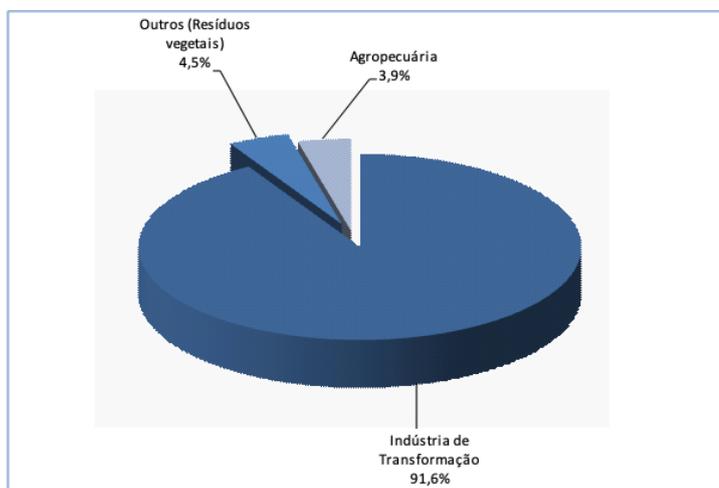
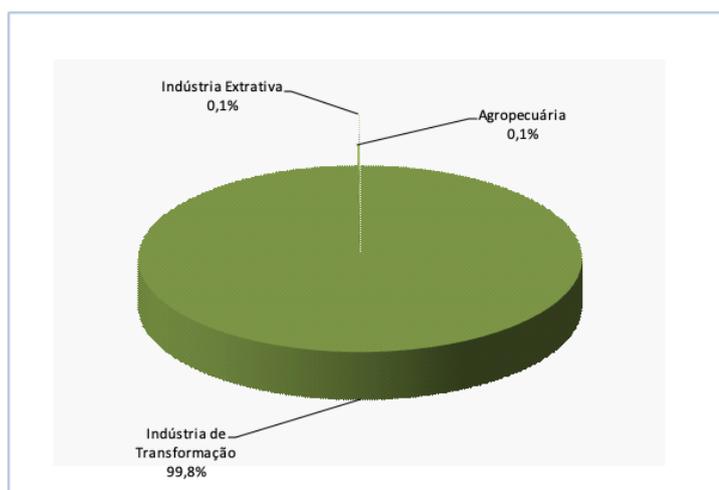
Dados Econômico-Comerciais



2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-mar)	72,10	188,20	260,30	-116,11
2020 (jan-mar)	89,53	278,75	368,27	-189,22

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2020.



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2020.

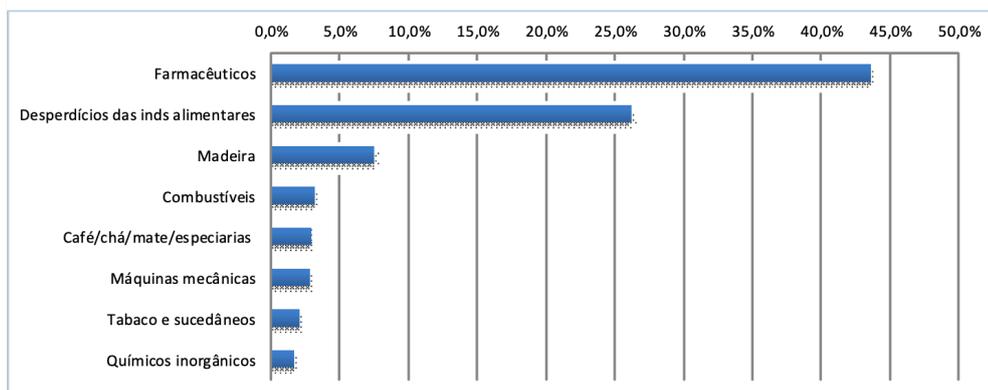


**Composição das exportações brasileiras para à Dinamarca
US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Farmacêuticos	174,16	54,8%	142,92	48,7%	130,40	43,7%
Desperdícios das inds alimentares	58,63	18,5%	47,26	16,1%	78,47	26,3%
Madeira	23,76	7,5%	33,79	11,5%	22,37	7,5%
Combustíveis	0,00	0,0%	4,85	1,7%	9,55	3,2%
Café/chá/mate/especiarias	9,16	2,9%	8,04	2,7%	8,70	2,9%
Máquinas mecânicas	7,44	2,3%	6,82	2,3%	8,53	2,9%
Tabaco e sucedâneos	6,44	2,0%	8,10	2,8%	6,14	2,1%
Químicos inorgânicos	0,44	0,1%	4,02	1,4%	5,05	1,7%
Subtotal	280,03	88,1%	255,78	87,2%	269,21	90,1%
Outros	37,70	11,9%	37,51	12,8%	29,48	9,9%
Total	317,73	100,0%	293,29	100,0%	298,69	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

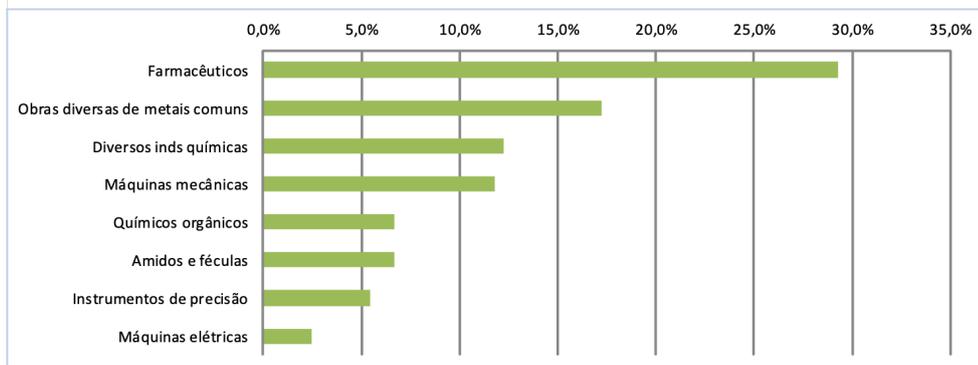


**Composição das importações brasileiras originárias da Dinamarca
US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Farmacêuticos	169,81	28,8%	233,12	34,1%	266,42	29,3%
Obras diversas de metais comuns	0,14	0,0%	26,67	3,9%	156,54	17,2%
Diversos inds químicas	50,82	8,6%	61,93	9,1%	111,24	12,2%
Máquinas mecânicas	93,30	15,8%	93,22	13,6%	107,19	11,8%
Químicos orgânicos	61,53	10,4%	69,30	10,1%	60,65	6,7%
Amidos e féculas	50,56	8,6%	58,33	8,5%	60,49	6,6%
Instrumentos de precisão	53,35	9,0%	49,02	7,2%	49,59	5,5%
Máquinas elétricas	23,23	3,9%	17,46	2,6%	22,62	2,5%
Subtotal	502,74	85,2%	609,06	89,1%	834,73	91,8%
Outros	87,47	14,8%	74,62	10,9%	74,99	8,2%
Total	590,21	100,0%	683,68	100,0%	909,72	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)					
US\$ milhões					
Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 2 0 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020
Exportações					
Desperdícios das inds alimentares	19,37	26,9%	42,22	47,2%	
Farmacêuticos	32,53	45,1%	25,76	28,8%	
Madeira	6,04	8,4%	7,22	8,1%	
Café/chá/mate/especiarias	2,88	4,0%	2,86	3,2%	
Combustíveis	0,84	1,2%	2,41	2,7%	
Minérios	0,00	0,0%	1,67	1,9%	
Subtotal	61,65	85,5%	82,13	91,7%	
Outros	10,44	14,5%	7,39	8,3%	
Total	72,10	100,0%	89,53	100,0%	
Grupos de produtos (SH2)					
	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 2 0 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020
Importações					
Farmacêuticos	64,94	34,5%	76,86	27,6%	
Obras diversas de metais comuns	18,89	10,0%	41,90	15,0%	
Máquinas mecânicas	21,40	11,4%	36,87	13,2%	
Diversos inds químicas	22,28	11,8%	35,93	12,9%	
Amidos e féculas	15,21	8,1%	23,04	8,3%	
Químicos orgânicos	16,19	8,6%	14,75	5,3%	
Instrumentos de precisão	9,65	5,1%	11,47	4,1%	
Máquinas elétricas	4,44	2,4%	11,44	4,1%	
Subtotal	173,01	91,9%	252,26	90,5%	
Outros produtos	15,20	8,1%	26,48	9,5%	
Total	188,20	100,0%	278,75	100,0%	

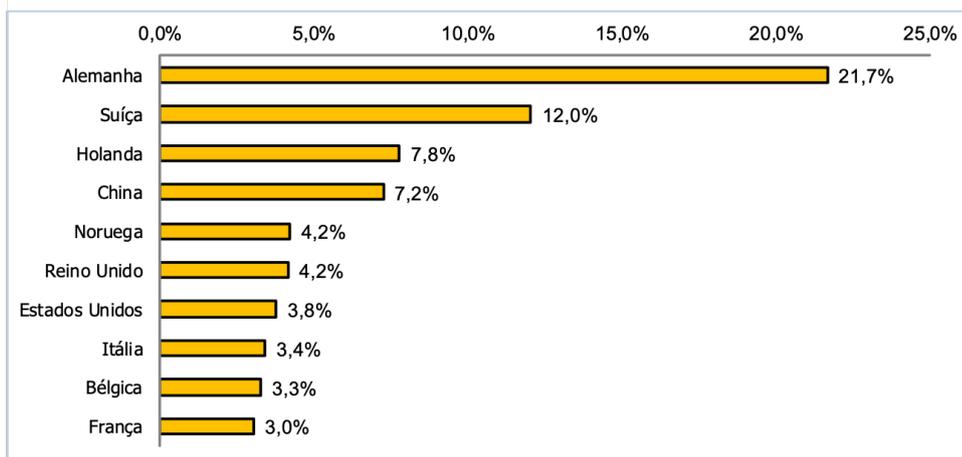
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Maio de 2020.

**Principais origens das importações da Dinamarca
US\$ bilhões**

Países	2019	Part.% no total
Alemanha	21,02	21,7%
Suíça	11,69	12,0%
Holanda	7,55	7,8%
China	7,03	7,2%
Noruega	4,10	4,2%
Reino Unido	4,03	4,2%
Estados Unidos	3,67	3,8%
Itália	3,32	3,4%
Bélgica	3,18	3,3%
França	2,95	3,0%
...		
Brasil (37º lugar)	0,30	0,3%
Subtotal	68,82	70,9%
Outros países	28,19	29,1%
Total	97,01	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril de 2020. Dados de comércio Dinamarca-Brasil - Comexstat.

10 principais origens das importações

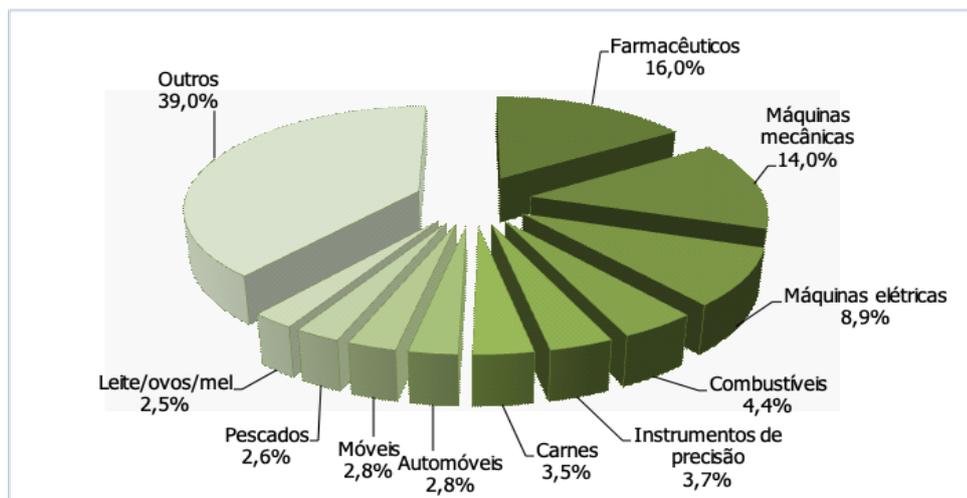


Composição das exportações da Dinamarca US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Farmacêuticos	17,55	16,0%
Máquinas mecânicas	15,42	14,0%
Máquinas elétricas	9,75	8,9%
Combustíveis	4,82	4,4%
Instrumentos de precisão	4,02	3,7%
Carnes	3,80	3,5%
Automóveis	3,08	2,8%
Móveis	3,07	2,8%
Pescados	2,86	2,6%
Leite/ovos/mel	2,72	2,5%
Subtotal	67,07	61,0%
Outros	42,79	39,0%
Total	109,87	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril de 2020. Dados de comércio Dinamarca-Brasil - Comexstat.

10 principais grupos de produtos exportados

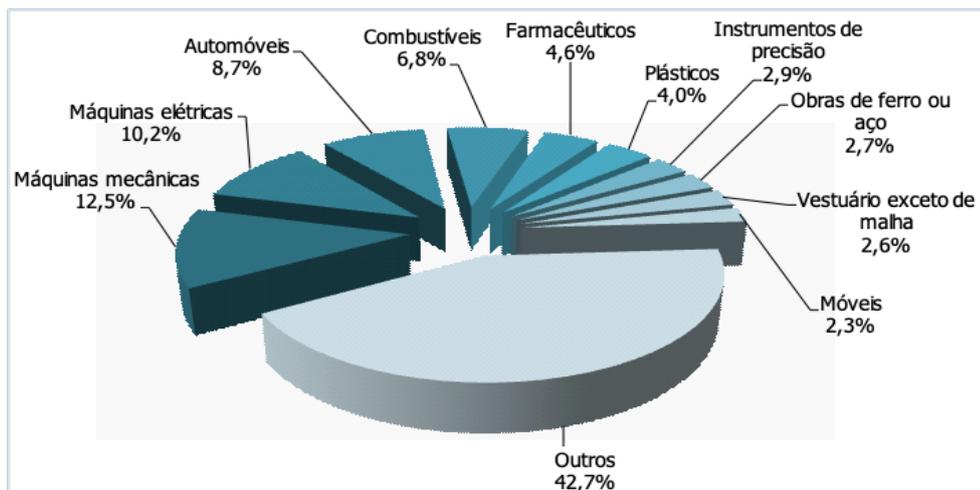


**Composição das importações da Dinamarca
US\$ bilhões**

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Máquinas mecânicas	12,13	12,5%
Máquinas elétricas	9,89	10,2%
Automóveis	8,39	8,7%
Combustíveis	6,60	6,8%
Farmacêuticos	4,45	4,6%
Plásticos	3,86	4,0%
Instrumentos de precisão	2,86	2,9%
Obras de ferro ou aço	2,66	2,7%
Vestuário exceto de malha	2,52	2,6%
Móveis	2,24	2,3%
Subtotal	55,60	57,3%
Outros	41,41	42,7%
Total	97,01	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril de 2020. Dados de comércio Dinamarca-Brasil - Comexstat.

10 principais grupos de produtos importados



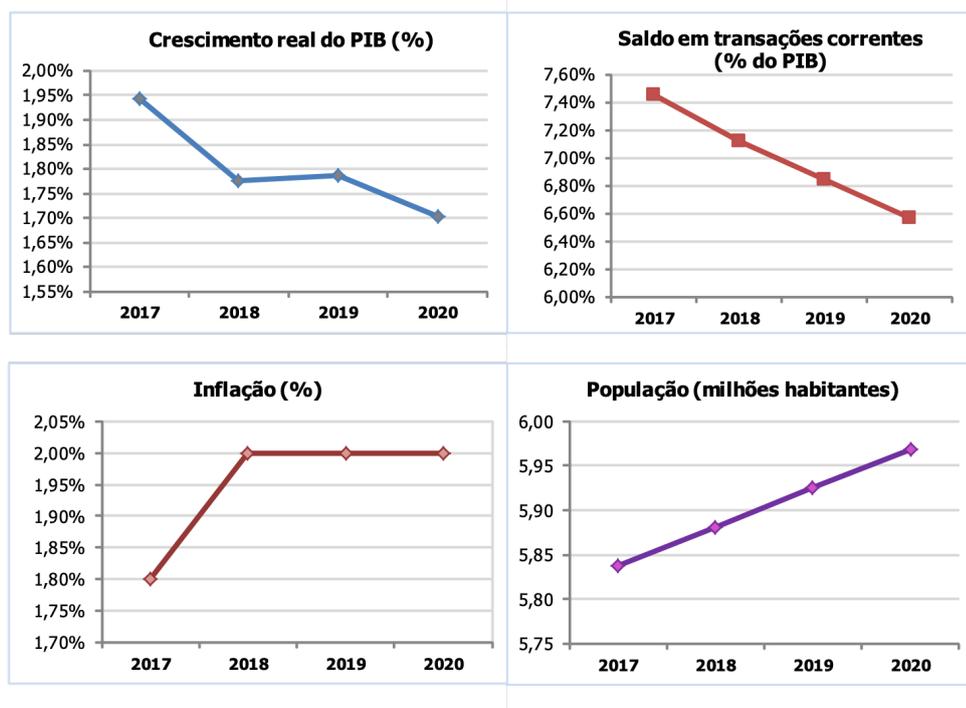
Principais indicadores socioeconômicos da Dinamarca

Indicador	2019	2020 ⁽¹⁾	2021 ⁽¹⁾	2022 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,94%	1,78%	1,79%	1,70%
PIB nominal (US\$ bilhões)	362,15	380,20	397,79	417,77
PIB nominal "per capita" (US\$)	62.041	64.644	67.136	69.993
PIB PPP (US\$ bilhões)	312,67	324,29	336,22	348,32
PIB PPP "per capita" (US\$)	53.563	55.137	56.745	58.356
População (milhões habitantes)	5,84	5,88	5,93	5,97
Desemprego (%)	5,30%	5,30%	5,40%	5,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,80%	2,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	7,46%	7,13%	6,85%	6,57%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**DIVISÃO DE EUROPA I (DE-I)****LITUÂNIA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

Maio de 2020



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República da Lituânia
Capital:	Vilnius
Área:	65.300 km ² (pouco maior que o Estado da Paraíba)
População:	2,79 milhões de habitantes – (estimativa para 2019, Statistics Lithuania)
Idioma:	Lituano (oficial), Russo-polonês e alemão.
Principais religiões:	Católicos 77,2%, Ortodoxos 4,1%, Protestantes (luteranos e evangélicos) 1,6%, outros 0,9%, sem religião 6,1%, não especificado 10,1% (Department of Statistics to the Government of the Republic of Lithuania, 2011).
Sistema político:	Democracia parlamentarista com Presidente
Chefe de Estado:	Presidente Gitanas Nausėda (desde 12/07/2019)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Saulius Skvernelis (desde 13/12/2016)
Chanceler:	Linas Linkevičius
PIB (FMI)	US\$ 53,64 bilhões (2019)
PIB PPP (FMI)	US\$ 101,34 bilhões (2019)
PIB “per capita” (FMI)	US\$ 19.266 (2019)
PIB PPP “per capita” (FMI)	US\$ 38.751 (2019)
Moeda:	Adotou o euro em 1/1/2015, em substituição à moeda nacional lita.
Variação do PIB (FMI)	3,9% (2019)
IDH (PNUD)	0,858 / 35º lugar (2018)
Expectativa de vida	73,4 (UN World Population Prospects, 2015)
Alfabetização	99,8% (UNESCO, 2015)
Desemprego	6,3% (FMI, 2018)



Embaixador da Lituânia:	O Consulado-Geral em São Paulo exerce funções de representação.
Embaixador do Brasil	Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Intercâmbio	126,6	62,5	77,7	148,3	76,9	72,1	5	7	5	4	
Exportações	66,2	53,2	50,5	114,8	42,9	52,2	3	4	2	2	
Importações	60,4	9,3	27,2	33,5	34,2	19,9	21,9	28,9	36,4	21,2	
Saldo	5,8	43,9	23,3	81,3	8,7	32,3	9,7	14,1	-15,7	2	

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC, Comex Stat



PERFIS BIOGRÁFICOS

Gitanas Nausėda
Presidente da República da Lituânia

Nasceu em 19 de março de 1964, em Klaipėda. Formado e pós-graduado em economia pela Universidade de Vilnius. Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Vilnius, de 1987 a 1989. Doutor em Ciências Sociais em 1993. Professor associado da International Business School da Universidade de Vilnius desde 2009. De 1993 a 1994, ocupou o cargo chefe do Departamento de Mercados Financeiros do Conselho Lituano para Concorrência. De 1994 a 1996, foi vice-diretor da Divisão para Metodologia e Análise no Departamento de Supervisão dos Bancos Comerciais do Banco da Lituânia e, de 1996 a 2000, diretor do Departamento de Política Monetária do Banco da Lituânia. Atuou como Membro do Conselho do Banco da Lituânia de 1998 a 2000; Assessor do Presidente Valdas Adamkus, em 2004; Assessor do Presidente do Banco AB Vilniaus Bankas, de 2000 a 2008. Ocupou o cargo de economista-chefe e assessor do Presidente do SEB Bank, de 2008 a 2018. Tomou posse como Presidente da República da Lituânia em 12 de julho de 2019. Além do lituano, fala inglês, russo e alemão.





Saulius Skvernelis

Primeiro-Ministro da República da Lituânia

Saulius Skvernelis nasceu em 1970 em Kaunas, a segunda cidade mais populosa da Lituânia. Graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Técnica de Vilnius (1994) e possui mestrado em Direito pela Universidade Mykolas Romeris (2005). Trabalhou na polícia lituana durante a maior parte da sua vida profissional, ocupando diversos cargos até tornar-se Comissário-Geral de Polícia em 2011. Em 2014, foi nomeado pelo ex-Primeiro-Ministro Algirdas Butkevicius Ministro do Interior, pasta à qual a polícia lituana está subordinada. Ocupou o cargo até 2016, ano no qual tornou-se Primeiro-Ministro da Lituânia, posição que ocupa desde então. Foi candidato nas eleições presidenciais de maio de 2019, mas ficou apenas em terceiro lugar no primeiro turno. Diante do desempenho aquém do esperado, chegou a anunciar que renunciaria ao cargo de Primeiro-Ministro, mas acabou reconsiderando.



RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1991, o Brasil reconheceu a independência da Lituânia e as relações diplomáticas foram restabelecidas. A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto em 05 de fevereiro de 1993. A Embaixada da Lituânia em Buenos Aires acumulava a representação em Brasília até o seu fechamento, em 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2008, o Brasil reconheceu a Lituânia como economia de mercado, nos termos da OMC, junto com os demais países que aderiram à UE em 2004.

Visitas e encontros

Em março de 1996, o Presidente lituano Algirdas Brazauskas (1992-1998) visitou o Brasil, em viagem que incluiu, ainda, a Argentina, o Uruguai e a Venezuela. Em novembro de 2002, o Chanceler Celso Lafer realizou visita de trabalho à Lituânia e manteve encontro com o Presidente Valdas Adamkus (1998-2003 e 2004-2009). Lembrou o apoio do Governo brasileiro em 1939, quando manteve acreditado o Embaixador lituano no Brasil, apesar da ocupação do país pela União Soviética, e reiterou convite ao Presidente Adamkus para que visitasse oficialmente o Brasil. Em julho de 2008, o Presidente Valdas Adamkus visitou o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile.

Em 13 de maio de 2009, à margem da Reunião Ministerial União Europeia – Grupo do Rio, em Praga, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, manteve encontro bilateral com sua homóloga lituana, a Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros Asta Liauskiene. A Vice-Ministra Liauskiene foi a Brasília em abril de 2011 e realizou, com a SGAP-I Vera Machado, Reunião de Consultas Políticas Bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, em vigor desde 19/8/2011.

A Presidente Dalia Grybauskaitė (2009-2019) participou, no Rio de Janeiro, da Conferência Rio+20, em junho de 2012. Co-presidiu mesa redonda no Segmento de Alto Nível da Conferência e tomou parte da “Cúpula de Mulheres Líderes”, evento organizado pelo “ONU Mulheres”.

O MRE Mauro Vieira recebeu o MNE Linas Linkevicius em 7 de abril de 2015, em Brasília. Durante sua passagem pelo Brasil, Linkevicius também chefiou missão comercial a São Paulo, para eventos na FIESP e AUTOMEC, e manteve encontro com o Secretário-Executivo do MDIC. Presidiu, na ocasião, a inauguração oficial do Consulado-Geral em São Paulo. Pediu a inclusão da Lituânia no Programa Ciência Sem Fronteiras e mencionou que se estava criando o Grupo Parlamentar bilateral no Parlamento (*Seimas*). Foi mencionada, ainda, a possibilidade de a Air Lituânica adquirir aeronaves da Embraer. Foram tratados temas relacionados a CT&I. Ambos os Ministros concordaram sobre o potencial para avançar a cooperação bilateral em tecnologias desenvolvidas em cada país e de interesse mútuo, como a de energias limpas (no Brasil) e de aplicação de laser (na Lituânia). O ministro lituano reiterou pedido de exportação de lácteos para o Brasil, devido a embargos com a Rússia.

A IV Reunião de Consultas Políticas teve lugar em Vilnius, em 2 de maio de 2017, com delegações lideradas, respectivamente, pelo SGEAM, Fernando Simas Magalhães, e pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Neris Germanas. Acordou-se a assinatura do memorando de entendimento sobre cooperação econômica e a conclusão de acordo para transferência de pessoas condenadas. Foi proposta troca de votos em candidaturas ao Conselho de Direitos Humanos (CDH). Sugeriu-se, ainda, a elaboração de planos de atividades nas áreas educacional e cultural. O MNE lituano recebeu o SGEAM, na manhã seguinte, e reagiu de maneira positiva ao relato sobre o bom andamento das negociações MERCOSUL-UE.

Os Chanceleres mantiveram encontro à margem do Debate Geral na 72ª AGNU, em 20 de setembro de 2017, e, na ocasião, firmaram o Memorando de Entendimento bilateral sobre Cooperação Econômica, cujo texto foi publicado no DOU nº 226, de 27 de novembro de 2017.

No dia 17 de julho de 2018, foi realizada em Brasília, a V Reunião de Consultas Políticas



entre Brasil e Lituânia. Na ocasião, a delegação lituana foi chefiada pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Darius Skusevicius, responsável, no MNE, por temas de segurança internacional e cooperação bilateral, multilateral e transatlântica, bem como da supervisão das atividades dos consulados honorários da Lituânia, entre outros assuntos. Antes da ida ao Brasil para participar da V Reunião de Consultas Políticas, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Darius Skusevicius esteve em Buenos Aires, no dia 13 de julho, e reuniu-se com o vice-ministro das Relações Exteriores da Argentina, Daniel Raimondi. Ambos assinaram acordo bilateral de cooperação econômica. Argentina e Brasil são os maiores parceiros comerciais da Lituânia na América Latina (ambos possuem intercâmbio da ordem de US\$ 80 milhões anuais).

Durante a abertura da 73ª AGNU, os Chanceleres Aloysio Nunes e Linas Linkevicius avistaram-se, em 26 de setembro de 2018, oportunidade na qual assinaram o Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e Lituânia. Por ocasião do encontro, o MRE recordou, ainda, a conveniência de implementar o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica Brasil-Lituânia, assinado durante a 72ª AGNU, com a designação dos membros do grupo de trabalho previsto no documento.

Em 2019, o Embaixador do Brasil em Copenhague, Carlos Paranhos, esteve em missão na República da Lituânia em três ocasiões: em janeiro, no tradicional encontro anual dos chefes de missões diplomática com o presidente lituano, então Dalia Grybauskaitė; em julho, na posse do novo presidente, Gitanas Nausėda; e, em novembro, no lançamento de exposição sobre Lasar Segall no Museu Judaico Vilna Gaon de Vilnius, quando também avistou-se com autoridades lituanas para tratar de temas selecionados do relacionamento bilateral.

Em fevereiro de 2020, o Embaixador do Brasil em Copenhague visitou novamente a Lituânia para participar da reunião dos chefes de missões diplomáticas com o presidente.

Acordos em negociação

Em 2008, a Lituânia propôs acordo para evitar a bitributação, mas, à época, a Secretaria da Receita Federal considerava que a baixa alíquota do imposto de renda praticada na Lituânia (15%) constituía tributação favorecida, o que impedia a negociação do acordo. Aparentemente, instruções normativas da SRF de 2010 e 2014 reviram as definições de tributação favorecida, de modo que o acordo talvez possa ser negociado. De qualquer modo, a Lituânia reapresentou proposta neste sentido, em janeiro de 2015. Ressalte-se, no entanto, que Brasil e Lituânia já dispõem de mecanismo, pela via de acordo com a União Europeia, para intercambiar informações tributárias.

Em maio de 2019, a Lituânia enviou ao Brasil contraproposta relativa ao texto do Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal. Em dezembro de 2019, foi informado ao lado lituano que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) prontificava-se a participar de videoconferência para discussão do referido Acordo, ainda no primeiro bimestre de 2020, e aguardava definição quanto a possíveis datas.

Em setembro de 2018, foi assinado o Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, em encontro bilateral à margem da 73ª AGNU. Em agosto de 2019, foi recebida nota verbal do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Lituânia que informa sobre a finalização dos procedimentos internos naquele país para a entrada em vigor do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas. Em setembro de 2019, o referido Acordo encontrava-se em tramitação interna no Brasil para envio ao Congresso Nacional.

Comércio bilateral

O comércio bilateral Brasil-Lituânia apresentou oscilações nos últimos 10 anos, mas tem sido, em geral, superavitário para o Brasil. A exceção foi 2018, quando as exportações somaram US\$ 20,7 milhões (FOB) e as importações, US\$ 36,4 milhões (FOB), levando a déficit brasileiro de US\$ 15,7 milhões (FOB). Os principais produtos exportados, em 2019, foram: “tabaco,



descaulificado ou desnervado” (15%), “couro” (12%), “matérias brutas de animais” (9,4%), “polímeros de etileno, em formas primárias” (7,4%) e “produtos de perfumaria ou de toucador, exceto sabonetes” (6,4%). Os principais produtos importados, em 2019, foram: “adubos ou fertilizantes químicos - exceto fertilizantes brutos (39%), “equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios” (11%), “outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes” (10%), “aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos” (5,4%) e “demais produtos – indústria de transformação” (4,8%).

Pedidos de autorização para exportar para o Brasil

Nos últimos anos, a Lituânia apresentou demandas relativas à exportação dos seguintes produtos agropecuários para o Brasil: pescado, lácteos e trigo.

Com relação à autorização final para pescados e a concessão de licença para venda de produtos lácteos, foram entregues listas atualizadas de estabelecimentos lituanos habilitados a exportar os produtos acima mencionados. No tocante à avaliação de risco de pragas no trigo, o MAPA recentemente aceitou a possibilidade de exportação para o Brasil de trigo borrifado com fosfato, antiga demanda da Lituânia.

Cumpra mencionar que a Lituânia protocolou, ainda, pedidos de permissão de exportação de caracóis comestíveis. O lado lituano aguarda agendamento de missão de inspeção do MAPA para visita técnica às plantas de produção e processamento, condição essencial para a obtenção da certificação que o habilitará a exportar.

MERCOSUL-UE

Ainda durante o processo negociador, o Ministro da Agricultura Bronius Markauskas chegou a manifestar o apoio de seu país às negociações do acordo Mercosul-UE. Na ocasião, indicou que, apesar de sensibilidades em alguns produtos (em especial carnes e açúcar), Vilnius tem plena consciência da importância do mercado brasileiro para alguns setores em que o país se revela competitivo, sobretudo em produtos lácteos, pescados e frutos do mar. Mencionou, inclusive, a disposição lituana de explorar a possibilidade de, futuramente, exportar grãos e trigo ao Brasil. Similarmente, o ministro da Economia lituano, Virginijus Sinkevicius, afirmou que a Lituânia possui interesses ofensivos na área de lácteos, pescados e trigo.

OCDE

A Lituânia foi convidada a integrar a OCDE e tornar-se o seu 36º país-membro em maio de 2018. De acordo com o Chanceler Linas Linkevicius, seu país "já implementou as recomendações mais importantes para atender às diretrizes da OCDE, mas a participação na Organização, que continua sendo uma das vozes mais influentes na economia mundial, abre novas oportunidades e possibilidades". Nesse contexto, diplomatas da Delegação brasileira junto à OCDE, em Paris, e funcionários do Banco Central do Brasil realizaram missão a Vilnius, nos dias 13 e 14 de setembro de 2018, com vistas a trocar experiências sobre a acessão da Lituânia aos Códigos de Liberalização da OCDE.

Assuntos e Serviços Consulares

Em junho de 2008, o Governo brasileiro anuiu à criação do Consulado Honorário da República da Lituânia em Santana do Parnaíba-SP, com jurisdição sobre o Estado de São Paulo, excluída a cidade de São Paulo. O Governo brasileiro concedeu anuência à criação do Consulado-Geral em São Paulo em novembro de 2012. São Paulo é a segunda maior comunidade da diáspora lituana na América Latina, após Buenos Aires. Em janeiro de 2013,



houve anuência à abertura do Consulado Honorário lituano no Rio de Janeiro.

O Sr. Jaunius Gumbis foi designado Cônsul Honorário do Brasil em Vilnius, em 2011, e renovado na função em 2015.

O governo lituano possui consulados honorários em Rio de Janeiro, Guarujá e Santana de Parnaíba. Atualmente, somente o CH no Guarujá se encontra ativo. A decisão sobre a substituição dos titulares dos demais consulados honorários ainda não foi tomada.

Cooperação cultural

Na área cultural, em 2018, destacou-se a exibição da animação "Tito e os Pássaros", de Gustavo Steinberg, Gabriel Bitar e André Catoto, que representou o Brasil, na XIII edição do festival internacional de filmes infanto-juvenis de Vilnius, constituindo o quarto ano consecutivo em que o cinema nacional esteve presente no festival.

A mais recente tradução de obra brasileira para o lituano, com apoio da Fundação Biblioteca Nacional, foi "Max e os Felinos", de Moacyr Scliar, em 2017.

Como resultado da pioneira colaboração entre o Museu Lasar Segall de São Paulo e o Museu Judaico Vilna Gaon de Vilnius, foi realizada, em novembro de 2019, na capital lituana, importante retrospectiva do artista Lasar Segall, a qual contou com apoio da Embaixada do Brasil em Copenhague.

POLÍTICA INTERNA

A Lituânia foi a primeira república soviética ocupada a tornar-se independente da União Soviética e a recuperar a soberania, por meio de declaração de independência, em 11 de março de 1990. Após a restauração da independência, a nova constituição do país foi referendada, junto com eleições para o parlamento - o Seimas - em outubro de 1992.

A Lituânia constitui uma democracia parlamentar e é membro da União Europeia. A adoção do euro a partir de janeiro de 2015 foi, além de opção de política econômica, um compromisso com a União Europeia, pois a adesão também é considerada como uma ferramenta de ancoragem da Lituânia na Europa, em especial no atual momento da tensão com a Rússia. Em 2018, a Lituânia celebrou o centenário da adoção do Ato de Independência de 16 de fevereiro de 1918, bem como do término da Primeira Guerra Mundial.

O atual Presidente Gitanas Nauseda, que tomou posse em 12 de julho de 2019, foi eleito no segundo turno das eleições lituanas com pouco mais de 70% dos votos. Nauseda construiu carreira no setor financeiro e apresentou candidatura independente de partidos políticos. O Chefe de governo, no entanto, é o Primeiro-Ministro Saulius Skvernelis, do Partido Verde e dos Camponeses, que foi o grande vencedor das eleições parlamentares de 2016, mas que amargou terceiro lugar no primeiro turno das eleições presidenciais de maio de 2019. Fazem parte de seu programa de governo cinco áreas prioritárias: combate à pobreza e redução da desigualdade de renda por meio de maior apoio às famílias e aos jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho; reforma educacional e incentivo à inovação, com vistas a aumentar a produtividade do trabalho; aperfeiçoamento do sistema tributário para aumentar a arrecadação e reduzir a economia informal; aumento da eficiência das atividades do setor público; e fortalecimento das empresas públicas.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa lituana é determinada pela fronteira terrestre com a Rússia (enclave de Kaliningrado), bem como pela memória dos diversos períodos de ocupação do país, em especial,



a soviética. Com a recuperação da soberania (proclamação de independência em 11 de junho de 1990), o país voltou-se para o Ocidente. O país é membro da União Europeia e da OTAN desde 2004.

O Parlamento da Lituânia aprovou, em 2016, resolução que define as prioridades de longo prazo da política externa lituana, a saber: atuação proativa no âmbito da UE e da OTAN, com o fortalecimento dos laços transatlânticos com os EUA; fortalecimento das relações com os países bálticos, nórdicos e com os outros países vizinhos; cooperação internacional ativa no âmbito da ONU, OSCE, Conselho Europeu e outras organizações internacionais; apoio às parcerias entre a UE e os países da Europa do Leste; estreitamento das relações entre o governo e as comunidades e organizações lituanas no exterior; e preparação para a entrada da Lituânia na OCDE, o que de fato ocorreu em julho de 2018.

O Secretário-Geral da OTAN, Jens Stoltenberg, elogiou o governo lituano por aumentar seu orçamento de defesa (tendo por meta 2% do PIB) e seus esforços para garantir a segurança da região báltica. A ex-Presidente Grybauskaitė, por sua vez, saudou o fato de que o batalhão presente na Lituânia foi o primeiro nos países bálticos a estar completo e pronto para o combate.

Assim como os demais países bálticos, a Lituânia se beneficia do patrulhamento de seu espaço aéreo pelas forças de países da OTAN.

A Lituânia ocupou assento no CSNU em 2014-15, presidiu o ECOSOC em 2007 e participou, pela terceira vez, do Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2015-19.

Relações com os países bálticos

Além de compartilharem diversos aspectos de seu passado recente, os três países bálticos são consideravelmente integrados, legado do período soviético. Infraestruturas de produção e transmissão de energia e a rede de transportes foram desenhadas para a região báltica como um todo. Os três países enfrentam dilemas semelhantes, tais como o tratamento à minoria russa, a escolha entre a Europa e a Rússia como parceiro para o desenvolvimento e o desafio da emigração maciça combinada a baixas taxas de natalidade.

Dos três países, a Lituânia possui a menor comunidade russa. A língua lituana é falada pela grande maioria da população e a identidade lituana é forte. Outra particularidade é que, diferentemente da Letônia e Estônia, em que a Reforma Protestante teve sucesso, a Lituânia manteve a maioria católica.

A percepção de uma identidade regional, calcada no passado e em desafios comuns do presente, não significa que os três países agem de modo unívoco. Mesmo de modo conjugado, os países bálticos não têm capacidade de investimento, escopo de mercado consumidor ou fatores de produção suficientes para desenvolverem sozinhos a região, de modo que, mesmo em questões de óbvio interesse regional, como defesa e energia, Lituânia, Letônia e Estônia acabam por tomar decisões individuais com parceiros fora da região. Se a relação com os demais países bálticos é prioridade da política externa lituana, a retórica é bem mais forte que os resultados.

Nessas condições, a relação entre os países nórdicos e bálticos assume papel relevante. Os países nórdicos reforçaram de forma definitiva os laços, ao terem sido os primeiros países ocidentais a reconhecer a independência - a Islândia, em fevereiro de 1991, foi o primeiro país a reconhecer a Lituânia independente - e a reabrir representações diplomáticas nos países bálticos. Desde então, os países nórdicos têm apoiado continuamente a integração báltica à União Europeia e à OTAN. Além disso, a cooperação entre os países das duas regiões tem avançado nos temas absolutamente prioritários na política externa lituana: segurança e energia.

O Ministro Linas Linkevicius, juntamente com os Chanceleres da Estônia e da Letônia, reuniu-se com o Secretário de Estado norte-americano, Rex Tillerson, em Washington, em março de 2017. Os ministros dos países bálticos agradeceram o governo norte-americano por seu apoio militar e comprometeram-se a aumentar seus gastos com defesa para 2% do PIB de suas respectivas economias.

Os presidentes dos parlamentos dos três países bálticos e da Polônia reuniram-se, em



Vilnius, e assinaram carta aberta para os chefes dos parlamentos dos outros estados-membros da UE, na qual se posicionaram contra a construção do gasoduto Nord Stream 2, cujo projeto prevê a conexão da Rússia com a Alemanha pelo Mar Báltico.

Durante sua estada em Bruxelas para participar de reunião do Conselho Europeu nos dias 22 e 23 de março de 2018, a ex-Presidente Grybauskaite assinou, juntamente com os líderes da Estônia, Letônia e Polônia, comunicado conjunto que estabelece o compromisso dos países bálticos de conectar suas redes de eletricidade com a Europa continental, via Polônia, até 2025.

O governo lituano se opôs à construção da usina nuclear de Astravets na Bielorrússia, alegando riscos à segurança do país. A ex-Presidente Grybauskaite solicitou à União Europeia que considerasse restringir a importação de energia daquela usina quando entrar em operação. O Ministro Linkevicius pediu ao Governo da Bielorrússia que sejam implementados os padrões de segurança da AIEA na construção da usina e que seja revista a decisão do Governo bielorrusso de rejeitar o estabelecimento de comissão de especialistas para analisar a implementação da Convenção de Espoo no país, a qual avalia o impacto ambiental transfronteiriço da construção de usinas nucleares. Líderes da maior parte dos partidos políticos da Lituânia chegaram a acordo, recentemente, para que a Lituânia não seja abastecida por eletricidade proveniente da referida usina. O líder do Partido Social-Democrata, Gintautas Paluckas, opôs-se a tal decisão, dizendo que não é pragmática para o país, mas recebeu críticas de membros do seu próprio partido.

Em 28 de junho de 2018, a Lituânia negociou acordo político no âmbito europeu para sua desconexão da rede elétrica (BRELL) que interliga o país a Belarus e à Rússia.

Relações com a Rússia

As relações com a Rússia são delicadas, não só pelo passado de dominação, mas também pela proximidade com o vizinho assertivo. A localização dos países bálticos torna-os estratégicos para a segurança nacional russa, particularmente no caso da Lituânia, que detém infraestruturas essenciais para a ligação entre a Rússia e o enclave de Kaliningrado. O envolvimento da Rússia na crise da Ucrânia, em especial a anexação da Crimeia e o alegado apoio militar russo aos separatistas, reforça a percepção lituana de que a Rússia seria ameaça à segurança nacional e regional.

As comunicações entre o enclave de Kaliningrado e a Rússia passam por 400 km de território lituano, o que tornou necessário estabelecer acordo de facilitação do trânsito de pessoas, após a adesão da Lituânia à União Europeia e ao espaço de Schengen de movimento de pessoas.

A altíssima dependência energética da Lituânia à Rússia domina a agenda bilateral. O fechamento da usina nuclear de Ignalina, exigido pela UE, aumentou o grau da dependência, pois a Lituânia passou a importar algo entre 70 e 80% de sua demanda de eletricidade da Rússia, que já detém o monopólio do fornecimento de gás àquele país báltico.

Após a anexação da Crimeia, em março de 2014, a Lituânia sente-se cada vez mais intimidada pelas ações russas, na Ucrânia e na fronteira. A ex-Presidente Dalia Grybauskaite manteve estreita coordenação com os Estados Unidos e é solidária com a Ucrânia, além de preocupar-se com os exercícios militares russos próximos à fronteira. A Chefe de Estado lituana esforçou-se pessoalmente na aproximação da Ucrânia à Europa na negociação do tratado de livre comércio da Ucrânia com a UE. Ela se ressentiu da alegada passividade da UE perante a percebida agressividade russa. A solidariedade da Lituânia com a Ucrânia expressa-se na sequência de visitas de alto nível a Kiev.

Apesar de o governo lituano ter decidido expulsar três diplomatas russos do país na esteira do ataque a ex-espião russo na cidade inglesa de Salisbury, o primeiro-ministro Skvernelis pediu cautela na apuração das circunstâncias do incidente, pois, apesar da grande possibilidade de envolvimento do governo russo, não haveria nenhuma prova a esse respeito. Por conta de tal comentário, o PM lituano foi criticado por parte da oposição e da imprensa. Alguns políticos o acusaram, novamente, de ter laços políticos secretos com a Rússia, devido aos



negócios que suas empresas mantêm no mercado russo.

A Lituânia é signatária da carta aberta dos governantes bálticos contra a construção do gasoduto germano-russo Nord Stream II. Extremamente sensível à sua soberania reconquistada, a Lituânia não deixa de denunciar a violação da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia e a agressão russa na região do Donbas, entre outras alegadas tentativas de desestabilizar o governo de Kiev e provocar instabilidade na Europa. O MNE Linkevicius reuniu-se, em 21 de junho de 2018, com o presidente Petro Poroshenko e participou, em 27/6, da Conferência Internacional sobre Reformas na Ucrânia, sediada em Copenhague. A ex-Presidente Grybuaskaite retornou a Kiev em 7 de dezembro, ocasião em que condenou a captura pela Rússia de embarcações navais ucranianas no estreito de Kerch.

O atual Presidente, Gitanas Nausėda, preconiza posicionamento um pouco menos conflitivo em relação ao governo russo.

União Europeia

A Lituânia, assim como as demais repúblicas bálticas, ressentem-se do excesso de poder exercido pelos "países grandes" da UE na definição da agenda e na condução dos negócios comunitários. Haveria aspiração comum, nos bálticos, por maior reconhecimento internacional e busca de alternativas globais para setores, inclusive tecnológicos, nos quais possuem vantagens comparativas.

A nova realidade no contexto europeu decorrente do Brexit enfatizou a necessidade de maior cooperação e coordenação intra-europeia. Relatório da agência Standard & Poor's indicou que a Lituânia será bastante afetado pelo Brexit, tendo em vista que 1 entre 20 cidadãos do país vive e trabalha no Reino Unido. O Vice-Ministro das Finanças minimizou, no entanto, as conclusões do referido relatório, dizendo que a economia lituana não está tão interligada à britânica e que a diminuição na transferência de renda dos lituanos vivendo naquele país será menor do que a prevista no documento.

Com relação à negociação do orçamento comunitário pós-Brexit, o governo lituano advoga, entre outras prioridades, a importância do Fundo de Coesão, a integração energética e o desenvolvimento da infraestrutura de transportes.

ECONOMIA

A Lituânia foi exitosa na transição para uma economia de mercado após a independência da URSS. O país seguiu as orientações da União Europeia e atualmente é considerado um bom ambiente de negócios e investimentos (11º no ranking "Ease of Doing Business" do Banco Mundial e 16º no ranking de "Liberdade Econômica" da Heritage Foundation, ambos de 2020).

Da mesma forma, o país apresenta bons resultados no índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas. De 1995 a 2018, o IDH lituano evoluiu de 0,696 para 0,858. Assim, a Lituânia ocupa o 35º lugar no ranking mundial do IDH e figura entre os países de alto desenvolvimento humano.

Em 1990, a participação dos setores da economia na composição do PIB era a seguinte: agricultura, 27,1%; indústria, 30,9%; e serviços, 42,1%. Em 2017, os percentuais estimados foram: agricultura, 3,5%; indústria, 29,4%; serviços, 67,2%. Dessa forma, houve perda considerável da importância relativa do setor agrícola e enorme avanço do setor de serviços, o que corresponde à crescente urbanização da população e aos investimentos estrangeiros, concentrados em serviços.

O setor industrial da Lituânia contraiu brutalmente após a desestruturação da economia soviética: entre 1992 e 1993, o produto industrial caiu 75%. Desde então, vem-se recuperando e,



entre 2000 e 2006, cresceu em média de 10% ao ano. Muitas indústrias são orientadas para a exportação. As principais são a metalúrgica, máquinas e ferramentas, têxtil, equipamentos elétricos, refino de petróleo, madeira e móveis, alimentos, fertilizantes, máquinas agrícolas, equipamento ótico e componentes eletrônicos.

A crise financeira de 2007-8 impactou, de modo sensível, o nível de emprego. O desemprego, que estava em 5,8% em 2008, mais que dobrou, tendo chegado a 13,89% em 2009 e a 17,8% em 2010. Desde então, o desemprego recuou para 6,3% em 2018.

O crescimento do PIB lituano foi de 4,1% em 2017; 3,4% em 2018; e 3,9% em 2019. Segundo o Banco Central da Lituânia, a economia lituana acelerou significativamente por conta do aumento da demanda interna e da atração de novos investimentos.

Com a recessão provocada pela pandemia de COVID-19, o governo da Lituânia anunciou plano de medidas econômicas e financeiras no montante de €5 bilhões (cerca de 10% do PIB), onde €1 bilhão deverá criar condições favoráveis para investimentos públicos e do setor privado. O Banco Central lituano avalia que as medidas deverão estimular a economia em 1,1% em 2020 e 1,5% em 2021. Contudo, o FMI estima queda no PIB lituano em 2020 em 8,1%.



ANEXOS**Cronologia Histórica da Lituânia**

1230 - Lituânia surge sob a liderança do Duque Mindaugas, que unificou tribos lituanas contra os ataques dos Cavaleiros Teutônicos.

1323 – Vilnius é fundada pelo Grão-Duque Gediminas.

1569 - Lituânia e Polônia unem-se em um único estado, a União de Lublin.

1795 - A Commonwealth é desfeita e a Lituânia é anexada ao Império Russo.

1900 - Lituanos começam a emigrar em massa para escapar da perseguição czarista.

1915 - Lituânia ocupada pelas tropas alemãs durante a Primeira Guerra Mundial.

1918 – A Lituânia declarou independência, em 16 de fevereiro.

1939 - Em 23 de agosto, Joseph Stalin e Adolf Hitler concluíram o Pacto Molotov-Ribbentrop. A Lituânia, primeiramente atribuída à esfera de influência alemã, foi transferida em setembro para a União Soviética.

1944 - Exércitos soviéticos reocupam a Lituânia no verão de 1944.

1989 - Em dezembro, o Partido Comunista Lituano rompeu com o Partido Comunista Soviético e tornou-se um partido independente.

1990 - Em 11 de março de 1990, foi proclamada a restauração da independência da Lituânia. Novo Gabinete de Ministros foi formado e adotou a Medida Provisória Fundamental do Estado.

1991 – Reconhecimento da independência da Lituânia.

1993 – A Lituânia juntou-se ao Conselho da Europa. A nova moeda nacional, litas, é introduzida.

1994 - A Lituânia juntou-se ao programa de Parceria para a Paz da OTAN e firmou Tratado de Amizade com a Polônia.

2004 - En 1º de maio, a Lituânia aderiu à União Europeia.

2004 – Em 29 de março, o país foi admitido na OTAN.

2007 - A Comissão Europeia recusou o pedido da Lituânia de adesão à zona do euro, em razão da taxa de inflação do país.

2008 - O Parlamento lituano ratificou o Tratado de Lisboa da UE.

2009 – Em maio, a comissária de orçamento da UE Dalia Grybauskaitė, candidata independente, ganhou a eleição presidencial, com mais de 68% dos votos e tomou posse em julho.

2014 - A Presidente Dalia Grybauskaitė reelegeu-se em 25 de maio.

2016 – O Partido Verde e dos Camponeses vence as eleições parlamentares e forma coalizão com o Partido Social-Democrata. Saulius Skvernelis torna-se Primeiro-Ministro.

2019 – Gitanas Nausėdė toma posse, em 12 de julho, como novo Presidente da República da Lituânia.



Cronologia das Relações Bilaterais

- 1920/30 - Desenvolveu-se comunidade lituana em São Paulo, estimada em 30 mil.
- 1921 - O Brasil reconheceu a Lituânia (e a Letônia e a Estônia).
- 1939 - O Brasil manteve acreditado o Embaixador lituano no Brasil, apesar da ocupação do país pela União Soviética.
- 1954 - A Lituânia mantinha apenas cinco legações no exterior, uma das quais, no Rio de Janeiro, além de um Consulado em São Paulo.
- 1961 - Estabelecimento de relações do Brasil com a URSS. O Governo de Jânio Quadros decidiu fechar as legações, no Brasil, dos três países bálticos. O Itamaraty autorizou os antigos cônsules a desempenhar algumas funções consulares.
- 1991 - O Brasil reconheceu a independência da Lituânia e restabeleceu as relações diplomáticas com aquele país.
- 1993 - A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto, em 5 de fevereiro de 1993.
- 1996 - O Presidente Algirdas Brazauskas visitou o Brasil, além de Argentina, Uruguai e Venezuela.
- 2002 - Visita de trabalho do Chanceler Celso Lafer à Lituânia, em novembro. Encontrou-se com o Presidente Valdas Adamkus. Firmou acordo bilateral de isenção de vistos.
- 2002 - Abertura da Embaixada da Lituânia em Buenos Aires, em caráter cumulativo com Brasília, Bogotá, Montevideú, Caracas, Santiago e Quito.
- 2008 - Em julho, o Presidente Valdas Adamkus visitou o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Avistou-se com o ex-Presidente Lula, com os Presidentes do Senado e da Câmara e do STF. Em São Paulo, proferiu palestra na FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado, inaugurou seminário empresarial na FIESP e manteve encontros com a comunidade de descendentes de lituanos, no bairro de Vila Zelina. Na ocasião, foi assinado acordo de cooperação cultural.
- 2008 - Em dezembro, o Brasil reconheceu a Lituânia como economia de mercado, nos termos da OMC, junto com os demais países que aderiram à UE em 2004.
- 2009 - O acordo de isenção de vistos entrou em vigor em 13 de janeiro de 2009, após aprovação do Congresso brasileiro e promulgação do decreto presidencial correspondente.
- 2009 - Em 13 de maio, à margem da Reunião Ministerial União Europeia – Grupo do Rio, em Praga, o Secretário-Geral das Relações Exteriores manteve encontro bilateral com sua homóloga lituana.
- 2011 - Reunião de Consultas Políticas Bilaterais e assinatura do Memorando de Entendimento.
- 2011 - O Sr. Jaunius Gumbis foi designado Cônsul Honorário do Brasil em Vilnius.
- 2012 - A ex-Presidente Dalia Grybauskaitė participou, no Rio de Janeiro, da Conferência Rio+20, em junho de 2012. Co-presidiu mesa redonda no Segmento de Alto Nível da Conferência e tomou parte da “Cúpula de Mulheres Líderes”, evento organizado pelo “ONU Mulheres”.
- 2012 - A Embaixada da Lituânia em Buenos Aires, que acumulava a representação em Brasília, foi fechada em 31/12/2012.
- 2012 - O Governo brasileiro concedeu anuência à criação do Consulado-Geral em São Paulo.
- 2015 - Visita do Chanceler Linkevicius a Brasília, para encontro ministerial.



2016 - Visita do Vice-Chanceler lituano ao Ministério da Agricultura (MAPA).

2017 - Realização da IV Reunião de Consultas Políticas em Vilnius.

2017 - Encontro de chanceleres e assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica Brasil-Lituânia, durante a 72ª AGNU.

2018 - Realização, em 17 de julho, da V Reunião de Consultas Políticas em Brasília.

2018 - Encontro de chanceleres e assinatura do Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas Brasil-Lituânia, em 26 de setembro, durante a 73ª AGNU.

2019 - Retrospectiva do artista Lasar Segall no Museu Judaico Vilna Gaon de Vilnius, em parceria com o Museu Lasar Segall de São Paulo e o apoio da Embaixada do Brasil em Copenhague.

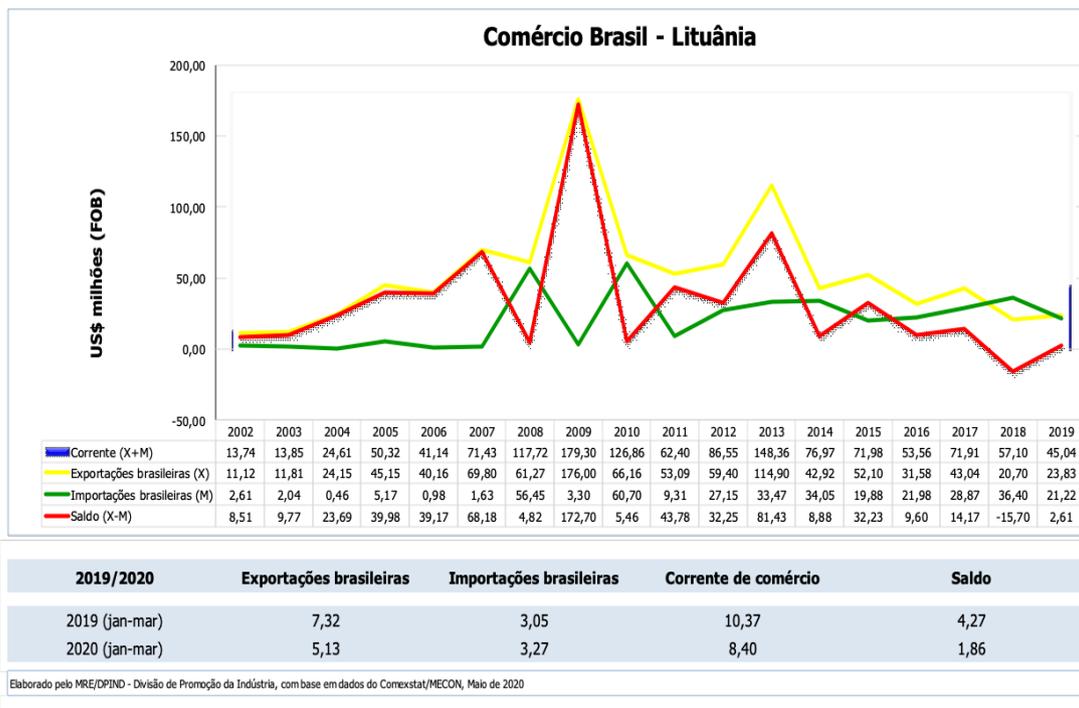


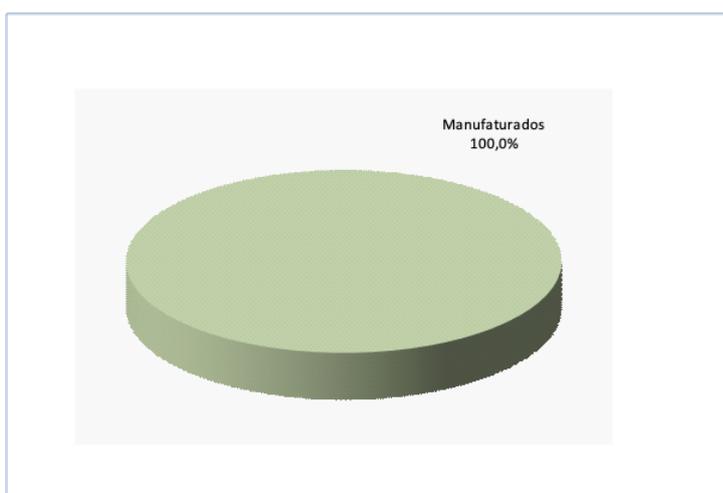
Atos Bilaterais

Título do Acordo	Outra Parte	Dt. Celeb.	Status
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Lituânia.	Lituânia	26/09/2018	Tramitação MRE
Memorado de Entendimento Sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia	Lituânia	20/09/2017	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Lituânia sobre Consultas Políticas	Lituânia	11/04/2011	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura	Lituânia	16/07/2008	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Isenção de Vistos	Lituânia	04/11/2002	Em Vigor
Tratado de Extradicação entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Lituânia.	Lituânia	28/09/1937	Em Vigor
Acordo Comercial Provisório entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Lituânia.	Lituânia	28/09/1937	Denunciado
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Lituânia.	Lituânia	11/11/1932	Em Vigor



Dados Econômico-Comerciais



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

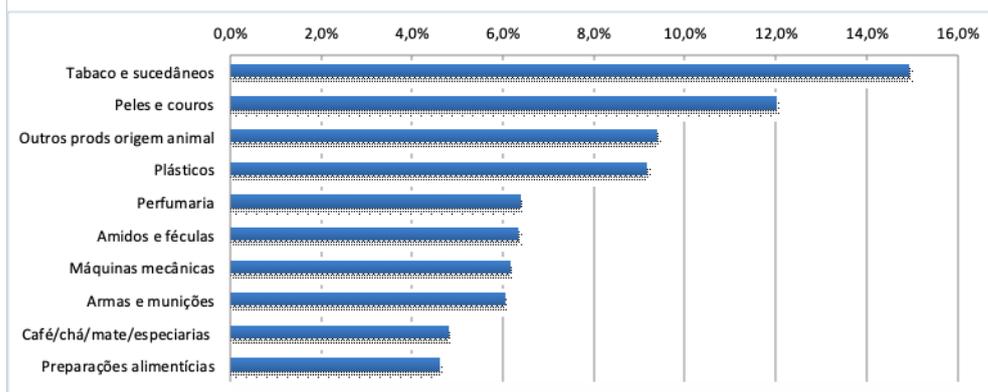


**Composição das exportações brasileiras para Lituânia
US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco e sucedâneos	5,05	11,7%	1,21	5,8%	3,56	14,9%
Peles e couros	1,63	3,8%	1,47	7,1%	2,87	12,0%
Outros prods origem animal	2,94	6,8%	2,46	11,9%	2,24	9,4%
Plásticos	3,59	8,3%	3	13,9%	2,19	9,2%
Perfumaria	0	0,0%	0,72	3,5%	1,53	6,4%
Amidos e féculas	1,60	3,7%	1,15	5,5%	1,51	6,3%
Máquinas mecânicas	0,18	0,4%	2,45	11,8%	1,47	6,2%
Armas e munições	0,60	1,4%	0,00	0,0%	1,45	6,1%
Café/chá/mate/especiarias	1,47	3,4%	0,74	3,6%	1,15	4,8%
Preparações alimentícias	1,48	3,4%	1,34	6,5%	1,10	4,6%
Subtotal	18,5	43,1%	14,4	69,6%	19,1	80,1%
Outros	24,5	56,9%	6,3	30,4%	4,7	19,9%
Total	43,0	100,0%	20,7	100,0%	23,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

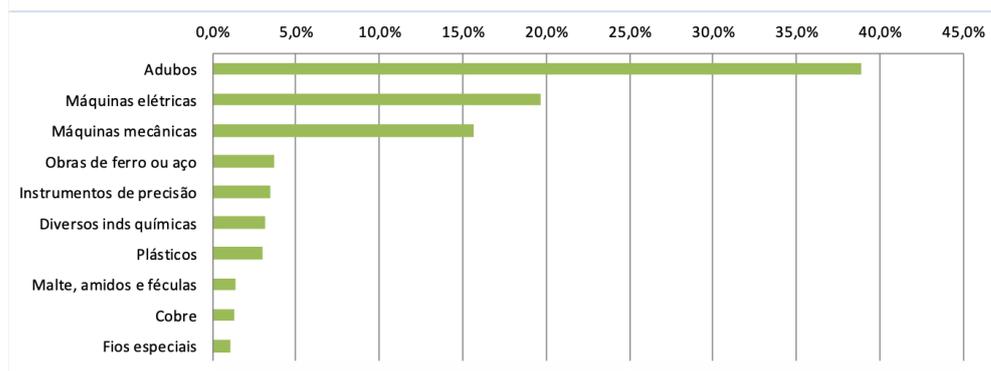


**Composição das importações brasileiras originárias de Lituânia
US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aubos	15,35	53,2%	13,14	36,1%	8,26	38,9%
Máquinas elétricas	1,64	5,7%	1,95	5,3%	4,18	19,7%
Máquinas mecânicas	0,66	2,3%	0,95	2,6%	3,33	15,7%
Obras de ferro ou aço	5,50	19,1%	1,78	4,9%	0,79	3,7%
Instrumentos de precisão	0,21	0,7%	0,36	1,0%	0,74	3,5%
Diversos inds químicas	0,53	1,8%	0,98	2,7%	0,67	3,2%
Plásticos	1,69	5,8%	2,42	6,6%	0,64	3,0%
Malte, amidos e féculas	0,60	2,1%	1,27	3,5%	0,30	1,4%
Cobre	0	0,0%	0	0,0%	0,28	1,3%
Fios especiais	0	0,0%	0	0,0%	0,24	1,1%
Subtotal	26,19	90,7%	22,84	62,7%	19,43	91,6%
Outros	2,68	9,3%	13,56	37,3%	1,79	8,4%
Total	28,87	100,0%	36,40	100,0%	21,22	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

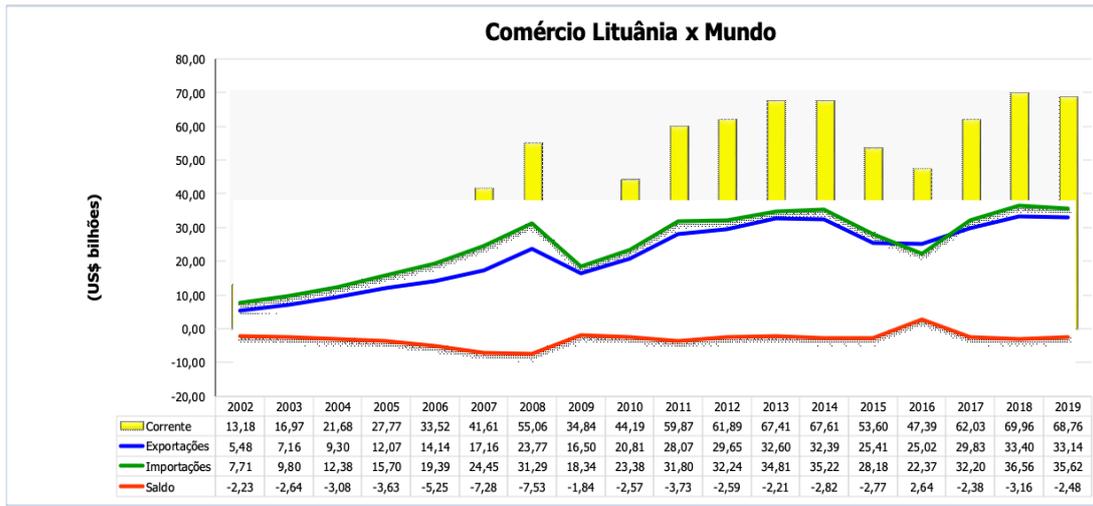
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)					
US\$ milhões					
Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 2 0 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020
Exportações					
Peles e couros	0,35	4,8%	0,83	16,1%	Peles e couros 16,1%
Tabaco e sucedâneos	2,05	28,0%	0,81	15,8%	Tabaco e sucedâneos 15,8%
Café/chá/mate/especiarias	0,27	3,7%	0,70	13,7%	Café/chá/mate/especiarias 13,7%
Calçados	0,61	8,3%	0,40	7,8%	Calçados 7,8%
Outros prods origem animal	0,53	7,3%	0,38	7,4%	Outros prods origem animal 7,4%
Químicos inorgânicos	0,10	1,4%	0,30	5,8%	Químicos inorgânicos 5,8%
Perfumaria	0,22	3,0%	0,25	4,9%	Perfumaria 4,9%
Preparações alimentícias	0,25	3,4%	0,23	4,5%	Preparações alimentícias 4,5%
Diversos inds químicas	0	2,5%	0,21	4,1%	Diversos inds químicas 4,1%
Amidos e féculas	0,378	5,2%	0,16	3,1%	Amidos e féculas 3,1%
Subtotal	4,94	67,5%	4,26	83,1%	
Outros	2,38	32,5%	0,87	16,9%	
Total	7,32	100,0%	5,1	100,0%	
Importações					
Máquinas elétricas	0,81	26,5%	0,73	22,4%	Máquinas elétricas 22,4%
Máquinas mecânicas	0,49	16,2%	0,58	17,6%	Máquinas mecânicas 17,6%
Obras de ferro ou aço	0,19	6,2%	0,33	10,0%	Obras de ferro ou aço 10,0%
Fios especiais	0	0,0%	0,31	9,4%	Fios especiais 9,4%
Plásticos	0,46	15,2%	0,27	8,4%	Plásticos 8,4%
Aubos	0,32	10,4%	0,20	6,0%	Aubos 6,0%
Diversos inds químicas	0,08	2,6%	0,17	5,1%	Diversos inds químicas 5,1%
Outras fibras têxteis vegetais	0,09	2,9%	0,16	4,8%	Outras fibras têxteis vegetais 4,8%
Produtos das indústrias gráficas	0	0,0%	0,11	3,5%	Produtos das indústrias gráficas 3,5%
Borracha	0,02	0,6%	0,10	3,1%	Borracha 3,1%
Subtotal	2,5	80,6%	2,95	90,2%	
Outros produtos	0,59	19,4%	0,32	9,8%	
Total	3,05	100,0%	3,27	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020





Elaborado pelo MRE/DPIIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/TradeMap, em Maio de 2020

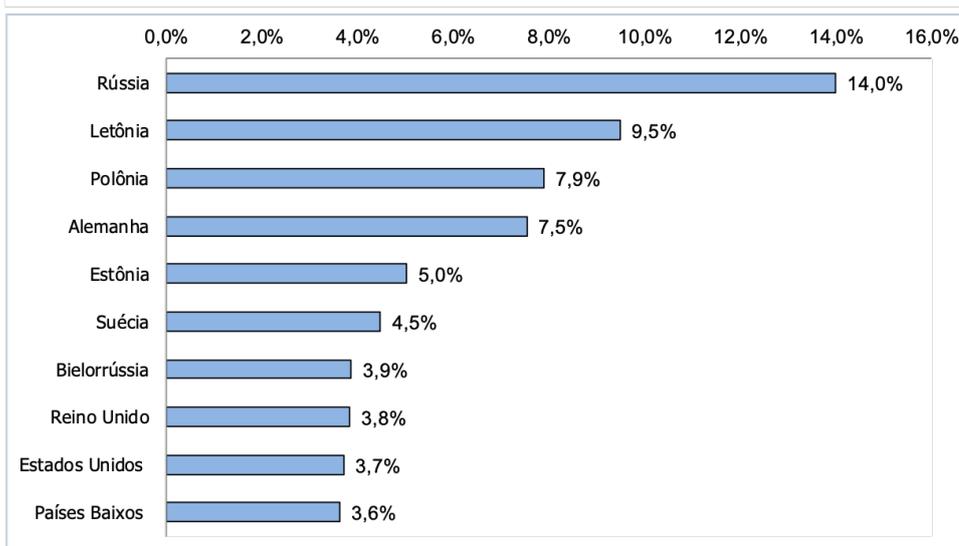


Principais destinos das exportações de Lituânia
US\$ bilhões

Países	2019	Part.% no total
Rússia	4,64	14,0%
Letônia	3,14	9,5%
Polônia	2,62	7,9%
Alemanha	2,50	7,5%
Estônia	1,67	5,0%
Suécia	1,49	4,5%
Bielorrússia	1,28	3,9%
Reino Unido	1,27	3,8%
Estados Unidos	1,23	3,7%
Países Baixos	1,20	3,6%
...		
Brasil (67º lugar)	0,019	0,1%
Subtotal	21,06	63,5%
Outros países	12,08	36,5%
Total	33,14	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais destinos das exportações

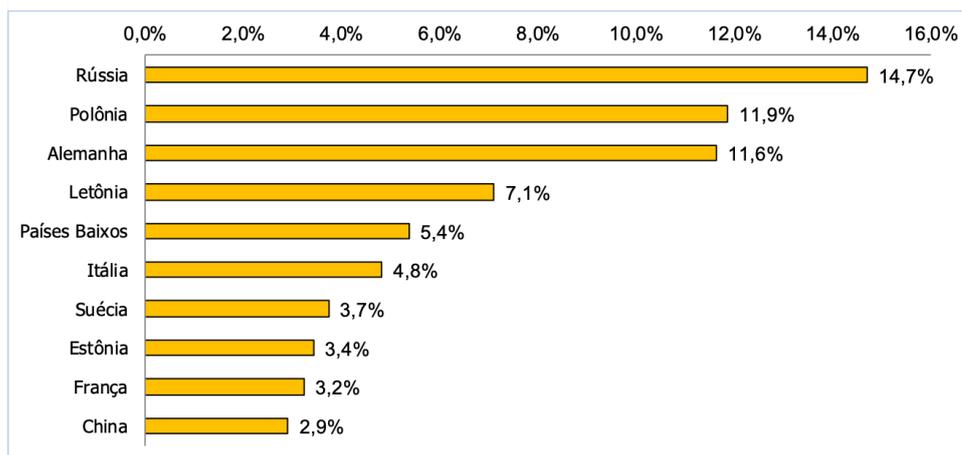


Principais origens das importações de Lituânia
US\$ bilhões

Países	2019	Part. % no total
Rússia	5,24	14,7%
Polônia	4,23	11,9%
Alemanha	4,15	11,6%
Letônia	2,53	7,1%
Países Baixos	1,92	5,4%
Itália	1,72	4,8%
Suécia	1,33	3,7%
Estônia	1,22	3,4%
França	1,15	3,2%
China	1,04	2,9%
...		
Brasil (49º lugar)	0,03	0,1%
Subtotal	24,55	68,9%
Outros países	11,07	31,1%
Total	35,62	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais origens das importações

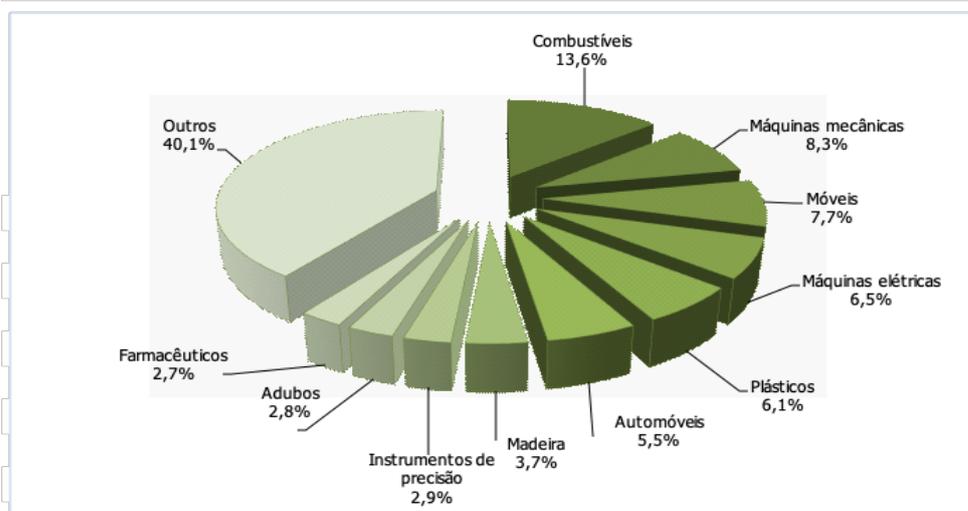


**Composição das exportações de Lituânia
US\$ bilhões**

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Combustíveis	4,49	13,6%
Máquinas mecânicas	2,74	8,3%
Móveis	2,56	7,7%
Máquinas elétricas	2,16	6,5%
Plásticos	2,04	6,1%
Automóveis	1,83	5,5%
Madeira	1,24	3,7%
Instrumentos de precisão	0,95	2,9%
Adubos	0,94	2,8%
Farmacêuticos	0,90	2,7%
Subtotal	19,84	59,9%
Outros	13,30	40,1%
Total	33,14	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

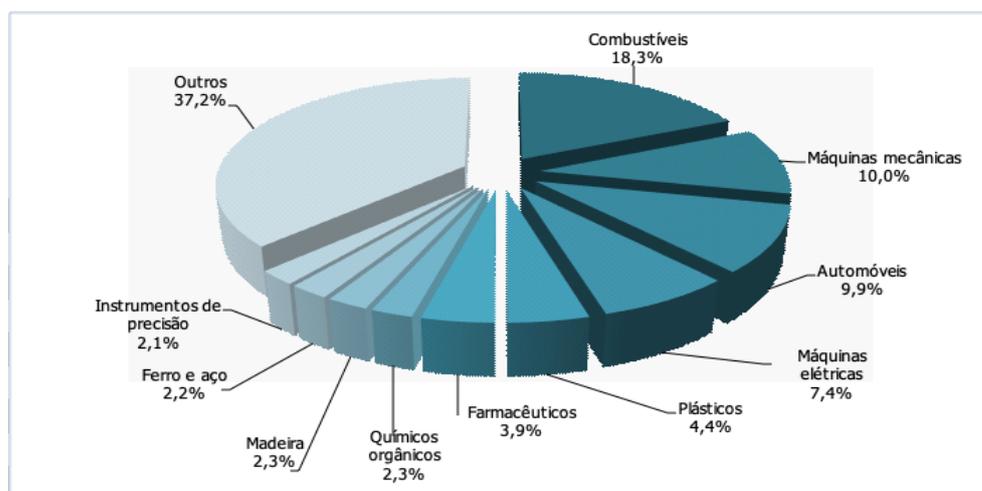


**Composição das importações de Lituânia
US\$ bilhões**

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Combustíveis	6,53	18,3%
Máquinas mecânicas	3,58	10,0%
Automóveis	3,52	9,9%
Máquinas elétricas	2,63	7,4%
Plásticos	1,56	4,4%
Farmacêuticos	1,39	3,9%
Químicos orgânicos	0,81	2,3%
Madeira	0,80	2,3%
Ferro e aço	0,78	2,2%
Instrumentos de precisão	0,77	2,1%
Subtotal	22,36	62,8%
Outros	13,26	37,2%
Total	35,62	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais grupos de produtos importados



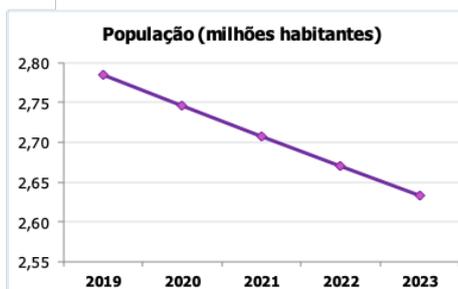
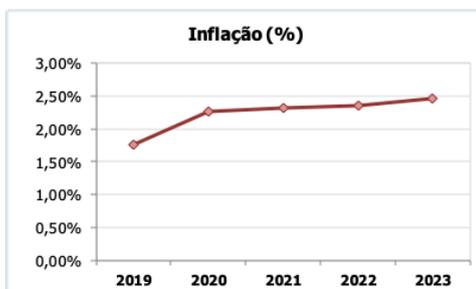
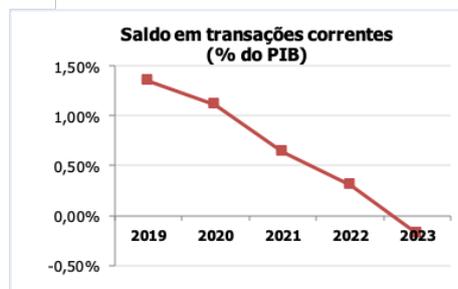
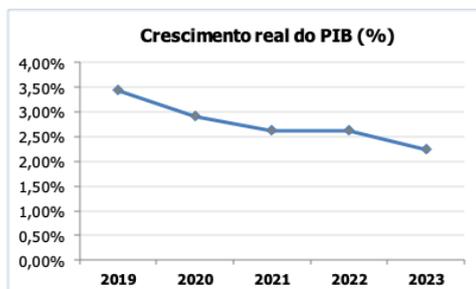
Principais indicadores socioeconômicos de Lituânia

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023
Crescimento real do PIB (%)	3,45%	2,92%	2,63%	2,62%	2,23%
PIB nominal (US\$ bilhões)	53,32	54,24	57,60	60,87	64,20
PIB nominal "per capita" (US\$)	19.143	19.749	21.271	22.797	24.385
PIB PPP (US\$ bilhões)	30.956,56	32.312,11	33.632,11	35.004,10	36.291,14
PIB PPP "per capita" (US\$)	34.826	36.997	39.313	41.767	44.199
População (milhões habitantes)	2,79	2,75	2,71	2,67	2,63
Desemprego (%)	6,30%	6,25%	6,20%	6,15%	6,05%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,76%	2,26%	2,32%	2,36%	2,47%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,35%	1,12%	0,64%	0,30%	-0,19%
Dívida externa (US\$ bilhões)					
Câmbio (Lari / US\$) ⁽²⁾					

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 309, DE 2020

Susta a Portaria Conjunta nº 19, de 18 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Ministério da Saúde.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2020

Susta a Portaria Conjunta nº 19, de 18 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Ministério da Saúde.



SF/20341.93558-58

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam sustadas a Portaria Conjunta nº 19, de 18 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Ministério da Saúde.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Decreto Legislativo tem por objetivo sustar a Portaria Conjunta nº 19, de 18 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Ministério da Saúde.

As referidas portarias foram editadas com o intuito de preservar a saúde dos trabalhadores diante da transmissão comunitária do *Novo Coronavírus* (SARS-CoV-2), tendo em vista o risco agravado existente nos frigoríficos que



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

são, sabidamente, ambientes de trabalho dotados de condições mais propícias para a circulação daquele agente patogênico, por serem frios, úmidos, pouco ventilados e por contarem com grandes quantidades de trabalhadores nas linhas de produção.

Não obstante os objetivos vislumbrados pelas sobreditas Portarias, a análise de seus dispositivos demonstra que as normas em apreço longe estão de concretizá-los na prática, porquanto não contemplam em seus enunciados as principais diretrizes emanadas dos órgãos sanitários internacionais e tampouco as recomendações formuladas por diversas instituições nacionais no sentido de minimizar os riscos inerentes à introdução e à circulação do *Novo Coronavirus* (SARS-CoV-2) no ambiente de trabalho dos frigoríficos

Nesse sentido, as Portarias Conjuntas nº 19 e 20 não estabelecem a testagem em massa dos trabalhadores como condição para o funcionamento regular das unidades frigoríficas durante o período de transmissão comunitária do *Novo Coronavirus* (SARS-CoV-2) e não impõem, para as empresas, a realização de buscas ativas periódicas no intuito de identificar trabalhadores sintomáticos e de afastá-los imediatamente, a fim de que possam cumprir adequadamente as medidas de isolamento social.

Veja-se, a propósito, que a testagem em massa constitui, segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, a medida mais eficaz de prevenção à COVID-19 no presente momento, pois somente será possível controlar a circulação do *Novo Coronavirus* (SARS-CoV-2) em um determinado ambiente se os indivíduos infectados e os não infectados forem conhecidos e devidamente apartados. Tal foi, exatamente, a orientação repassada pelo Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, em seu pronunciamento de 16.3.2020:

“Nós também verificamos uma rápida escalada das medidas destinadas a promover o isolamento social, tais como o fechamento de escolas e o cancelamento de eventos esportivos e outras atividades aglomerativas.

(...)

No entanto, tais medidas não são suficientes, por si só, para extinguir a pandemia. É a combinação de todas elas que fará a diferença.

(...)



SF/20341.93558-58





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO PAIM

E a maneira mais efetiva de prevenir novas infecções e de salvar vidas é quebrando as correntes de transmissão. E para fazer isto, é necessário testar e isolar.

Você não pode combater um incêndio com os olhos vendados. E, de igual modo, nós não podemos parar essa pandemia sem sabermos quem está infectado.

Nós temos uma mensagem simples para os países: testem, testem, testem. Testem todos os casos suspeitos.

Se eles testarem positivamente, os isolem e descubram quem manteve contato próximo com eles por pelo menos dois dias antes da manifestação dos sintomas, e testem essas pessoas também.

(...)

Novamente, nossa mensagem principal é esta: testem, testem, testem.¹

(Destacou-se)

No que diz respeito à busca ativa dos trabalhadores sintomáticos e dos trabalhadores em atividade nos mesmos setores de origem dos casos confirmados e suspeitos, com o imediato afastamento dos referidos indivíduos, convém observar que a própria OMS recomenda aos empregadores, em suas diretrizes destinadas às empresas do setor de alimentação - *Guidances for food businesses* - , que procedam ao rastreamento dos sujeitos que mantiveram contato ocupacional com os infectados, especialmente aqueles pertencentes às mesmas equipes, e que os dispensem do trabalho pelo prazo de 14 (catorze) dias, a fim de que possam manter o isolamento social:

¹ No original:

“We have also seen a rapid escalation in social distancing measures, like closing schools and cancelling sporting events and other gatherings

(...)

But on their own, they are not enough to extinguish this pandemic. It's the combination that makes the difference.

(...)

But the most effective way to prevent infections and save lives is breaking the chains of transmission. And to do that, you must test and isolate.

You cannot fight a fire blindfolded. And we cannot stop this pandemic if we don't know who is infected.

We have a simple message for all countries: test, test, test.

Test every suspected case.

If they test positive, isolate them and find out who they have been in close contact with up to 2 days before they developed symptoms, and test those people too.

(...)

Once again, our key message is: test, test, test.”



SF/20341.93558-58





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO PAIM

“Se um empregado possui diagnóstico confirmado para COVID-19 será preciso notificar todos os indivíduos com quem o empregado infectado manteve contato próximo, a fim de que se possa tomar medidas destinadas a minimizar os riscos futuros de transmissão. (...) Exemplos de contatos próximos nas indústrias da alimentação poderiam incluir qualquer empregado que tenha estado face-a-face com o contaminado, ou que tenha mantido contato físico com este último (p. ex: através do toque), qualquer empregado que tenha permanecido a 1 (um) metro de distância do caso confirmado, qualquer um que tenha limpado fluidos corporais sem os equipamentos de proteção adequados (p. ex: luvas, aventais, roupas de proteção), além dos empregados pertencentes à mesma equipe ou ao mesmo setor de trabalho do caso confirmado e qualquer empregado que coabite a mesma residência do caso confirmado.

O OMS recomenda que os contatos em referência permaneçam em quarentena por 14 dias a contar do momento correspondente à última exposição ao caso confirmado. Como medida minimamente recomendada, os trabalhadores que tiveram contato próximo com o caso confirmado deveriam ser afastados e solicitados a ficar em casa por 14 dias a contar da última vez com que estiveram com o caso confirmado, de modo a praticarem o isolamento social.”²

Além disso, as Portarias Conjuntas nº 19 e 20 não determinam a redução do quantitativo de trabalhadores em cada turno de atividade nas empresas do setor frigorífico e não impõem o distanciamento de pelo menos 2 (dois) metros entre os trabalhadores, o que viabiliza a aglomeração de indivíduos não apenas nas áreas comuns das plantas frigoríficas (p. ex: vestiários, refeitórios, corredores e barreiras sanitárias), como também nos setores operacionais onde as condições de temperatura, de umidade e de ventilação são sabidamente precárias.

Foram exatamente tais condições ocupacionais de frio, alta umidade e arejamento precário, aliadas à aglomeração de trabalhadores realizando

² No original:

“If an employee is confirmed to have COVID-19 it will be necessary to notify all close contacts of the infected employee so they too can take measures to minimise further risk of spread. (...) Examples of contacts in the food industry could include any employee who was in face-to-face or physical (i.e. touching) contact; any employee who was within 1 metre with the confirmed case; anyone who has cleaned up any body fluids without adequate PPE (e.g. gloves, overalls, protective clothing); employees in the same working team or work group as the confirmed case, and any employee living in the same household as a confirmed case.

WHO recommends that contacts be quarantined for 14 days from the last point of exposure to the confirmed case.²² At a minimum, staff who have had close contact with the infected employee should be asked to stay at home for 14 days from the last time they had contact with the confirmed case and practice physical distancing.”



SF/20341.93558-58



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

atividades lado-a-lado nas linhas de produção, que ocasionaram os surtos de COVID-19 constatados desde o mês de abril do corrente ano em diversas unidades frigoríficas do País. Foram exatamente tais surtos os responsáveis pela interiorização do Novo Coronavírus no País e pelo aumento exponencial de casos em cidades como Passo Fundo – RS, Trindade – RS, Concórdia – SC, Chapecó – SC, Cianorte – PR, dentre outras.

Convém observar, a propósito, que o artigo 7º, XXII, da Constituição Federal assegura expressamente aos trabalhadores o direito à “*redução dos riscos inerentes ao trabalho*” e, nessa mesma toada, o artigo 225 da Carta Magna assegura à generalidade dos cidadãos o direito ao “*meio ambiente adequado*”, aí incluído o meio ambiente do trabalho.

Em alinhamento com tais diretrizes, o art. 4º, item 2, da Convenção nº 155 da OIT, estabelece que a atuação dos Estados-membros deverá se pautar pela **redução “ao mínimo, na medida que for razoável e possível, [d]as causas dos riscos inerentes ao meio-ambiente de trabalho.”** (Destacou-se)

A mesma Convenção nº 155 da OIT estabelece em seus artigos 16 a 18 que as empresas se encontram obrigadas a garantir a segurança de seus processos operacionais com relação à integridade psicofísica de seus trabalhadores, bem como a implementar todas as medidas cabíveis, segundo a melhor técnica disponível, para elidir ou minimizar os riscos existentes em seus ambientes de trabalho, incluindo-se, aí, a elaboração de procedimentos destinados a lidar com situações de urgência, tais como a que ora se apresenta com transmissão comunitária do *Novo Coronavirus* e de sua circulação nos frigoríficos. Diante disso – e tendo em vista, outrossim, o conteúdo imperativo dos artigos 7º, XXII e 225, *caput*, da Constituição Federal, bem como dos artigos 4º, 16 e 18 da Convenção nº 155 da OIT, faz-se necessária a suspensão das referidas portarias, como medida destinada a evitar a disseminação desta grave enfermidade que atinge todo o povo brasileiro.

Com essa preocupação, apresentamos o PL 2590/2020, que estabelece o Plano de Prevenção da Retomada de Atividades Covid-19, e dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Poder Público e instituições privadas destinadas à preparação e planejamento da flexibilização de regras de isolamento social, contenção e restrição do exercício de atividades comerciais, industriais e de



SF/20341.93558-58



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

serviços à população, decorrentes do estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do vírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

É de extrema importância que o Congresso Nacional discuta as matérias e aprove o quanto antes um plano de retomada das atividades capaz de oferecer os cuidados necessários para prevenção da COVID-19.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

PT/RS



SF/20341.93558-58



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3541, DE 2020

Altera o art. 4º da I da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para prever a prestação remota dos serviços notariais e de registro.

AUTORIA: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera o art. 4º da I da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para prever a prestação remota dos serviços notariais e de registro.



SF/20619.63487-63

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), passa a vigorar com o seguinte § 3º:

“**Art. 4º**

.....

§ 3º Os serviços notariais e de registro devem ser prestados também de modo totalmente remoto ao usuário, observado o seguinte:

I - a manifestação de vontade do usuário, a sua assinatura eletrônica e o envio de documentos ou títulos pela via remota serão equiparados, para todos os efeitos, à prática presencial desses atos;

II - todos os atos, inclusive aqueles previstos no art. 7º desta Lei, estão abrangidos, salvo manifesta impossibilidade material;

III - o modo de operacionalização da prestação remota do serviço e da prática remota do ato deverá ser, preferencialmente, definida com o apoio das entidades de classe de âmbito nacional dos titulares dos serviços notariais e de registro;

IV – o objetivo de facilitar o acesso do máximo de pessoas aos serviços remotos. (NR)”

Art. 2º Até dois anos após a entrada em vigor desta Lei, excepciona-se o disposto no art. 8º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, exclusivamente nas seguintes hipóteses:

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
 Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaidemaia@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN

I – para a lavratura de escrituras de modo remoto relativa à alienação de imóveis, será competente exclusivamente o tabelião da circunscrição do imóvel ou do domicílio do adquirente;

II – para o reconhecimento de firma de modo remoto em documento atinente a veículo automotor, será competente exclusivamente o tabelião de notas do município de emplacamento do veículo ou de domicílio do adquirente indicados no Certificado de Registro de Veículo (CRV) ou na Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo (ATPV).

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I deste artigo, quando houver um ou mais imóveis de diferentes circunscrições no mesmo ato notarial, será competente para a prática de atos remotos o tabelião de quaisquer delas, além do tabelião do domicílio dos adquirentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19), ao obrigar o País a estabelecer regime de isolamentos sociais e de quarentena, acelerou o processo – até então, paulatino! – de virtualização dos serviços notariais e de registro.

Na esteira desses acontecimentos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou provimentos para estabelecer formas temporárias de prestação de serviços remotos pelos serviços notariais e de registro, a exemplo do disposto no Provimento nº 91, de 22 de março de 2020. Ele avançou para disciplinar a virtualização dos serviços notariais de forma definitiva, mesmo para depois de cessada a situação excepcional causada pela pandemia. Trata-se do vanguardista Provimento nº 100, de 26 de maio de 2020, que regulou a prática de atos notariais eletrônicos.

O fato é que a prestação virtual dos serviços notariais e de registro já era para ser uma realidade há muito tempo. Já vivemos numa época em que as atividades de alta expressão financeira, como as bancárias e as de investimentos, são prestadas virtualmente e em que o comércio eletrônico cresce exponencialmente.

O presente projeto de lei cristaliza essa tendência de virtualização no âmbito dos serviços notariais e de registro, conferindo respaldo legal aos atos infralegais do Conselho

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaidemaia@senado.leg.br



SF/20619.63487-63



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN

Nacional de Justiça e o imunizando de questionamentos judiciais que possam eventualmente ser desferidos contra ele por suposta extrapolação do exercício do poder regulamentar.

O texto ora elaborado não desce a minúcias acerca do modo de operacionalização da prestação remota de serviços, pois tal não é tarefa de lei, e sim matéria de ato infralegal. Detalhar questões tecnológicas é uma impropriedade do ponto de vista de técnica de redação legislativa, pois o risco de rápida obsolescência da lei é absolutamente factível diante da velocidade vertiginosa da tecnologia. Atos infralegais são mais facilmente ajustáveis às transformações tecnológicas.

Por fim, realce-se que, tendo em vista a diversidade dos valores de emolumentos entre os Estados da Federação, convém restringir, temporariamente, a competência territorial dos tabeliães de notas para os principais atos por eles praticados, a saber os atos relativos a alienação de imóveis e de veículos. Tal medida é salutar para evitar que, com a prática de atos eletrônicos, cartórios de Estados com tabela de emolumentos mais generosa capture a clientela de outros cartórios, desestruturando a saúde financeira destes últimos. Essa limitação de competência territorial é apenas uma fase de transição. Cabe aos Estados com tabela de emolumentos menos onerosa refletir sobre a conveniência de reduzi-la a fim de proteger suas serventias de notas de eventual prática predatória de Cartórios de outros Estados. Como a alteração dos emolumentos depende de lei estadual e se submete ao princípio da anterioridade tributária (segundo a qual alterações de tributos só entram em vigor no ano seguinte), o estabelecimento de um prazo de dois anos para essa fase de transição é bastante razoável.

Certo de que nossos cidadãos não mais têm de se importunar com deslocamentos, engarrafamentos ou problemas de estacionamento para se beneficiar dos serviços notariais e de registro, conclamamos os nobres Pares a aderirem à célere aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 2020.

Senadora **ZENAIDE MAIA**

PROS/RN

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaidemaia@senado.leg.br



SF/20619.63487-63



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.935, de 18 de Novembro de 1994 - Lei dos Cartórios; Lei dos Notários e Registradores - 8935/94

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8935>

- artigo 4º

- artigo 8º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3545, DE 2020

Altera a lei Maria da Penha para estabelecer que os filhos possam denunciar a violência doméstica praticada em âmbito familiar.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº DE 2020

Altera a lei Maria da Penha para estabelecer que os filhos possam denunciar a violência doméstica praticada em âmbito familiar.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei 1130, de 07 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 41-A:

“**Art. 41-A.** Os devem denunciar qualquer pratica de violênc ia doméstica e familiar ocorrida em âmbito residencial. ”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê que “Art. 227. *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*”

Numa situação de violência doméstica, não somente a ofendida sofre danos físicos, psicológicos e morais severos, mas também seus filhos. As crianças e adolescentes, por sua vez, não são dotados do amadurecimento



2.

emocional, nem do conhecimento sobre fatos ordinários da vida que são necessários para agir e interromper o ciclo de violência. Em verdade, eles são os mais severa e permanentemente afetados pela violência doméstica.

Ocorre que em 90% dos casos os filhos acompanham toda a violência em silêncio e muitas vezes além dos mais afetados são completamente coagidos a não denunciar a agressão.

Por essas razões, conclamamos os eminentes Pares para a aprovação desta proposta legislativa, como forma de proteger a vida das vítimas de violência doméstica e familiar.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- [urn:lex:br:federal:lei:2006;1130](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;1130)

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;1130>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3546, DE 2020

Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Portuária (SENAP).

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº DE 2020

Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Portuária (SENAP).



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam cometidos à Federação Nacional das Operações Portuárias - FENOP, observadas as disposições desta Lei, os encargos de criar, organizar e administrar o Serviço Nacional de Aprendizagem Portuária – SENAP e o Serviço Social Portuário – SESP, com personalidade jurídica de direito privado, sem prejuízo da fiscalização da aplicação de seus recursos pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Compete ao SENAP, gerenciar, desenvolver, executar, direta ou indiretamente, treinamento, qualificação, aperfeiçoamento e formação profissional, mantendo os trabalhadores envolvidos atualizados nas técnicas e instrumentos portuários operacionais e administrativos, bem como desenvolver o conhecimento no domínio da Tecnologia e das Ciências Portuárias e funções correlatas, para:

- I. Os trabalhadores portuários regulados pela Lei Nº 12.815, de 5 de junho de 2013;
- II. Os trabalhadores empregados nas administrações ou atividades afins, dos portos e instalações portuárias; e
- III. Os demais trabalhadores portuários envolvidos em atividades portuárias, de empresas também contribuintes para este sistema de treinamento e aprendizagem.

§ Único. O SENAP obedecerá a processo contínuo progressivo, atualizado e aprimorado, mediante estudos e práticas, inclusive com programas de requalificações periódicas obrigatórias, com a utilização de procedimentos pedagógicos, técnicas e equipamentos de ensino sempre atualizados.





Art. 3º Compete ao SESP, atuando em estreita cooperação com os órgãos do Poder Público e com a iniciativa privada, gerenciar, desenvolver, executar, direta ou indiretamente, inclusive mediante convênios, assim como apoiar programas voltados à promoção social dos trabalhadores referidos nos incisos I a III do artigo 2º, notadamente nos campos da alimentação, saúde, cultura, lazer e segurança no trabalho.

Art. 4º Compete ao Conselho de Representantes da Federação Nacional das Operações Portuárias elaborar os atos constitutivos do SENAP e do SESP, que após aprovados pelas entidades mencionadas nos incisos II a V do artigo 6º, terão vigência.

§ 1º. – Os atos definidos no *caput* do presente artigo, relativamente ao SENAP, deverão ser elaborados no prazo de noventa dias contados a partir da promulgação desta Lei, cujo registro no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, será promovido nos trinta dias subsequentes.

§ 2º. – Os atos definidos no *caput* do presente artigo, relativamente ao SESP, deverão ser elaborados, após decorrido o prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da promulgação desta Lei, cujo registro no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas será promovido nos trinta dias subsequentes.

Art. 5º O SENAP e o SESP terão em sua estrutura organizacional os seguintes órgãos:

- I. Conselho Nacional;
- II. Diretoria Executiva e
- III. Conselhos Regionais, na forma do previsto no inciso IV do § 3º do artigo 6º.

Parágrafo Primeiro. Um dos membros de composição da Diretoria Executiva será indicado pelas instituições mencionadas nos incisos VI a VIII do Artigo 6º.

Parágrafo Segundo. Os demais membros de composição da Diretoria Executiva, exceto o Presidente na forma do inciso II do artigo 6º., serão indicados pelas instituições mencionadas nos incisos II a V do Artigo 6º.

Art. 6º Os Conselhos Nacionais do SENAP e do SESP terão a seguinte composição:

- I. Um representante do Governo Federal, que atue em órgão responsável pelas atividades portuárias;



- II. Um representante da Federação Nacional das Operações Portuárias – FENOP, que presidirá o Conselho;
- III. Um representante de associação nacional que congregue terminais portuários instalados em área de porto organizado;
- IV. Um representante de associação nacional que congregue terminais portuários instalados fora de área de porto organizado;
- V. Um representante de associação de terminais especializados nas operações com contêineres;
- VI. Um representante dos trabalhadores empregados nas administrações e de trabalhadores portuários nas operações dos portos e das instalações portuárias, indicado pela Federação Nacional dos Portuários – FNP;
- VII. Um representante dos trabalhadores portuários nas atividades operacionais das instalações portuárias, indicado pela Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Blocos e Arrumadores – FENCCOVIB; e
- VIII. Um representante dos trabalhadores portuários nas atividades operacionais das instalações portuárias, indicado pela da Federação Nacional dos Estivadores – FNE.

§ 1º - A organização e funcionamento do SENAP e do SESP constarão dos seus Regimentos Internos.

§ 2º. Caberá aos Conselhos Nacionais de que trata este artigo:

- I. A elaboração e a aprovação do respectivo Regimento Interno do SENAP e do SESP e do próprio Conselho;
- II. A aprovação do planejamento geral proposto pela Diretoria Executiva;
- III. A decisão sobre a regularidade dos projetos e programas previstos no planejamento geral e sob execução da Diretoria-Executiva.
- IV. A função normativa e de fiscalização da administração do SENAP e do SESP.
- V. A decisão sobre a conveniência e a oportunidade de instalação de Conselhos Regionais, aprovação de suas regras de funcionamento e a definição das respectivas áreas de atuação.

§ 3º Compete ainda aos Conselhos Nacionais a definição de forma e valor orçamentário destinado às entidades responsáveis pelas indicações de que tratam os incisos VI a VIII do Artigo 6º, como remuneração de suas atuações no SENAP e no SESP, limitado no total de quinze por cento do valor repassado à FENOP, conforme previsto no Artigo 13.



§ 4º Compete exclusivamente ao Conselho Nacional do SENAP a aprovação de conteúdo pedagógico e grade curricular mínimos, com aplicabilidade nacional, mediante propostas da Diretoria Executiva.

Art. 7º O planejamento e forma de execução, na aplicação de recursos geridos pelo SENAP, destinados a treinamento, formação, qualificação, certificação e habilitação dos trabalhadores portuários, registrados e cadastrados nos órgãos de gestão de mão de obra do trabalho portuário, previstos no inciso I, art. 2º da presente, dependerão de programação prévia de cada um dos respectivos órgãos gestores.

Parágrafo único. Os treinamentos, mencionados no *caput* do presente artigo, serão sempre gratuitos para os trabalhadores envolvidos.

Art. 8º O planejamento e forma de execução, na aplicação de recursos geridos pelo SENAP, direcionados aos treinamentos dos demais trabalhadores envolvidos em outras atividades portuárias, bem como dos demais envolvidos em atividades portuárias afins, contribuintes para este sistema de treinamento e aprendizagem, serão estabelecidos pela Diretoria Executiva, segundo as diretrizes e planejamentos anuais definidos pelo Conselho Nacional.

Art. 9º As receitas para manutenção do SENAP, a partir de, serão compostas:

- I. Pela contribuição mensal compulsória arrecadada das empresas privadas, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de serviços portuários, de administração e exploração de portos e ainda dos órgãos de gestão do trabalho portuário, previsto na Lei Nº 12.815, de 5 de junho de 2013, inclusive aquelas atualmente recolhidas em favor do Fundo do Desenvolvimento do Ensino Portuário, gerido pela Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, que passarão a ser recolhidas em favor do Serviço Nacional de Aprendizagem Portuária – SENAP, calculadas sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados e aos trabalhadores portuários avulsos, quando tal forma de contratação houver sido utilizada e recolhidas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, equivalente a 1,50% (um inteiro e cinquenta décimos por cento) do salário de contribuição previdenciária;
- II. Pelas receitas operacionais e financeiras;
- III. Pelas multas arrecadadas por infração de dispositivos, regulamentos e regimentos oriundos desta lei;



- IV. Por outras contribuições, doações e legados, verbas ou subvenções decorrentes de convênios celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

§ Único: A alíquota mencionada no inciso I do presente artigo será reduzida para 1,25% (um inteiro e vinte e cinco décimos) após decorridos cinco anos de vigência da presente lei.

Art. 10 As receitas para manutenção do SESP serão compostas:

- I. A partir de, pela contribuição mensal compulsória arrecadada das empresas privadas, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de serviços portuários, de administração e exploração de portos e ainda dos órgãos de gestão do trabalho portuário, previsto na Lei Nº 12.815, de 5 de junho de 2013, calculadas sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados e aos trabalhadores portuários avulsos, quando tal forma de contratação houver sido utilizada e recolhidas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, equivalente a 0,50% (cinquenta décimos por cento) do salário de contribuição previdenciária;
- II. Pelas receitas operacionais e financeiras;
- III. Pelas multas arrecadadas por infração de dispositivos, regulamentos e regimentos oriundos desta lei.
- IV. Por outras contribuições, doações e legados, verbas ou subvenções decorrentes de convênios celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

§ Único: A alíquota mencionada no inciso I do presente artigo será reduzida para 0,25% (vinte e cinco décimos) após decorridos cinco anos de vigência da presente lei.

Art. 11 As receitas referidas no artigo 9º, I, e no artigo 10, I, serão aplicadas em benefício dos trabalhadores portuários atuantes no respectivo segmento de atividade portuária da empresa contribuinte, de modo que essas receitas sejam destinadas em benefício dos trabalhadores daquele segmento de maneira proporcional ao montante das contribuições custeadas pelas empresas desse segmento em relação ao montante total de contribuições.



§ 1º A segmentação da atividade portuária a que se refere o caput será realizada de acordo com o regime jurídico de exploração da instalação portuária.

§ 2º A segregação de aplicação proporcional das receitas, prevista no presente artigo, não envolverá os recursos gerados pelo trabalho portuário na forma de avulsos, que terão aplicação exclusiva para os trabalhadores cadastrados e registrados em Órgão Gestor de Mão de Obra do trabalho portuário.

§ 3º Fica vedada a utilização, das receitas mencionadas no caput do presente artigo, para a edificação ou aquisição de imóveis.

Art. 12. A arrecadação e fiscalização das contribuições previstas nos artigos 9º e 10 serão feitas pela Previdência Social, podendo, ainda, ser recolhidas diretamente ao SENAP e ao SESP, mediante convênios.

§ 1º. - As contribuições a que se referem o presente artigo ficam sujeitas às mesmas condições, prazos, sanções e privilégios, inclusive no que se refere à cobrança judicial, aplicáveis às contribuições para a Seguridade Social arrecadadas pelo INSS.

§ 2º O total das arrecadações das contribuições, a que se refere o artigo 9º, será entregue, mensalmente, pelo Instituto Nacional do Seguro Social ao SENAP.

§ 3º O total das arrecadações das contribuições, a que se refere o artigo 10, será entregue, mensalmente, pelo Instituto Nacional do Seguro Social ao SESP.

§ 4º Ao SENAP e ao SESP é assegurado o direito de promover, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, a verificação das cobranças que lhes são devidas, podendo, para esse fim, além de outros meios de natureza direta ou indireta, credenciar prepostos ou mandatários.

Art. 13. As receitas do SENAP e do SESP, deduzidos dez por cento, a título de remuneração à FENOP pelo exercício da administração superior, serão aplicadas em benefício dos trabalhadores portuários, dos trabalhadores da administração de terminais portuários e das Administrações Portuárias, bem como dos demais trabalhadores que exerçam suas funções em qualquer contribuinte, conforme previsto nos artigos, 2º, 9º. e 10 e ainda no desenvolvimento do conhecimento e no domínio da Tecnologia e das Ciências Portuárias e funções correlatas

§ Único - As receitas a que se refere o caput serão apuradas em demonstrativos contábeis próprios, devidamente apartados dos registros contábeis da FENOP e anualmente auditados por auditoria independente;



Art. 14. O SENAP e o SESP poderão celebrar convênios para assegurar a realização de treinamentos e o atendimento social para os trabalhadores das empresas do segmento portuário e afins, com qualquer entidade de treinamento e ensino, bem como de atendimento social, inclusive componente de outro sistema nacional de aprendizagem profissional ou atendimento social, mediante ressarcimento ajustado de comum acordo entre os convenientes.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15. A partir de 1º de janeiro de 2021:

- I. Cessarão de pleno direito a vinculação e a obrigatoriedade do recolhimento das contribuições das empresas privadas, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de serviços portuários e de administração e exploração de portos e ainda dos órgãos de gestão do trabalho portuário, previstos na Lei Nº 12.815, de 5 de junho de 2013, ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, gerido pela DPC – Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil.
- II. Fica o Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, gerido pela DPC – Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, exonerado da prestação de serviços e do atendimento aos trabalhadores mencionados no Artigo 2º. da presente lei;
- III. Ficarão revogadas todas as disposições do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, bem como da DPC – Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, relativas a qualquer tema envolvendo o treinamento e capacitação de trabalhadores portuários.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As contribuições compulsórias das empresas privadas, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de serviços portuários e de administração e exploração de portos e ainda dos órgãos de gestão do trabalho portuário, até o mês de competência de e os respectivos acréscimos legais e penalidade pecuniárias, continuarão a constituir receitas do Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.

Art. 17. Todos os diplomas e certificados emitidos anteriormente à vigência da presente lei, pela DPC – Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, ou instituições reconhecidas pela mesma, pelos Centros de Treinamentos Portuários, implantados pelos CAPs – Conselhos de Autoridade Portuária, ou por outras



instituições, desde que tenham sido indicadas pelos órgãos de gestão do trabalho portuário, na forma da legislação vigente, permanecem válidos e reconhecidos nacional e internacionalmente.

Art. 18. Os artigos 1º e 3º. e seus parágrafos, da Lei nº. 5.461, de 25 de junho de 1968, passam a vigorar com as seguintes redações:

“ Art. 1º As contribuições de que tratam o art. 1º do Decreto-lei nº. 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e art. 23 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, serão destinadas:

I - à aplicação nas atividades ligadas ao Ensino Profissional Marítimo, a cargo da Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, de acordo com a Lei nº 1.658, de 4 de agosto de 1952 e Lei 7.573 de 23 de dezembro de 1986, relativas às contribuições arrecadadas das empresas privadas, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de navegação marítima, fluvial ou lacustre e dos serviços de dragagem;

II – à aplicação nas atividades ligadas ao Ensino Profissional Portuário, a cargo do SENAP, nos termos da lei,..... de, relativas às contribuições arrecadadas das empresas privadas, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de serviços portuários, de administração e exploração de portos e ainda dos órgãos de gestão do trabalho portuário, previsto na Lei Nº 12.815, de 5 de junho de 2013, calculadas sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados e aos trabalhadores portuários avulsos, quando tal forma de contratação houver sido utilizada;

III - à aplicação nas atividades ligadas à promoção social dos portuários a cargo do SESP, nos termos da lei,..... de, relativas às contribuições arrecadadas das empresas privadas, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de serviços portuários, de administração e exploração de portos e ainda dos órgãos de gestão do trabalho portuário, previsto na Lei Nº 12.815, de 5 de junho de 2013, calculadas sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados e aos trabalhadores portuários avulsos, quando tal forma de contratação houver sido utilizada;”



“Art. 3º O Instituto Nacional de Seguridade Social fará a entrega à Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil do produto das contribuições efetivamente arrecadadas na forma do Art. 1º inciso I, para a aplicação nas atividades ligadas ao Ensino Profissional Marítimo; para o SENAP, do produto das contribuições efetivamente arrecadadas, conforme o Art. 1º, na forma do inciso II, para aplicação nas atividades do Ensino Profissional Portuário e para o SESP, do produto das contribuições efetivamente arrecadadas na forma do inciso III, para aplicação nas atividades de promoção social do trabalho portuário.

Parágrafo 1º. Caberá à Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha a gestão dos recursos assim recebidos e a comprovação, junto ao Tribunal de Contas da União, da aplicação desses mesmos recursos.

Parágrafo 2º. Caberá ao SENAP a gestão dos recursos assim recebidos e a comprovação, junto ao Tribunal de Contas da União, da aplicação desses mesmos recursos.

Parágrafo 3º. Caberá ao SESP a gestão dos recursos assim recebidos e a comprovação, junto ao Tribunal de Contas da União, da aplicação desses mesmos recursos.

Parágrafo 4º. O total das arrecadações das contribuições a que se referem os Inciso I – II e III, do Artigo 1º, serão entregues, mensalmente, pelo Instituto Nacional do Seguro Social respectivamente à Diretoria de Portos e Costas, ao SENAP e ao SESP.

Parágrafo 5º. À Diretoria de Portos e Costas, ao SENAP e ao SESP é assegurado o direito de promover, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, a verificação das cobranças que lhes são devidas, podendo, para esse fim, além de outros meios de natureza direta ou indireta, credenciar prepostos ou mandatários.”

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

É notório as experiências exitosas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem



Comercial (SENAC), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Nacional de Transporte (SENAT) nas ações de formação profissional, qualificação, aperfeiçoamento e atualização dos trabalhadores de suas áreas.

Esta Lei pretende estender essa possibilidade de formação de forma mais dedicada para os trabalhadores de serviços portuários, não somente os avulsos portuários geridos pelos Órgãos Gestores de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso (OGMO), mas também os empregados nas administrações ou atividades afins, dos portos e instalações portuárias e os envolvidos em atividades portuárias, de empresas de serviços portuários, de dragagem e de administração e exploração dos portos cujas contribuições constituem o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM).

Para isso, autoriza-se a instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem Portuária (SENAP) para unificar os programas de organização, administração e execução de ensino profissionalizante para atividades portuárias.

A criação do SENAP não implicaria em utilização de recursos públicos, mas de receitas repassadas pelas empresas particulares, estaduais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de serviços portuários, de dragagem e de administração e exploração de portos, destinadas ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM). Além disso, os transportadores portuários avulsos contribuiriam ao SENAP com equivalente a 2,5% do salário de contribuição previdenciária, mesmo valor que outros órgãos do Sistema 'S'.

É importante ressaltar SENAP trabalhará em cooperação com os Órgãos Gestores de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso (OGMO), com os órgãos dos Sistema de Ensino Profissional Marítimo, vinculado à Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (DPC/MB), com as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), e com instituições privadas. Por isso, tampouco precisará criar uma estrutura física para a execução de suas atividades, aproveitando-se das instituições desses órgãos parceiros.

O Conselho Nacional dirigirá o SENAP, tendo em sua composição: o Ministro de Estado da Infraestrutura, que o presidirá; representantes da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil e do Ministério da Educação; e representantes da Federação Nacional das Operações



Portuárias (FENOP), da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), da Associação Brasileira de Terminais Portuários Privados (ATP), da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres de Uso Público (ABRATEC), da Federação Nacional dos Portuários (FNP), da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Blocos e Arrumadores (FENCCOVIB) e da Federação Nacional dos Estivadores (FNE).

Deixamos para regulamento, a ser emitido pelo Poder Executivo federal em até 180 dias da publicação da Lei, a especificação de atribuições, competências e outros detalhes relativos ao SENAP e a seu Conselho Nacional, posto que não cabem em lei ordinária.

Diante do exposto, contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de Fevereiro de 1944 - DEL-6246-1944-02-05 - 6246/44
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1944;6246>
 - artigo 1º
- Lei nº 1.658, de 4 de Agosto de 1952 - LEI-1658-1952-08-04 - 1658/52
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1952;1658>
- Lei nº 5.107, de 13 de Setembro de 1966 - Lei do FGTS (1966); Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (1966) - 5107/66
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1966;5107>
 - artigo 23
- Lei nº 5.461, de 25 de Junho de 1968 - LEI-5461-1968-06-25 - 5461/68
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1968;5461>
- Lei nº 7.573, de 23 de Dezembro de 1986 - LEI-7573-1986-12-23 - 7573/86
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1986;7573>
- Lei nº 12.815, de 5 de Junho de 2013 - Lei dos Portos (2013) - 12815/13
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12815>
- urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2020

Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Müller para Ala Senador Papaléo Paes.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2020

Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Müller para Ala Senador Papaléo Paes.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Altere-se a denominação, nas instalações do Senado Federal, da Ala Senador Filinto Müller para Ala Senador Papaléo Paes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo prestar uma justa homenagem e reconhecimento ao ex-Senador Papaléo Paes pelos extraordinários serviços prestados ao Estado do Amapá e ao Brasil.

Nascido em 27 de agosto de 1952 em Belém, no Pará, Papaléo Paes se formou médico aos 24 anos de idade pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e se especializou em cardiologia no Rio de Janeiro.

A título de exemplo de sua importante atuação na saúde pública do Amapá, Papaléo Paes assumiu a direção do Hospital



Geral de Macapá e a função de secretário de estado da saúde do ex-governador Aníbal Barcellos. Em 1992, foi eleito prefeito de Macapá.

De médico a senador da República, Papaléo Paes teve bela uma carreira tanto na medicina, sendo uma importante referência na área de cardiologia e no trabalho pela melhoria da saúde pública, quanto na política, por suas importantes passagens como Vice-governador do Estado, Prefeito de Macapá e Senador da República.

O Senador Papaléo Paes exerceu seu mandato entre os anos de 2003 a 2011, tendo apresentado diversos projetos de interesse do Amapá e do Brasil. A sua partida precoce deixou a todos consternados. A denominação de uma das alas do Senado Federal com seu nome é uma singela homenagem da Casa que sentirá saudade deste importante político do Amapá.

A apresentação do presente Projeto de Resolução é apenas um singelo e justo reconhecimento ao importante trabalho do Senador Papaléo Paes para o povo amapaense e para o os brasileiros, razão pela qual solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1153, DE 2020

Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE 2020

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, informações sobre os processos de demarcações de terra indígenas que aguardam portarias declaratórias ou decretos de homologação das seguintes áreas: Vista Alegre (AM); Tuwa Apekuokawera (PA); Sambaqui (PR); Marú (PA); Pindory/Arará-Mirim (SP); Guavitary (SP); Kanela Momortumré (MA); Cobra Grande (PA); Barra Velha do Monte Pascoal (BA); Tupinambá de Olivença (BA); Wassú-Cocal (AL); Paukairajausu (MT); Toldo Imbu (SC); Rio Gregório (AC); Cacique Fontoura (MT); Xukuru-kariri (AL); Arara do Rio Amônia (AC), Cachoeirinha (MS).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art.216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, informações sobre os processos de demarcações das terras indígenas: Vista Alegre (AM); Tuwa Apekuokawera (PA); Sambaqui (PR); Marú (PA); Pindory/Arará-Mirim (SP); Guavitary (SP); Kanela Momortumré (MA); Cobra Grande (PA); Barra Velha do Monte Pascoal (BA); Tupinambá de Olivença (BA); Wassú-Cocal (AL); Paukairajausu (MT); Toldo Imbu (SC); Rio Gregório (AC); Cacique Fontoura (MT); Xukuru-kariri (AL); Arara do Rio Amônia (AC), Cachoeirinha (MS), que aguardam portarias declaratórias ou decretos de homologação.

Nesses termos, requisitam-se:



1. Informações acerca do andamento dos processos de demarcação de terras em tramitação nesta instituição das terras indígenas : Vista Alegre (AM); Tuwa Apekuokawera (PA); Sambaqui (PR); Marú (PA); Pindory/ Arará-Mirim (SP); Guavitary (SP); Kanela Momortumré (MA); Cobra Grande (PA); Barra Velha do Monte Pascoal (BA); Tupinambá de Olivença (BA); Wassú-Cocal (AL); Paukalirajausu (MT), Cachoeirinha (MS):
 - a. Descrição comprobatória dos últimos 3 despachos internos (desempenhado por esta Presidência e demais instâncias), contidos em cada processo das áreas ora em tela, com suas respectivas datas e responsáveis, assim como a conclusão técnica dos solicitados despachos, indicações e inconsistências jurídicas ou constitucionais contidos nos processos das áreas citadas neste requerimento.
 - b. Quais análises técnicas estão sendo realizadas no corpo processual?
 - c. Quais motivações jurídicas incidem em sua eventual necessidade de análise?
 - d. Quais prazos estabelecidos para conclusão de eventuais análises?
 - e. Em havendo pareceres demonstrando inconsistências técnicas, constitucionais ou necessidade de ajustes jurídicos, solicita-se cópia dos referidos pareceres e incongruências processuais de cada área apontada no item “a” deste tópico.

2. Informações acerca dos processos de homologações territoriais das áreas indígenas: Toldo Imbu (SC); Rio Gregório (AC); Cacique Fontoura (MT); Xukuru-kariri (AL); Arara do Rio Amônia (AC).
 - a. Descrição comprobatória dos últimos 3 despachos internos (desempenhado por esta Presidência e demais instâncias), contidos em cada processo das áreas ora em tela, com suas respectivas datas e responsáveis, assim como a conclusão técnica dos solicitados despachos, indicações e inconsistências jurídicas ou constitucionais contidos nos processos das áreas citadas neste tópico 2.
 - b. Quais análises técnicas estão sendo realizadas no corpo processual?
 - c. Quais motivações jurídicas incidem em sua eventual necessidade de análise?
 - d. Quais prazos estabelecidos para conclusão de eventuais análises?
 - e. Em havendo pareceres que demonstrem inconsistências técnicas, constitucionais e necessidade de ajustes jurídicos, solicita-se cópia dos referidos pareceres e incongruências processuais de cada área solicitada no item “a” deste tópico 2.





JUSTIFICAÇÃO

Diante a decisão proferida pelo Ministro EDSON FACHIN, do Supremo Tribunal Federal, que trata de resposta ao pedido de tutela provisória incidental, com fulcro nos artigos 294 e seguintes do Código de Processo Civil, formulado pela Comunidade Indígena Xokleng da Terra Indígena Ibirama Laklaño, que pleiteou a suspensão do Parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU, até o julgamento final do entendimento hermenêutico do colegiado do STF acerca do ordenamento jurídico para os processo de demarcação de terras no país.

O Parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU, suspendeu as demarcações de terras, reivindicando a aplicação administrativa da tese do “marco temporal”, uma interpretação jurídica não prevista na Constituição e assim sustentada em parecer do Ministro Edson Fachin em relatório que profere decisão favorável ao povo Xokleng da Terra Indígena Ibirama Laklaño, recebe parecer favorável no sentido de suspender o Parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU¹, quando reivindicou

- “vinculantes A toda Administração Pública Federal, e que “o Parecer Normativo desbordou de seu caráter meramente interpretativo para inovar na ordem jurídica, bem como inseriu novos pressupostos de mérito para fins de conceituação do que é uma terra indígena, os quais não estão previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei n.º 6.001/1973, no Decreto n.º 1.775/1996 e na Convenção 196 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, ao argumento, repise-se, de que estaria a aplicar a jurisprudência desta Egrégia Corte”.

O entendimento do Parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU, afirma que os indígenas que não estavam em suas terras ou que não a reivindicavam juridicamente em outubro de 1988 (data de promulgação da Constituição), não teriam direito algum sobre essas terras, mesmo que elas já dispusessem de relatório antropológicos.

Acolhendo a solicitação do povo Xokleng da Terra Indígena Ibirama Laklaño e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), ao Supremo Tribunal Federal, contrário à interpretação jurídica utilizada no parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU, o Ministro Relator Edson Fachin suspendeu os efeitos



administrativo em ACO 1100 TPI / SC na data de 20 de fevereiro de 2020, e elucida:

Afirma que referido instrumento retira da decisão prolatada pela Corte no julgamento da Pet 3388 dois fundamentos – correspondentes ao marco temporal e à impossibilidade de ampliação da terra demarcada – e ignora a íntegra do julgado, amplamente favorável aos indígenas.

Alega que a determinação de aplicação do referido Parecer – juntado aos autos pela União quando da apresentação de suas alegações finais – está em conflito com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e com a vontade do constituinte originário, pois desconsidera o disposto no Artigo 231 da Constituição da República, além de respaldar inadmissíveis atos de esbulho em face dos indígenas, em desacordo com a previsão constitucional do §6º do citado Artigo. Ainda, o conteúdo do Parecer colide frontalmente com as decisões colegiadas da Corte proferidas nas Ações Cíveis Originárias nº 312, 362 e 366. Sustenta a existência de evidência concreta de perigo de dano irreparável no fato da devolução à FUNAI, pelo Ministério da Justiça, de dezessete processos administrativos demarcatórios, referentes a Terras Indígenas diversas daquela objeto dos presentes autos, para avaliação e reavaliação da adequação da demarcação às condicionantes da Pet 3388.

Afirma, em adição ao alegado, que a a FUNAI vem desistindo de diversas ações judiciais com base em referido Parecer, bem como que “está a definir que as terras que não estiverem regularizadas, com a respectiva homologação, não recebem as políticas públicas direcionadas aos índios. Significa que o efeito é de amplo espectro e atinge também, e deliberadamente, o Povo Xokleng, parte nestes autos, pois ainda não possuem a terra devidamente regularizada”.

Compreendendo a gravidade do proferido no parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU, o Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal EDSON FACHIN, deferiu outra liminar com efeito erga omnes no Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida n. 1017365, in verbis: Fica diferida a atribuição de efeitos erga omnes à decisão como almejada pelo pedido cautelar incidental a fim de suspender os efeitos do Parecer Vinculante nº 01/2017/GAB/CGU/AGU, não somente entre as partes confrontantes nestes autos, mas em relação a todos os procedimentos administrativos referentes a demarcações no País.



Deste modo, nos amparamos em decisão prolatada pelo então relator da Suprema Corte na tutela provisória incidental na ACO 1100 TPI / SC² e no Recurso xtraordinário com epercussão geral reconhecida n. 1017365, aguardamos o atendimento às informações solicitadas no requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2020.

**Senador Paulo
Rocha (PT - PA)
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-REPUBLICANOS - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 21

MDB-13 / PP-6 / REPUBLICANOS-2

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Flávio Bolsonaro.	REPUBLICANOS / RJ
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS

PSD - 12

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 11

CIDADANIA-3 / REDE-3 / PDT-3 / PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 10

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 9

PSDB-7 / PSL-2

Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olimpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	21
PSD.	12
Bloco Parlamentar Senado Independente.	11
PODEMOS.	10
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	9
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Irajá** (PSD-TO)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (REPUBLICANOS-RJ)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Humberto Costa** (PT-PE)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSD-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (REPUBLICANOS-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 21</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP (26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (2,25,35)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44)</p> <p>Líder do PP - 6 Ciro Nogueira (8,57)</p> <p>Vice-Líder do PP Daniella Ribeiro (6,58)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 2 Mecias de Jesus (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 9</p> <p>Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45,59)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 7 Roberto Rocha (21)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,40) Rodrigo Cunha (32,45,59)</p> <p>Líder do PSL - 2 Major Olimpio (7)</p> <p>Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA/REDE/PDT/PSB) - 11</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (22,60)</p> <p>.....</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (10)</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42)</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (20)</p> <p>Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (55)</p> <p>Líder do PDT - 3 Weverton (5)</p> <p>Líder do PSB - 2 Veneziano Vital do Rêgo (22,60)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (37)</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia (18,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Rogério Carvalho (34,56)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (19)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (18,30)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (14)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (3,16) Jorginho Mello (9,15) Zequinha Marinho (17,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (3,16)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43)</p> <p>Líder do PL - 2 Jorginho Mello (9,15)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (17,31)</p>	<p>PSD - 12</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD (11)</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>PODEMOS - 10</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODEMOS (1)</p> <p>Vice-Líderes Oriovisto Guimarães (29,47) Eduardo Girão (24,48) Rose de Freitas (28,46,61)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB (2,25,35)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (36)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (38,53) Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (33,40) Chico Rodrigues (41)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (20)</p>		

Notas:

- Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
- Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
- Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
- Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
- Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
- Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
- Em 02.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
9. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
10. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
11. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
20. Em 06.02.2019, o Senador Randoife Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
21. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
22. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
23. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
35. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
55. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019-GLREDE).
56. Em 04.02.2020, o Senador Rogério Carvalho foi indicado líder do PT (Of. 8/2020-GLDPT).
57. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Partido Progressista (Of. 17/2020-GLDPP).
58. Em 03.03.2020, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 1ª vice-líder do Partido Progressista (Of. 17/2020-GLDPP).
59. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
60. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
61. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA**

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Prazo final: 18/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾

Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽¹⁾

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁷⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾	1.
PODEMOS	
Senador Eduardo Girão (CE) ⁽⁵⁾	1. Senador Marcos do Val (ES) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	1.
PSD	
Senador Otto Alencar (BA) ⁽¹⁾	1. Senador Nelsinho Trad (MS) ⁽¹⁾

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).

5. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).

6. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).



7. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).
8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-4854



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	7. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾	1. VAGO ^(8,33,39)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁸⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(8,32)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ^(15,34,37)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	4. Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) ^(3,35)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar ^(2,26)
Senador Carlos Viana ^(2,25)	2. Senador Lucas Barreto ^(2,36,38)
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel ^(2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
32. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
33. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
34. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
35. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 155/2019-GLBSI).
36. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
37. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).



38. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).

39. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾	3. VAGO ^(8,20,25,31)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(7,23,29)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁶⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(15,23)	4. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(2,28)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) ^(2,26)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ^(2,28)	4. VAGO ^(2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Irajá ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ^(1,13,27,30)
Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
26. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
27. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
28. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular em permuta com a Senadora Eliziane Gama, que passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 003/2020-BLSENIND).
29. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
30. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD).
31. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

- Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
- Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

(Requerimento 2, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(2,3)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

- Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
- Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)
- Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCI

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(9,51,62)
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,57,59)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,32,60)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(7,32,39,43,55,56)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ^(8,48,49,50,64)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(14,46,61,63,65)
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ^(13,46)	6. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(15,47)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾
Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) ^(3,54)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,25,26,52,53)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,18,45)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(2,58)	1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	3. Senador Otto Alencar ^(2,58)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
47. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
48. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
49. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
50. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
51. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
52. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
53. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
54. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
55. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
56. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
57. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
58. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
59. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
60. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
61. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
62. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
63. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
64. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
65. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁵⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁴⁾
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾	6.
VAGO ^(11,26,30)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾
	6. VAGO ^(22,29)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,21,28)
Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) ^(3,27)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ^(3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁷⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(1,2)	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Irajá ^(1,23)	2. VAGO ^(1,25)
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Viana ^(1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
27. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
28. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).
29. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
30. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
- Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
- Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
- Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) ^(16,17)
VAGO ^(10,24,29)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁷⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁰⁾	4. VAGO ^(20,23)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) ^(19,21,25)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,22,26,27)	1. Senador Carlos Viana ^(2,22)
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Carlos Fávaro ^(2,18,28)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD(Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS(Of. nº 112/2019-GLPODE).
24. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
25. Em 04.02.2020, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 002/2019-GLBSI).
26. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
27. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE
Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

(Requerimento 53, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)
- Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,34)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (28)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (25,34)	5. VAGO (30,37)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. VAGO (6,27,35)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,29,31)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. VAGO (21,33)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22)	2.

Notas:

- *. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).
 - Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).
 - Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
 - Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
 - Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
 - Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
 - Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).
 - Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
 - Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
 - Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
 - Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-GLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
29. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
30. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
31. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
32. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
33. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
34. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
35. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
36. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
37. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
VAGO ^(1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

- Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
- Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,31,32)	1. VAGO ^(8,27,29)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽¹⁴⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽³⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,17,21)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²³⁾	
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Senador Antonio Anastasia ^(2,30)	2. Senador Angelo Coronel ^(2,30)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val ^(20,26)	1. Senador Elmano Férrer ^(20,26,28)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLIID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
27. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
28. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
29. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
30. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
31. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
32. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁾	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).

2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁸⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁸⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹²⁾	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(10,20,24)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁶⁾	3. VAGO ^(11,25)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
VAGO ^(3,23)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,22,26)	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
VAGO ^(19,21)	1. Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾
Senador Elmano Férrer ⁽¹⁹⁾	2. Senador Lasier Martins ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-GLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
20. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
21. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
24. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,13,26)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. VAGO ^(21,27)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,18,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,24,28)	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Eduardo Girão ^(20,25)	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrielli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
26. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
27. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
28. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

(Requerimento 12, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

Prazo final: 22/12/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Albuquerque (PSD-AP) ^(1,4)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).

2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).

3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

4. Em 12.02.2020, o senador Paulo Albuquerque foi indicado membro titular, em substituição ao senador Lucas Barreto na subcomissão (Of. nº 21/2020-CDR).

*. Em 10.02.2020, fica prorrogado o prazo final do Colegiado, até o final da presente sessão legislativa (Of. 13/2020-CDR/PRES)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(14,25)	3. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ^(16,22,24)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽²⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(1,23,26)	1. Senador Sérgio Petecão ^(1,20,21,28)
Senador Carlos Fávaro ^(1,27)	2. Senador Angelo Coronel ^(1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrielli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(1,26)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(11,25)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
VAGO ^(20,28)	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁴⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	1. Senador Carlos Viana ^(2,3)
Senador Angelo Coronel ^(2,3)	2. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
25. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
26. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
27. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

* A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,12,26,30)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,14)
VAGO ^(21,29)	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
VAGO ^(2,27)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. Senador Irajá ^(1,23,28)
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe ^(19,24)	1. Senador Styvenson Valentim ^(19,20,25)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
27. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
28. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
29. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
30. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

- Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
- Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
- Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
- Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
- Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO (1)	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	1.
Senador Major Olimpio (PSL-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS
(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

